



**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO –
EFMP**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Paranavaí – Pr.

Setembro / 2016



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
--------------------------	-----------

CAPÍTULO I

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	09
1.1 LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA.....	09
1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO.....	09
1.3 CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO E QUANTIDADE DE ESTUDANTES.....	11
1.3.1 Horário por etapas e modalidades.....	11
1.3.2 Quantidade de estudantes por etapas e modalidades – 2016.....	13
1.4 ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAIS E ESPAÇOS PEDAGÓGICOS.....	15
1.5 RECURSOS HUMANOS.....	17
1.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS.....	18
1.6.1 Conselho Escolar.....	18
1.6.2 APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários.....	20
1.6.3 Grêmios Estudantis.....	22
1.6.4 Conselho de Classe.....	23

CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - MARCO SITUACIONAL.....	24
2.1 PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	24
2.2 GESTÃO ESCOLAR.....	28
2.3 EQUIPAMENTOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS.....	29
2.4 ENSINO–APRENDIZAGEM.....	30
2.4.1 Plano de Trabalho Docente.....	30
2.4.2 Avaliação.....	32



2.4.2.1	Processo de Classificação.....	37
2.4.2.2	Processo de Reclassificação.....	37
2.4.2.3	Progressão Parcial.....	38
2.4.2.4	Aproveitamento de Estudos.....	38
2.4.2.5	Adaptação.....	38
2.4.2.6	Revalidação e Equivalência.....	39
2.4.3	Conselho de Classe.....	40
2.4.4	Registros da Prática Pedagógica.....	42
2.5	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO PÚBLICO- ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	43
2.5.1	Sala de Recursos Multifuncional – Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos.....	44
2.5.2	Sala de Recursos Multifuncional – Área da Surdez.....	47
2.5.3	Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa-TILS.....	47
2.6	ARTICULAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO.....	49
2.7	ARTICULAÇÃO ENTRE DIRETORES, PEDAGOGOS, PROFESSORES, COORDENADORES DE CURSOS TÉCNICOS, SUPORTES TÉCNICOS DE LABORATÓRIO, SUPERVISORES DE ESTÁGIO E DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	50
2.8	ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COM OS PAIS E OU RESPONSÁVEIS.....	51
2.9	FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	52
2.10	ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE.....	53
2.11	ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO E CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS.....	55
2.12	ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR.....	58
2.12.1	Aula Especializada de Treinamento Esportivo (AETE).....	59
2.12.2	Atividades de Ampliação de Jornada Periódica.....	59
2.13	SALA DE APOIO A APRENDIZAGEM.....	60
2.14	CELEM (CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA) – ESPANHOL	60



2.15	ÍNDICES DE APROVEITAMENTO ESCOLAR (INDICADORES EXTERNO E INTERNOS), ABANDONO/EVASÃO E RELAÇÃO IDADE/ANO	61
2.15.1	Abandono Escolar.....	66
2.15.1	Prevenção ao uso de Álcool e outras Drogas e enfrentamento às Violências.....	67
2.16	RELAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DISCENTES.....	68
2.16.1	Atribuições do Professor Coordenador de Turma.....	69
2.16.2	Atribuições do Representante de turma.....	69

CAPÍTULO III

	FUNDAMENTOS TEÓRICOS - MARCO CONCEITUAL.....	72
3.1	EDUCAÇÃO, HOMEM (INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE, ADULTO E IDOSO), MUNDO, SOCIEDADE E CIDADANIA.....	73
3.1.1	Concepção de sociedade e educação.....	73
3.1.2	Concepção de homem e mundo.....	73
3.1.3	Concepção Escola e Cidadania.....	75
3.1.4	Concepção de infância, adolescente, juventude, adulto e idoso.....	75
3.2	CONCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE.....	80
3.2.1	Concepção de Tempo e Espaço Pedagógico.....	80
3.2.2	Concepção de diversidade e Educação Inclusiva.....	80
3.3	CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR, CURRÍCULO, CUIDAR E EDUCAR.....	82
3.3.1	Concepção de Gestão Escolar.....	82
3.3.2	Concepção de Currículo.....	85
3.3.3	Concepção de Cuidar e Educar.....	86
3.4	CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO, TECNOLOGIA.....	87
3.4.1	Concepção de Ensino-Aprendizagem.....	87
3.4.2	Concepção de alfabetização e letramento.....	88
3.4.3	Concepção de conhecimento.....	89
3.4.4	Da Avaliação do Ensino Aprendizagem.....	89



3.4.5	Concepção de Tecnologia.....	91
3.5	CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, CULTURA, TRABALHO E ESCOLA.....	91
3.5.1	Concepção de Formação Humana Integral.....	91
3.5.2	Concepção de Trabalho.....	92
3.6	FORMAÇÃO CONTINUADA.....	92

CAPÍTULO IV

MARCO OPERACIONAL.....	95	
4.1	CALENDÁRIO ESCOLAR.....	95
4.2	PROGRAMA E PROJETOS EDUCACIONAIS.....	98
4.2.1	Programa Agrinho.....	98
4.2.2	Programa Institucional de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	98
4.2.3	Programa de Atendimento Esportivo Comunitário – Voleibol.....	99
4.2.4	Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).....	99
4.2.5	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)..	99
4.2.6	Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.....	100
4.2.7	Gincana Cultural e Esportiva.....	100
4.3	AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS.....	100
4.3.1	Evasão Escolar.....	101
4.3.2	Enfrentamento a Indisciplina.....	102
4.3.3	Enfrentamento ao Uso de Drogas e Álcool.....	102
4.3.4	Aprovação dos estudantes pelo Conselho de Classe.....	103
4.3.5	Elevação dos Índices das Avaliações Externas.....	104
4.3.6	Acompanhamento Da Hora Atividade.....	104
4.3.7	Formação Continuada.....	105
4.3.8	Elevação do Desempenho Acadêmico dos Estudantes.....	105
4.3.9	Organização da Rotina Da Escola e da Sala De Aula.....	106
4.3.10	Gestão Escolar.....	107
4.4	PLANO DE AÇÃO – 2016.....	108
4.4.1	Dimensão: gestão democrática.....	108
4.4.2	Dimensão: prática pedagógica.....	109



4.4.3	Dimensão: avaliação.....	111
4.4.4	Dimensão: acesso, permanência e sucesso na escola.....	113
4.4.5	Dimensão: ambiente educativo.....	115
4.4.6	Dimensão: formação dos profissionais da escola (professores e agentes I e II).....	117
4.5	CENTRO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – CELEM.....	118
4.6	AÇÕES REFERENTES À FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR.....	119
4.6.1	Serviço De Apoio À Rede De Escolarização Hospitalar – SAREH.....	119
4.6.2	Estudante em estado de gestação.....	121
4.6.3	Estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas.....	122
4.6.4	Flexibilização Curricular na Educação Especial.....	122
4.6.4.1	Sala de Recursos Multifuncional – Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos.....	122
4.6.4.2	Ações para a melhoria da relação do professor da SRM com o professor da sala comum, pedagogos, direção e familiares.....	124
4.6.4.3	Sala de Recursos Multifuncional - Área da Surdez.....	126
4.6.4.4	Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa-TILS.....	129
4.6.4.5	Ações que competem ao Professor da sala comum, Pedagogo e Direção.....	130

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	132
------------------------------	-----

CAPÍTULO VI

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP.....	134
--	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	136
---------------------------------	-----



APRESENTAÇÃO

A reestruturação do PPP - Projeto Político Pedagógico foi elaborada a partir da Instrução nº 003/2015 – SUED/SEED, de 28 de agosto de 2015, cuja orientação quanto à elaboração destina-se ao sistema de ensino do Paraná. No âmbito do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – EFMP, o documento tem por objetivo indicar caminhos nas dimensões administrativas e pedagógicas na perspectiva da gestão democrática preconizada para a escola pública desde 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (**LDB**). De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

O PPP do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – EFMP, traduz em linhas gerais o processo histórico da instituição, o perfil da comunidade escolar, a análise da realidade escolar, as definições conceituais e curriculares, as práticas pedagógicas, o planejamento e avaliação no sentido de subsidiar gestores, equipe pedagógica, funcionários, professores, estudantes e a comunidade local na elaboração, normatização e execução das ações educativas. Reflete a identidade da escola, seus objetivos, orientações, ações e formas de avaliar os processos de aprendizagens, estabelecendo metas e buscando melhorias.

Este documento é o resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação desta unidade escolar com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito deste Colégio. O processo de elaboração se deu em três etapas, o primeiro a ser analisado foi o Marco Situacional nele está descrito o perfil socioeconômico da comunidade escolar e as necessidades de avanços na prática pedagógica, num segundo momento foi discutido o Marco Conceitual que apresenta os princípios didáticos pedagógicos relacionados a concepção Histórico Crítico e por fim o Marco Operacional que define as linhas de ação, a curto, médio e longo prazo, na perspectiva pedagógica, administrativa e político-social, à luz das concepções assumidas no marco conceitual.



Há a consciência, por parte dos que o produziram, de que se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos, porque nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história. Portanto, nossa reflexão continua baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma *práxis* responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.



CAPÍTULO I

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 LOCALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Instituição de Ensino: Colégio Est. Prof. Bento Munhoz da Rocha Neto – E. F. M. P.

Código da Instituição: 0048

Endereço: Rua Enira Braga de Moraes, 313.

Município: Paranavaí

NRE: Paranavaí

Código do NRE: 22

Código do INEP: 41002024

Dependência Administrativa: Estadual

Localização: Zona Urbana

Oferta de Ensino: Ensino Fundamental Anos Finais; Ensino Médio; Educação Profissional Integrada de Nível Técnico; Educação Profissional Subsequente de Nível Técnico.

Ato de Autorização da Instituição:

Resolução nº 2997/1977 de 03 de março de 1977.

Ato de Reconhecimento da Instituição:

Resolução nº 15/1982 de 07 de janeiro de 1982.

Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar: nº 46/2008 de 30 de abril de 2008

Entidade Mantenedora: Secretaria de Estado da Educação

Email: pvabentomunhoz@seed.pr.gov.br

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INSTITUIÇÃO

O Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, foi inaugurado no dia 04 de novembro de 1974, pelo Governador do Estado do Paraná Exmo. Sr. Emílio Gomes e pelo Secretário do Estado da Educação e Cultura Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira e o Prefeito Municipal de Paranavaí Sr. Benedito Pinto Dias, sob a denominação de Unidade Polo de Paranavaí - Ensino de 1º Grau.

O Colégio foi projetado para atender alunos de 5ª à 8ª séries pela Lei Federal nº 5692/71. Além da formação Geral, oferecia também Formação Especial para sondagem de Aptidões e Iniciação para o Trabalho, onde os alunos recebiam orientações de professores especializados em Oficinas: Técnico Comercial, Escritório-Modelo, Noções de Culinária,



Indústria Caseira, Trabalhos Manuais, Horticultura e Jardinagem, Técnica Agrícola e Técnica Industrial.

Seu primeiro ano de funcionamento deu-se no ano de 1975, logo após a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento do Pessoal Técnico-Administrativo e Docente, realizado na cidade de Londrina, Secretaria de Educação-Premen, neste período a Escola foi dirigida pela professora Kiyomi Hirose.

De 08 a 10 de outubro de 1977, Excelentíssimo Sr. Jaime Canet Júnior, Governador do Estado, instalou o governo nesta Escola, despachando juntamente com seu secretariado. Em 21 de dezembro de 1981 o nome passa a ser Escola Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino de 1º Grau.

Em 1981 foi criada a Fundação da Fanfara Estudantil e em 1989, implantação do curso de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. Finalmente em 1990, com a implantação gradativa do curso de 2º Grau - Educação Geral, denominou-se Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino de 1º e 2º Grau.

Com a criação do Curso de 2º Grau - Educação Geral - através da Resolução 3577/89 de 20 de dezembro de 1989 e do Parecer 1478/89 em 12 de dezembro de 1989, foi alterada a denominação para Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino de 1º e 2º grau.

A Autorização de funcionamento do curso de 2º Grau pela Resolução nº 3577/89 em 20 de dezembro de 1989, foi prorrogado pela Resolução nº 3711/91 em 25 de outubro de 1991 e foi reconhecido pela Resolução 1546/94 em 21 de março de 1994 em DOE de 08/04/94 e Parecer nº 019/94 de 11 de fevereiro de 1994.

Em 1989 foi implantado o Curso de 1ª a 4ª séries do 1º grau, pela Resolução nº 4015/88 juntamente com o Ciclo Básico. Em 1991 foi implantado o curso Pré-Escolar que deixou de funcionar em 1993. Em 1994, com a municipalização do Ensino, iniciou-se a extinção gradativa de 1ª a 4ª séries.

Em julho de 2009 iniciaram-se as primeiras turmas do ensino técnico profissionalizante, modalidade subsequente, Técnico em Enfermagem e em Saúde Bucal, em fevereiro de 2010 uma turma na modalidade integrada, Saúde Bucal e no 1º Semestre de 2016 iniciou-se as primeiras turmas dos Técnicos em Estética e Prótese Dentária na modalidade Subsequente no período noturno.



Em março de 2010 de acordo com a Resolução n.º 28/2010 – DOE de 01/03/2010 o Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - EFM, passa a denominar-se Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino Fundamental, Médio e Profissional.

Gestores do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino Fundamental e médio, 1975 a 2016:

- Kiyomi Hirose (1975/1976)
- Margarida Silva Catalan (1977/1978 – 1985 – 1993/1997)
- Eneuvaire de Lourdes Voidelo Gonçalves (1979/1982)
- Santiago Aires Romanholo (1983/1984)
- Yolanda Yokimi Egashira (1986 /1987)
- Auzília Bana da Silva (1988/1992)
- Alziro Melli Lopes (1998/2014)
- Vera Rodrigues da Silva Liones (2015)
- Tania Mara Amadei (2016)

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA INSTITUIÇÃO E QUANTIDADE DE ESTUDANTES

1.3.1 Horário por etapas e modalidades

MATUTINO: Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional (Integrado)

Aula	Início	Término
1º	7:30	8:20
2º	8:20	9:10
3º	9:10	10:00
INTERVALO	10:00	10:15
4º	10:15	11:05
5º	10:55	11:55

VESPERTINO: Anos Finais Ensino Fundamental e Ensino Médio

Aula	Início	Término
1º	13:20	14:10
2º	14:10	15:00



3°	15:00	15:50
INTERVALO	15:50	16:05
4°	16:05	16:55
5°	16:55	17:45

NOTURNO: Ensino Médio, Educação Profissional Integrado (Saúde Bucal) e Subsequente (Estética)

Aula	Início	Término
1°	18:50	19:40
2°	19:40	20:30
3°	20:30	21:20
INTERVALO	21:20	21:30
4°	21:30	22:15
5°	22:15	23:00

NOTURNO: Ensino Profissional Subsequente (Enfermagem, Saúde Bucal, Prótese Dentária)

Aula	Início	Término
1°	19:40	20:30
2°	20:30	21:20
INTERVALO	21:20	21:30
3°	21:30	22:15
4°	22:15	23:00

Centro de Língua Estrangeira Moderna – CELEM

VESPERTINO

Turmas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta
1° Série – A Curso Básico		13:20 – 15:00 h		13:20 – 15:00 h
2° Série – B Curso Básico	13:20 – 15:00 h		13:20 – 15:00 h	

NOTURNO

Turmas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta
1° Série – A Curso Básico		19:00 - 20:40 h		19:00 - 20:40 h
2° Série – B Curso Básico		19:00 - 20:40 h		19:00 - 20:40 h



Aprimoramento 19:00 - 20:40 h

19:00 - 20:40 h

Atividades de Ampliação de Jornada

MANHÃ

Modalidade	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
AETE-Handebol Ensino Fundamental			9:10 - 11:05 h	7:30 – 9:10 h	
AETE-Futebol Ensino Fundamental	9:30 – 11:10 h		9:30 – 11:10 h		
Periódica Rádio Escolar Ensino Fundamental		8:30 – 10:10 h			8:30 -10:10 h

TARDE

Modalidade	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Periódica Futsal Ensino Médio	13:20-15:00		13:20-15:00		
Periódica Handebol Ensino Fundamental	13:20-15:00		13:20-15:00		

Sala de Recursos Multifuncional - Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos

Manhã: Segunda, Terça e Quinta-feira

Horário: 7:30 h às 11:55 h

Tarde: Segunda, Terça e Quinta-feira

Horário: 13:20 h às 17:45 h

Sala Multifuncional – Área da Surdez

Tarde: Segunda, Terça e Quarta

Horário: 13:20 às 17:45 h

1.3.2 Quantidade de estudantes por etapas e modalidades – 2016

– PERÍODO MATUTINO

Anos Iniciais Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Turmas	Nº de Alunos	Turmas	Nº de Alunos
6º A/B/C	88	1º A/B/C	89



7º A/B/C	98	2º A/B	80
8º A/B	71	3º A/B	61
9º A/B/C	67	2º TSB	23
Total	324	Total	253

Educação Especial	Total de Alunos
Sala de Rec. Multifuncional - Turmas E/F/G/H	19
Sala de Apoio a Aprendizagem	
Matemática	20
Português	20
Aula Especializada de Treinamento Esportivo	
Futebol	29
Handebol	22
Atividades Periódicas	
Rádio Escolar	28

– **PERÍODO VESPERTINO**

Anos Iniciais Ensino Fundamental		Ensino Médio	
Turmas	Nº de Alunos	Turmas	Nº de Alunos
6º D	31	1º D	33
7º D/E/F	92	2º C	29
8º C/D/E/F	105	3º C	25
9º D/E	66	-	-
Total	294	Total	87

Educação Especial	Total de Alunos
Sala de Rec. Multifuncional - Turmas E/F/G/H	20
Sala de Rec. Multifuncional – Surdez	5
Sala de Apoio a Aprendizagem	
Matemática	20
Português	20
CELEM – ESPANHOL	
1º Ano	30
2º Ano	11
Atividades Periódicas	
Handebol	28
Futsal	21

– **PERÍODO NOTURNO**

Ensino Médio		Educação Profissional Integrado ao Ensino Médio	
Turmas	Nº de Alunos	Turmas	Nº de Alunos
1º E	38	3º TSB	10
2º D	42	4º TSB	23
3º D	45	-	-



Total 125 **Total** 33

Educação Profissional Subsequente	
Turmas	Nº de Alunos
1º Sem. Tec. Enfermagem	44
2º Sem. Tec. Enfermagem	28
3º Sem. Tec. Enfermagem	21
4º Sem. Tec. Enfermagem	23
Total	116
3º Sem. Tec. Saúde Bucal	18
4º Sem. Tec. Saúde Bucal	18
Total	36
1º Sem. Tec. Prótese Dentária	40
2º Sem. Tec. Prótese Dentária	18
Total	58
1º Sem. Tec. Estética	39
2º Sem. Tec. Estética	27
Total	66
Total do Ensino	276

CELEM – ESPANHOL	Nº de Alunos
1º Ano	24
2º Ano	14
Aprimoramento	11
Total	49

1.4 ESTRUTURA FÍSICA, MATERIAIS E ESPAÇOS PEDAGÓGICOS

O Colégio encontra-se estruturado fisicamente em 04 blocos, distribuídos da seguinte forma:

1º BLOCO

- 10 Salas de aula com ventiladores e ar condicionado, TV Pendrive;
- 01 Biblioteca;
- 01 Pátio aberto com cobertura;
- 01 Portão de entrada para alunos;
- 01 Portão grande de entrada para carros;

2º BLOCO (Parte Administrativa)

- 01 Sala de Direção;
- 01 Sala da secretaria;



- 01 Sala da Secretaria Chefe;
- 01 Almoxarifado;
- 01 Sala da Direção Auxiliar;
- 01 Sala para Coordenação dos Cursos Técnicos e Atividade Periódica Rádio Escolar;
- 01 Depósito para materiais diversos;
- 02 Salas para Equipe Pedagógica;
- 01 Sala para os Professores;
- 01 Sala para Hora Atividade;
- 04 Sanitários masculinos para professores com duas cubas;
- 04 Sanitários femininos para professores com duas cubas;
- 06 Sanitários masculinos para alunos com 4 chuveiros e 4 cubas;
- 07 Sanitários femininos para alunas com 8 chuveiros e cubas;
- 02 Bebedouros com filtro, água gelada e 06 torneiras;
- 01 Pátio aberto com cobertura;

3º BLOCO

- 04 Salas de aula;
- 01 Laboratório de Física, Química, Biologia e Ciências;
- 01 Laboratório de Enfermagem;
- 01 Laboratório de Saúde Bucal, consultório com 02 cadeiras;
- 01 Laboratório de Prótese;
- 01 Laboratório de Estética;
- 01 Sala de Computação com: 07 Comp. Do Paraná Digital e 19 Comp. Do Programa Proinfo;
- 01 Sala Multifuncional – Tipo 1
- 01 Sala Multifuncional – Surdez
- 01 Sala de Apoio Escolar
- 01 Sala de Vídeo
- 01 Sala de depósito de instrumentos da fanfarra

4º BLOCO



- 06 Salas de aula
- 01 Bebedouro com filtro e 4 (quatro torneiras) com água gelada.

OUTRAS DEPENDÊNCIAS

- 01 Quadra de esportes coberta com bebedouro;
- 01 Quadra de esportes descoberta;
- 01 Campo de futebol;
- Estacionamento para carros dos funcionários;
- 01 Casa para permissionário;
- 01 Depósito de materiais de Arte e Ed. Física;
- 01 Oficina de pequenos consertos;
- 01 Refeitório com mesas e bancos para alimentação;
- 01 Cantina com depósito;
- 01 Cozinha com 01 depósito de alimentos;
- 02 Sanitários 01 masculino e 01 feminino no refeitório;

EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS

- 20 Aparelhos de Televisão;
- 01 Retroprojektor;
- 03 Impressoras;
- 04 DVDs;
- 05 Aparelhos se Som;
- 03 Projetores de multimídia (Data show);
- 05 Máquinas fotográficas/filmadoras;
- 54 Computadores (18 para uso administrativo e 36 para uso dos alunos);
- 04 Impressoras Multifuncional;

1.5 RECURSOS HUMANOS

Equipe Técnico Administrativo

Total	Formação					Vínculo			
	Ens. Fundamenta I	Ens. Médio	Grad. Em curso	Sup. Completo	Pós- graduação	QPPE	CLT	QFEB	REPR



Agente I (18)	01	10	02	04	01	01	01	13	03
Agente II (10)	-	-	01	01	08	01	-	09	-

Docentes

Total	Grad. em curso	Formação				Vínculo	
		Pós-graduação	Mestrado	Doutorado	PDE	QPM	REPR
131	01	118	02	01	09	72	59

Equipe Pedagógica e Administrativa

Total	Sup. Completo	Formação				Vínculo	
		Pós-graduação	Mestrado	Doutorado	PDE	QPM	REPR
(08) Pedagogas	-	05	01	-	02	08	-
(01) Diretora	-	-	-	-	01	01	-
(02) D. Auxiliar	-	02	-	-	-	02	-

1.6 INSTÂNCIAS COLEGIADAS**1.6.1 Conselho Escolar**

O Conselho Escolar foi implantado, a partir da década de 80, em várias regiões do país, com a inclusão do inciso VI, do Artigo 206, da Constituição Federal de 1988, que garante a organização democrática do Ensino Público. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/96, estabelece os princípios e fins da educação nacional, entre eles, o princípio da gestão democrática do ensino público. De acordo com o Estatuto próprio ele “é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto-Político-Pedagógico e o Regimento do Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola.”

O Conselho Escolar é o órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior de uma escola. O cargo de Presidente (a) do Conselho Escolar atualmente no estado do Paraná, cabe ao Diretor (a) do Colégio e é formado pela representação dos outros segmentos que compõem a comunidade escolar: representantes de alunos (as) do Ensino Fundamental, Médio e Profissional, professores (as) do Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, Grêmios Estudantil, pais ou responsáveis dos alunos (as) do Ensino



Fundamental e Médio, Equipe pedagógica, Agentes Educacionais I e II, membro da APMF.

Para cada cargo há um titular e um suplente.

Diretora e Presidente do Conselho: Tânia Mara Amadei

TITULARES

Nome	Função/Representantes
Maria Laurete de S. Chagas	Equipe Pedagógica
Evanilde Gimenez Martins	Professor Ensino Médio
Marily Vasconcelos Gomes	Professor Ensino Profissionalizante
Sônia Alves	Professor Ensino Fundamental
Lucimara da Silva Ferreira	Agente Educacional II
Cristina Alves da Silva	Agente Educacional I
João Victor Souza P. da Cruz	Grêmio Estudantil
Ademir Muniz Lustosa	Aluno Ensino Profissionalizante
Milene Rafaela de Souza	Aluno Ensino Médio
Maria Gorete C. dos Santos	Mãe do aluno do Ensino Fundamental
Francisco Carneiro dos S. Soares	A.P.M.F.

SUPLENTES

Nome	Função/Representantes
Cleide Monteiro Franchini	Equipe Pedagógica
Regiane Abrahão	Professor Ensino Médio
Giselle Justina Wessler	Professor Ensino Profissionalizante
Sandrely Gonçalves Ribeiro	Professor Ensino Fundamental
Ortencia Maria do Carmo B. Balbo	Agente Educacional II
Osvandir de Brito Cunha	Agente Educacional I
Vitória Maria da Silva Ricardo	Grêmio Estudantil
Alessandra de S. C. do Nascimento	Aluno Ensino Profissionalizante
Jéssica Caroline Cândido	Aluno Ensino Médio
Tatiana Gonçalves de Melo	Mãe do aluno do Ensino Fundamental
Vanildo Neres e Silva	Pai de aluno do Ensino Médio
Maria Cristina Soares dos Santos	A.P.M.F.

No Colégio os representantes do Conselho tomaram posse no dia 02 de dezembro de 2015, o mandato tem duração de dois anos e tem suas ações respaldadas através do seu próprio estatuto, que normatiza a quantidade de membros, formas de convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias, como é realizado o processo de renovação dos conselheiros, dentre outros assuntos que competem a essa instância. Neste sentido, cabe aos representantes do Conselho Escolar:

Deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola;



Participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico e acompanhar sua implementação na escola;

Analisar e aprovar o Calendário Escolar para o início de cada ano letivo;

Analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões;

Acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e;

Mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação.

1.6.2 APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários

A associação é definida como pessoa jurídica de direito privado. É um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros. A associação é constituída por prazo indeterminado.

Neste Colégio, a associação é composta pelos seguintes integrantes:

Membros da Diretoria da APMF

Presidente: Gilberto Fernandes de Souza

Vice-Presidente: Neide de Oliveira Ferreira

Primeira Secretária: Antonia Alves de Amorim Silveira

2º Secretária: Ortência Maria do Carmo Biltahuer Balbo

Primeira Tesoureira: Dilma de Lourdes Branquinho de Oliveira

2º Tesoureiro

Meire Cristina Nunes de Freitas

Primeira Diretor Sócio Cultural Esportivo: Sonia Alves

Segundo Diretor Sócio Cultural Esportivo: Paulo Lúcio Vieira

Conselho Deliberativo e Fiscal:

Eduardo Antonio Silva

Bruna Natalina R. do Nascimento

Lelyana Cristina de Almeida dos Santos

Francisco Lopes da Silva

Maria Regina Pinha dos Santos



Geovany Luiz Triques

Elizabeth Aparecida Campos Triques

Valdenice Barbosa Alves

Francisco Carneiro dos Santos Soares

Diretores Colaboradores:

Walter Mariano Maia

Anni Paula de Moraes

José Luiz Godoy Rocha

Rosely de Oliveira

Marcia Mazzin

Milton Borges Novaes

Fabíula Bernardino da Silva

Os membros da diretoria tomaram posse no dia 08 (oito) de abril do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), os quais desempenharão suas funções até o dia 27 (vinte e sete) de março de 2017 (dois mil e dezessete).

É importante ressaltar que a APMF tem fundamental importância no que diz respeito ao princípio de gestão democrática assegurado pela LDB 9394/96 no seu artigo 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Com base na legislação, fica a cargo das instituições de ensino assegurar a gestão democrática. A APMF “entra na escola” como um mecanismo a fim de garantir a participação da comunidade escolar na gestão da escola e na relação que integra a família/escola/comunidade. A eleição da diretoria acontece por meio da apresentação de chapas à comunidade. Para isso, cria-se uma comissão eleitoral, órgão responsável por apresentar as chapas candidatas, definir data, hora e local da votação, estipular critérios para a campanha e convocar a comunidade para a eleição. Os principais objetivos da APMF são:

Discutir, no seu âmbito de ações de assistência ao educando, aprimoramento do ensino e integração família – escola – comunidade, enviando sugestões em consonância com



proposta pedagógica para apreciação do Conselho Escolar e equipe - pedagógico – administrativa;

Prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Promover o entrosamento entre pais, alunos, professores e funcionários e toda a comunidade, através de atividades educacionais, sociais, culturais e desportivas, ouvindo o Conselho Escolar;

Representar os reais interesses da comunidade escolar contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade de ensino, visando uma escola pública, gratuita e universal;

Gerir e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhes forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, com registro em livro ata;

Colaborar com a manutenção e conservação do prédio escolar e suas instalações, conscientizando sempre a comunidade sobre a importância desta ação.

1.6.3 Grêmios Estudantil

Os Grêmios Estudantis compõem uma das mais duradouras tradições da nossa juventude. Pode-se afirmar que no Brasil, com o surgimento dos grandes estabelecimentos de ensino secundário, nasceram também os Grêmios Estudantis, que cumpriram sempre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude, organizando debates, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades.

No período da ditadura, muitas Escolas, contrariando as leis vigentes e correndo grandes riscos, mantiveram as atividades dos Grêmios livres, que acabaram por se tornar importantes núcleos democráticos de resistência. Com a redemocratização brasileira, as entidades estudantis voltaram a ser livres, legais, ganhando reconhecimento de seu importante papel na formação da nossa juventude. Em 1985, por ato do Poder Legislativo, o funcionamento dos Grêmios Estudantis, foram assegurados pela Lei n. 7.398, como entidades autônomas de representação dos estudantes.

O Colégio entende que o grêmio estudantil é instância colegiada e deliberativa, a partir da qual os estudantes se organizam de modo mais sistemático, considerando os fundamentos



históricos e políticos da constituição do movimento estudantil e sua participação no processo de redemocratização do Brasil. Nosso trabalho consiste em afirmar a importância da formação dos representantes da comunidade escolar. Neste sentido, é fundamental que os alunos se apropriem, a partir de situações reais, do conceito de representação e do que significa representar seus pares em diferentes espaços, com vistas a assegurar a defesa dos interesses e das necessidades do segmento dos alunos.

O Grêmio do Colégio possui estatuto próprio, a última comissão de representantes do Grêmio tomou posse no dia 26 de setembro de 2016, o mandato da diretoria é de dois (2) anos a partir da data de posse.

Presidente: Mavily Stefany Ribeiro dos Santos

Vice-Presidente: Willian Felipe Suett Pascuti Alves

Secretário Geral: Diessica Guimarães da Cunha

Secretário: José Henrique Gonçalves

Tesoureiro Geral: Giovana Moraes Gonçalves

Tesoureiro: Lauro dos Santos Costa

Diretor Social: Eduardo Antonio da Silva

Diretor de Imprensa: Isabely Rauane C. Moreira

Diretor de Esportes: Brendha Sigoli Grandi

Diretor de Cultura: Allan Sidney Simões Benedetti

Diretor de Saúde e Meio Ambiente: Taiane Lopes Alves

1.6.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada turma do estabelecimento de ensino. Constitui-se num momento/espaço previamente planejado para a avaliação coletiva do trabalho pedagógico. O Conselho de Classe busca a tomada de decisões relativas aos encaminhamentos necessários tendo em vista os resultados obtidos e a superação dos problemas diagnosticados; definição de atribuições/ações a serem implementadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e prazos/espaços para implementação das propostas acordadas. É constituído pela direção, equipe pedagógica, secretária, professores, alunos. Mais adiante no item que trata sobre o Ensino e Aprendizagem está descrito como se dá o encaminhamento e a realização das atividades desse Conselho.



CAPITULO II

DIAGNÓSTICO xDA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - MARCO SITUACIONAL

2.1 PERFIL DA COMUNIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, geograficamente situado na planta central da cidade atende em média 1412 alunos distribuídos em três turnos, no Ensino Regular – Fundamental, Médio, Técnico Profissional em Enfermagem, Saúde Bucal, Estética e Prótese nas modalidades subsequente e integrado, os Programas de Ampliação de Jornada Escolar, Educação Especial – Sala de Recursos Multifuncional (Deficiência Intelectual, Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos), Sala de Recursos Multifuncional - Surdez, Apoio a Aprendizagem, CELEM – Espanhol, perfazendo um total de 1780 matrículas. O princípio da gestão democrática norteia todo trabalho pedagógico e administrativo, logo, o Colégio é administrado por intermédio dos representantes do corpo docente, dos estudantes, dos funcionários e da direção, assim como com representantes do Conselho Escolar, APMF e do Grêmio Estudantil.

Visando conhecer melhor a comunidade escolar, ou seja, o público interno da escola, se faz necessário conhecer a condição socioeconômica e cultural da comunidade escolar. Para traçar esse perfil, foram coletados dados por meio de um questionário, respondido por 975 (novecentos e setenta e cinco) estudantes matriculados, no período matutino e vespertino, 56 (cinquenta e seis) do Ensino Médio noturno. A pesquisa procurou evidenciar o peso de variáveis como: o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras que interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos.



Os dados coletados no período matutino e vespertino mostram que, os (as) estudantes são adolescentes e jovens solteiros, oriundos da zona urbana dos mais variados bairros da cidade, porém um percentual maior de alunos 27.9% reside no Jardim Simone e 21,7% no Jardim São Jorge e outros que ficam próximo da escola.

O núcleo familiar desses alunos compõe-se de três a quatro pessoas, sendo que a maioria 62.6% moram com o pai e mãe, 23.9% residem somente com a mãe, pouquíssimos vivem com o pai, avós, tios e outros parentes. Quanto a cor 45,5% se declaram branco e 44,2% parda. A religião predominante é a católica com aproximadamente 52,9% dos alunos, em seguida a evangélica, com 34.8% dos alunos, sem religião 6,4%, e os outros 0.5% são de outras religiões.

Quanto ao nível de escolaridade da mãe (mulher que criou) e do pai (homem que criou), observados nos gráficos abaixo, é possível perceber que grande parte dos pais e mães não atingiram a primeira etapa de escolarização, isto é, possuem o Ensino Fundamental incompleto 21.2% quando mulher e 30.8% quando homem. Além disso, verifica-se que destes progenitores, 25% no caso o pai e 28.5% a mãe, completaram apenas o Ensino Médio.

Quanto a situação conjugal dos pais, os dados apontam que 15.3% vivem juntos, mas não são casados, 36.1% são separados, 48.6% são casados civilmente e que 62.6%, moram com o pai e a mãe e 23.9% residem apenas com a mãe.

Para conhecer a renda familiar dos alunos, foram utilizadas questões sobre: a renda mensal das famílias e ficou evidenciado que 19.1% recebem um salário mínimo e somados 68% recebem em torno de até quatro salários mínimos; a participação do estudante na vida econômica da família, 84.1% responderam que não trabalham e os gastos são financiados pela família; a casa em que moram 56.6% responderam que a residência é própria e quitada, 20.5% é própria financiada e 16.9% alugada; a descrição dos bens, a maioria 67% respondeu que possui casa própria, carro, além de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

O questionário perguntava aos alunos sobre as atividades que costumam fazer nas horas de lazer ou vagas, 38.1% responderam que ficam na internet, 17.9% assistem programas na TV, 12.4% jogam no computador ou videogame e apenas 7.4% apreciam leitura de livros e revistas, ainda sobre a frequência que utilizam a biblioteca da escola, 38.4% responderam que vão uma vez a cada 15 (quinze) dias. Os programas de apoio escolar que o colégio oferta e são mais conhecidos aparece o PIBID (Programa Institucional de Iniciação à docência), com



um percentual de 54%, seguido da sala de apoio 14,7%, é curioso que 81,7% não participam de nenhum projeto/programa de apoio ofertado pelo Colégio.

Quanto a participação dos pais ou responsáveis na vida acadêmica, 56.6% responderam que a frequência desses no Colégio se dá na reunião trimestral na entrega do boletim, apenas 14.5% comparecem espontaneamente. Para realizar as tarefas e trabalhos escolares 42.8% são ajudados pelo pai ou mãe e 46.2% não recebe ajuda de ninguém.

Sobre discriminação, 51.7% disseram que não sofreram nenhum tipo de discriminação, no entanto 28.3% já foi vítima de preconceito com relação a aparência física (gordo, magro, alto, baixo etc.), 6.2% com relação a etnia racial, 4.4% por ter sido identificado (a) como homossexual e pela religião 2.5%, esse quadro demonstra um número alto de estudantes que sofrem discriminação.

Quando questionados sobre o motivo da escolha que os levaram a matricular nesse Colégio, 34.7% responderam que consideram ser o melhor, 25.7% por estar mais perto da residência, 23.4% por opção dos pais ou responsáveis e 10.4% porque o irmão já estudava no Colégio. Quanto a continuidade dos estudos, 82% pretendem terminar o Ensino Médio e fazer uma faculdade, 10.6% pretendem fazer um curso profissionalizante após o término do Ensino Médio e apenas 6.8% querem terminar o Ensino Médio e não estudar mais.

Quanto aos estudantes do Ensino Médio noturno 87% são jovens solteiros, e apenas 8% possuem filhos, sobre atividade remunerada, 34% declararam que são trabalhadores e recebem de um até dois salários mínimos. Outro dado curioso é que 48% declararam que reprovaram uma vez e 20% mais de uma vez, porém a expectativa para fazer um curso de nível superior é alta 73% demonstram essa vontade.

No Ensino Técnico Profissional, nas modalidades subseqüente e integrado, participaram da pesquisa dezesseis (16) estudantes do curso de Prótese Dentária, sessenta e cinco (65) de Saúde Bucal do período noturno e vinte e três (23) de Saúde Bucal do período diurno. Dos 119 estudantes entrevistados, 75% são jovens solteiros e 17% casados, um percentual elevado em torno de 79% exerce atividade remunerada, atualmente trabalham no comércio, na indústria e fazem trabalho doméstico. Os motivos pelos quais decidiram buscar uma atividade remunerada, 50% responderam que é para ajudar nas despesas com a casa, 84% ser independente, 82% adquirir experiência, 61% custear os estudos e 35% para sustentar a família.



A grande maioria, 75% afirmaram que não pretendem deixar de estudar, 14,4% desistiram do curso por problemas familiares. Quando questionadas sobre as condições gerais das instalações físicas de salas de aula, biblioteca e ambientes de estudo 45% consideram adequadas somente algumas, sobre os laboratórios, equipamentos, materiais e serviço de apoio específico 38% assinalaram que a maior parte é adequada e 38% somente algumas. Quanto ao acesso dos estudantes à internet para atender as necessidades pedagógicas 61% responderam que é parcialmente viabilizado.

Nas demais variáveis pesquisadas como o acesso a bens culturais e tecnológicos, Internet, escolarização dos pais, hábitos de leitura, atividades culturais como cinema, teatro, museu e gênero musical, ambiente familiar, apresentam perfil semelhante aos estudantes do diurno.

Na pesquisa realizada junto aos alunos do 1º, 2º, 3º e 4º Semestre do curso Técnico Subsequente em Enfermagem, pode-se verificar que dos 96 alunos que participaram da pesquisa, 53 exercem atividade remunerada, sendo que destes, 24% já trabalham na área de saúde. Quanto ao Plano de Curso, 65% disseram que conhecem e 29% disseram que não. No entanto, 96% disseram que conhecem o perfil profissional do curso e apenas 4% disseram que não. Quanto aos laboratórios de uma forma geral, 49% disseram que suas instalações são suficientes; 24% integralmente e 13% disseram ser regular. No entanto, especificamente em relação às aulas práticas no laboratório de Enfermagem, 25% disseram que o uso é integral; 40% suficiente, 16% regular e apenas 4% insuficiente. Observa-se que 57% dos alunos afirmaram que o curso corresponde as suas expectativas integralmente; 34% de forma suficiente e apenas 5% regular.

No que diz respeito à relação entre teoria e prática no laboratório específico do curso e também em campo de estágio, 48% disseram que o curso oportuniza integralmente essa relação; 34% de forma suficiente; 7% de forma regular e 2% de forma insuficiente; quanto às Visitas Técnicas durante o curso, 61% disseram que o curso oferece integralmente; 31% suficientemente; 3% de forma regular e 2% insuficiente. Perguntado se os conteúdos trabalhados nas disciplinas contribuem para a formação técnica profissional em enfermagem, 66% responderam que sim, de forma integral; 31% de forma suficiente e apenas 2% de forma regular. Quanto à atualização e domínio dos conteúdos pelos professores, 59% disseram que integralmente; 29% de forma suficiente; 8% regular e apenas 1% insuficiente. Quanto às atividades trabalhadas em sala, 52% disseram que os professores trabalham com atividades



inovadoras e interdisciplinares integralmente; 38% disseram que de forma suficiente; 6% de forma regular e 2% de forma insuficiente.

Em relação ao cumprimento da carga horária, 64% disseram que é cumprida integralmente; 34% suficientemente e 1% regular. No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, 55% responderam que as mesmas são compatíveis integralmente com os conteúdos trabalhados; 39% disseram ser de forma suficiente e apenas 6% disse que é de forma regular. Ainda em relação à avaliação, 57% disseram que há diversidade de instrumentos de avaliação de forma integral; 35% de forma suficiente, 5% de forma regular e 1% insuficiente. Das dificuldades encontradas para realização do curso responderam: 18% ser o transporte; 7% problemas familiares; 2% problemas de saúde; 17% problemas financeiros; 1% defasagem de conteúdo; 38% disseram não ter dificuldades e 13% apontaram outros.

Ao final, dentre as sugestões dadas pelos alunos para melhoria do curso, destaca-se: Mais aulas práticas no laboratório Específico do curso; incluir a disciplina de farmacologia na matriz curricular do curso; quando houver estágio durante o dia, não ter aula à noite; realizar mais visitas técnicas, em hospitais do câncer; laboratórios de anatomia das Universidades; visitas a hospital psiquiátrico, etc.; Maior tempo de preparação com aulas teóricas e práticas de laboratórios antes de ir para campo de estágio.

2.2 GESTÃO ESCOLAR

A gestão democrática tem se tornado tema de debate e reflexões frequentes, na área educacional, visto que esse princípio está posto constitucionalmente e reposto na lei de diretrizes e base da educação nacional. O termo gestão tem sua raiz etimológica, em *ger*, que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. Neste sentido, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução dos conflitos, um novo modo de administrar a realidade, pois traduz a ideia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo.

O princípio de gestão pública está legalmente amparado na Constituição Federal, o art. 37, põe princípios que devem reger a administração pública, que são a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. De acordo com Jamil Cury, “estes princípios, se e quando efetivados, colocam a transparência, o diálogo a justiça e a competência como transversais à cidadania democrática e republicana. Eles se válidos para



todo e qualquer servidor público, com maior razão se aplicam aos que detém uma maior parcela de autoridade no âmbito do serviço público (2002, p. 168).”

Referente a gestão democrática a **LDB - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no **Art. 3º**, no inciso **VIII** reafirma tal ideia – “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Os **Art. 12º e 15º** da mesma Lei, reafirmam a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares, a importância da elaboração do Projeto Político Pedagógico, acentuando a articulação com as “famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (**Art. 12º, inciso VI**).

Sendo assim o princípio da gestão democrática é que norteia o trabalho pedagógico e administrativo da Instituição, logo, a escola é administrada por intermédio dos representantes do corpo docente, dos estudantes, dos funcionários e da direção da escola, assim como representantes de pais e da comunidade, por meio das Instâncias Colegiadas, APMF, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil.

2.3 EQUIPAMENTOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS

Os recursos escolares, em termos de espaços e equipamentos didático-pedagógicos e seu estado de conservação, influenciam o desempenho escolar dos alunos brasileiros e colabora sensivelmente para o processo formativo do estudante. Quando bem utilizados, podem colaborar para a assimilação e sedimentação dos conteúdos curriculares, tornando as aulas mais atrativas e prazerosas. Nos dias atuais é quase impossível caminhar no espaço escolar sem o uso dessas novas tecnologias, não podemos deixar de destacar a importância que esses recursos trazem e utilizam como, ferramenta norteadora no processo de educação.

Podemos considerar que o Colégio possui recursos escolares básicos para seu funcionamento, neste diagnóstico, vamos considerar três dimensões:

a) existência e uso dos espaços didáticos-pedagógicos (Laboratório de Matemática, Física/Química/Biologia/ Ciências, Laboratório de Informática, Biblioteca, Sala de vídeo, Sala Multifuncional, Sala multifuncional-surdes, Sala de Apoio a Aprendizagem, Quadra de Esportes coberta, Sala da Rádio Escolar);

b) existência e uso dos equipamentos/recursos didático-pedagógicos (material concreto de matemática, mapas geográficos, globos, fitas/DVD educativos, livros didáticos,



livros de literatura, computadores, TVs pen-drive, Datashow, retroprojetores, caixas de som, micro system, impressoras.);

c) existência e uso de laboratórios para os cursos da Educação Profissional (Laboratório de Enfermagem, Consultório Odontológico, Laboratório de Prótese e Laboratório de Estética). Os espaços pedagógicos, equipamentos, recursos didáticos-pedagógicos e laboratório se encontram em bom estado de conservação, em decorrência do uso vão se danificando e necessitam de reparos e consertos, que são providenciados de acordo com a necessidade e disponibilidade de recursos financeiros.

2.4 ENSINO–APRENDIZAGEM

2.4.1 Plano de Trabalho Docente

O PTD é o registro articulador dos fundamentos políticos-educacionais e conceituais expressos no PPP, e dos conteúdos escolares, metodologias de ensino e práticas avaliativas presentes na Proposta Pedagógica, com a finalidade de organizar a prática pedagógica que será realizada em sala de aula. Essa organização prévia permite ao docente direcionar o seu trabalho e definir critérios tanto para avaliar o estudante, como também o seu desempenho docente. Amparado legalmente pela Lei 9394/96, o Art. 13, estabelece que os professores incumbir-se-ão de:

- I** - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II** - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III** - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV** - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V** - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

O Regimento Escolar do Colégio, traz em seu artigo 36, inciso IV, que “compete ao professor elaborar o seu Plano de Trabalho docente”, e, o artigo 34, inciso V, que compete a equipe Pedagógica “Orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino”; assim como deixa claro também no inciso XLVI, desse mesmo artigo que compete também a equipe Pedagógica “elaborar seu Plano de ação”.



Com a intenção de organizar o processo de ensino e aprendizagem, esse documento deve ser elaborado, bimestralmente para os cursos técnicos subsequentes e trimestralmente para o ensino médio regular, subsequente e anos finais do ensino fundamental, por cada professor e, portanto, individual, pois ainda que os conteúdos da PPC sejam os mesmos para os professores da mesma disciplina e da mesma escola, cada turma apresenta características próprias sendo necessário adaptar metodologias diferenciadas de acordo com a necessidade dos estudantes. Assim, é no PTD que o professor vai definir a abordagem que fará de determinado conteúdo, como fará, com quais recursos, quando fará e como se dará a verificação da aprendizagem por parte dos alunos. É nele que se registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. Nesse sentido, o PTD apresenta um modelo, com os itens que devem ser considerados, pelos professores e pela Equipe Pedagógica os quais são:

- Os **conteúdos** selecionados para o período (bimestre/trimestre) de acordo com a PPC ou com as ementas do Plano de curso;
- Os **objetivos** que expressam a intencionalidade do conteúdo;
- A **metodologia** que indica a forma como os conteúdos serão abordados e os recursos a serem utilizados no seu desenvolvimento;
- Na **avaliação**, a explicitação dos **critérios** avaliativos, definidos a partir da intencionalidade dos conteúdos expresso nos objetivos;
- Os **instrumentos** de avaliação que permitem ao professor e ao aluno saber se aconteceu a transmissão-assimilação dos conteúdos. Informação sobre a necessária diversificação de instrumentos;
- Referência à oferta de **recuperação de estudos** concomitante, como prevê o Regimento Escolar, a LDB nº 9394/96 e a Deliberação 07/99.

Dentro desse raciocínio, o PTD não pode ser um planejamento de caráter burocrático construído solitariamente. Trata-se de atividade de planejamento participativo que viabiliza a interação entre os docentes da mesma disciplina e entre docentes de outras disciplinas. Busca-se, neste planejamento, a articulação entre os conteúdos e seus significados para a formação humana integral.

Assim sendo, o PTD deverá ser elaborado, **trimestralmente** nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio, ensino médio integrado e bimestralmente para os cursos técnicos subsequentes a partir dos conteúdos expressos na PPC (Ensino Fundamental e Médio) a qual



por sua vez deverá estar respaldada nas DCNs e nas Diretrizes Curriculares Orientadoras do Estado do Paraná, assim como nos Cadernos de expectativas, e na educação profissional levar-se-á em conta os conteúdos expressos nas ementas dos Planos de Cursos.

Vale ressaltar que durante todo o percurso de construção do PTD pelo professor, assim como, a sua efetividade dentro da sala de aula, deverá contar com presença da equipe pedagógica de forma colaborativa, efetiva e eficiente, orientando e acompanhando o planejamento dos professores, direcionando fundamentos teóricos e intervenções para adequações devidas, para que os docentes possam inovar suas atividades e tomar consciência da importância, da flexibilidade e da imprescindibilidade do PTD.

2.4.2 Avaliação

A LDB nº 9394/96, a Deliberação 07/99 do CEE do Estado do Paraná e o Regimento Escolar do Colégio, são documentos que oferecem suporte legal a uma concepção de avaliação que deve ser entendida como parte do processo de construção do conhecimento. O Caput I, em seu artigo 1º da Deliberação 07/99 do CEE – Câmara do ensino Fundamental e Médio, com respaldo na LDB nº 9394/96, afirma que:

A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

O inciso V e alíneas do artigo 24, da LDB nº 9394/96, de forma expressa prescrevem os critérios a serem observados no rendimento escolar, a saber:

- V – A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
 - b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
 - c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
 - d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
 - e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Conforme os referenciais teóricos e legais, pautados nos princípios de democratização da educação pública, com base em critérios claros e que vise, sobretudo, melhorar o desempenho do estudante, e não somente examinar o seu conhecimento em função da produção de um resultado. Sobre isso a Deliberação 007/99- CEE, artigo 6º e o Regimento



Escolar do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto - EFMP, em seu artigo 103, que dispõe que a Avaliação do Aproveitamento Escolar, será realizada:

De forma contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Parágrafo Único - Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Complementando, o artigo 104 e parágrafo único do Regimento Escolar assim prescrevem:

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

O Parágrafo Único - É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Salientamos ainda que, legalmente é preciso oportunizar uma diversidade de instrumentos de avaliação como meio de aferir a aprendizagem dos alunos, o Artigo 3º da Deliberação 07/99, aponta que “a avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.” O parágrafo 1º desse mesmo artigo descreve ainda que “a avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados” assim como o parágrafo 3º afirma que “é vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.”

Dessa forma, no ensino fundamental anos finais, médio e profissional (integrado) a avaliação organizar-se-á seguindo a trimestralidade, pois, contempla matrizes curriculares em caráter anual. Da mesma forma, têm-se os cursos na modalidade subsequente com matrizes semestrais, cuja periodicidade da avaliação está organizada em dois bimestres (Enfermagem, Saúde Bucal, Prótese, Estética).

Portanto pautado nos referenciais teóricos e legais, citados acima, serão utilizados no mínimo **(2) dois** instrumentos de avaliação, contemplando os conteúdos e ou conteúdos afins e variando as estratégias em individuais e coletivas em cada bimestre ou trimestre, totalizando no seu conjunto dez virgula zero (10,0), que terão por objetivo:

- Diagnosticar e registrar o progresso do aluno e suas dificuldades;
- Possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;
- Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.



- Possibilitar a identificação de conhecimento do aluno e as estratégias por eles empregadas;
- Oferecer desafios, situações-problema a serem resolvidas;
- Contextualizar os conteúdos para que sejam coerentes com as expectativas de ensino e aprendizagem;
- Possibilitar que os alunos refletiam, elaborem hipóteses, expressem seus pensamentos;
- Permitir que o aluno aprenda com o erro;
- Expor, com clareza, o que se pretende;
- Revelar, claramente, o que e como se pretende avaliar.

Para que o processo avaliativo se equacione de maneira coerente e responsável, serão utilizados como instrumentos para aferir a aprendizagem, prova objetiva, prova dissertativa, seminário, trabalho em grupo, trabalho individual, debate, relatório individual, auto avaliação, observação das práticas de estágio nos cursos do ensino profissional, produção textual, provas orais, atividade de leitura compreensiva de textos, projeto de pesquisa bibliográfica, palestra/apresentação oral, atividades experimentais, projeto de pesquisa de campo, aulas práticas de laboratório nos cursos do ensino Profissional, atividades a partir de recursos audiovisuais, e outros, com a condição de que eles sejam bem elaborados e adequados às suas finalidades.

Luckesi (2002) enfatiza a importância dos instrumentos e também dos **critérios**, pois a avaliação não poderá ser praticada sobre dados inventados pelo professor, este por sua vez deverá ter clareza dos objetivos de sua prática avaliativa, dos instrumentos que irá utilizar e dos critérios que serão analisados para cada instrumento.

É preciso definir os propósitos, ou seja, adotar os **critérios** do que se avalia, em que dimensão, qual a intencionalidade do conteúdo, sua função social. Enfim, qual a razão do professor em ensinar isto ou aquilo. Nem tudo que é proposto, discutido e estudado em aula necessita ser avaliado. Há pontos que completam a compreensão da aprendizagem, mas não são fundamentais dentro de uma estrutura conceitual. Porém, há outros que sustentarão as bases conceituais de conhecimento apreendido pelo aluno. Portanto, ao estabelecer critérios estes servirão de base para o julgamento da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem. Para cada conteúdo, deve se ter claro o que, dentro dele, se deseja efetivamente ensinar e, portanto, o que avaliar.



Sendo assim, os critérios de avaliação devem revelar na sua prática a relação coerente com a DCE, a PPC, o Plano de curso, caderno de expectativas, o PPP e o estabelecido no Plano de Trabalho Docente. Estes devem ser previamente elaborados pelo professor, a partir dos conteúdos estruturantes, específicos e básicos, levando em consideração as expectativas de aprendizagem, e, das ementas dos Planos de cursos, em se tratando dos cursos profissionalizantes na modalidade subsequente.

Os resultados da avaliação por aproveitamento são traduzidos em nota de 0 (zero) a 10,0 (dez). Para aprovação na disciplina a nota de aproveitamento exigida é de no mínimo 6,0 (seis) e frequência mínima igual ou superior a 75% (setenta e cinco). Para efeito de promoção será calculada a média, usando-se o seguinte cômputo:

Ensino Fundamental Anos Finais, Médio e Profissional Integrado:

$$M.A. = \frac{1^{\circ} \text{ Trim.} + 2^{\circ} \text{ Trim.} + 3^{\circ} \text{ Trim.}}{3}$$

Ensino Profissional Subsequente

$$M.S. = \frac{1^{\circ} \text{ Bim.} + 2^{\circ} \text{ Bim.}}{3}$$

Em relação aos alunos que chegam transferidos, as notas, conceitos ou menções serão aproveitados e transformados em notas, considerando o regime da trimestralidade, assim sendo: alunos que vêm transferidos com notas fechadas (primeiro e segundo bimestres, será convertido de (primeiro bimestre, para primeiro trimestre; de segundo bimestre, para segundo trimestre). Nos casos em que o desempenho do aluno estiver muito abaixo da média e for observado desempenho satisfatório a escola poderá elaborar planos de estudo.

Enfim, dentro do processo ensino aprendizagem é preciso investir muito para que os resultados sejam obtidos, conforme os desejados, pois não existirão resultados bem-sucedidos sem investimento adequado e persistente. Dentro dessa lógica encontra-se a RECUPERAÇÃO, ou seja, o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, para garantir, no mínimo, a possibilidade de aprendizagem. A avaliação incide, também, sobre a recuperação de conteúdo. A recuperação da nota é apenas uma decorrência disso.

Sendo assim é um direito do aluno, amparado na LDB nº 9394/96, em seu artigo 13, incisos III e IV normatiza sobre o papel do professor zelar pela aprendizagem do aluno e estabelecer estratégias de recuperação de estudos para aqueles de menor rendimento. Este princípio é reforçado pelo artigo 24, inciso V, que orienta os procedimentos para a verificação



do rendimento escolar, com ênfase na alínea que trata da “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. ”

No sistema de ensino do Paraná, a Deliberação nº 007/99- CEE em seu capítulo II, artigos 10 a 16, normatiza a recuperação de estudos pontuando questões sobre a obrigatoriedade do estabelecimento de ensino em proporcionar a oferta.

Procurando atender a legislação, e principalmente o que é fundamental, o compromisso com a aprendizagem dos alunos, os professores ofertam a recuperação paralela e/ou concomitante após avaliar o desempenho do aluno, dessa forma retomam o conteúdo já trabalhado e ofertam outro instrumento para avaliar se de fato houve avanço no processo de ensino. Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo sendo obrigatória sua anotação no Livro de Registro de Classe.

Nos cursos técnicos subsequentes de Enfermagem, Saúde Bucal, Estética e Prótese Dentária, o estágio é componente curricular obrigatório dos cursos da educação profissional técnica de nível médio integrado e subsequente. Deverá obedecer ao disposto no Projeto Pedagógico do Curso, bem como ao Regulamento do estágio curricular vigente na Instituição.

As avaliações dos estágios supervisionados se darão por meio da observação direta do Supervisor de Estágio, na execução dos procedimentos técnicos, por meio da aquisição de habilidades e competências específicas de cada área, prova oral e prática. Outras formas de avaliação incluem: estudos de casos, trabalhos, seminários, relatórios.

As práticas e os procedimentos realizados aos clientes no campo de estágio visam o desenvolvimento de habilidades e competências específicas no processo de cuidar, o fazer o refazer a análise e a associação entre a teoria e a prática são vivenciadas a todo momento. Quando o aluno apresenta baixo rendimento, ou seja, não se apropriou de capacidade para desempenhar as ações e técnicas elementares para o exercício profissional, será ofertada a possibilidade de recuperar o seu aprendizado no período de estágio vigente, onde ele poderá refazer procedimentos bem como realizar estudos dirigidos com auxílio do Supervisor de Estágio. Após a recuperação, caso o aluno ainda não tenha apropriado dos conceitos e habilidades o aluno deverá refazer o semestre.

Quanto aos encaminhamentos dos processos de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência estes são realizados em conformidade com as determinações legais estabelecidas pelos órgãos competentes e estão



descritas no Regimento Escolar. No caso da progressão parcial, os alunos que são oriundos das instituições que ofertam essa possibilidade no sistema, terão a oportunidade de regularizar a vida escolar por meio de planos de estudo.

2.4.2.1 Processo de Classificação

A Classificação no Ensino Fundamental e Médio de acordo com a Instrução 02/09 – CDE, corresponde ao procedimento pedagógico que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento do mesmo. Pode ser realizada independentemente da escolarização anterior, mediante instrumentos de avaliação formais e informais para posicionar o aluno na série, ciclo, disciplina, bloco ou etapa compatível ao seu grau de desempenho e desenvolvimento pessoal. Para efetivar o processo de classificação a equipe pedagógica deverá acompanhar as seguintes ações:

- Organizar uma comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo.
- Proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica.
- Comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento.
- Arquivar atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados.
- Registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

2.4.2.2 Processo de Reclassificação

A reclassificação dar-se-á de acordo com a Proposta Pedagógica, o Regimento Escolar do Estabelecimento de Ensino e ao disposto na Instrução Conjunta nº 20/08 - SUED/SEED. É um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do aluno matriculado e com frequência na série/ano/bloco/disciplina (s) sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudos/carga horária da (s) disciplina (s) compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrado, independentemente do que registra o seu Histórico Escolar. Ao constatar possibilidade de avanço de aprendizagem, cabe a equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, coordenar os procedimentos para o processo de reclassificação:

- Realizar reunião com os professores do aluno para elaboração de planejamento e procedimentos avaliativos que possibilitem uma análise do desempenho acadêmico do aluno, lavrados em Ata.



- Reunião com os pais ou responsáveis e o aluno para ciência e consentimento.
- Reunião com os professores da série/ano/disciplina (s) para a qual o aluno foi reclassificado para elaboração de um plano de intervenções pedagógicas.
- Cabe à equipe pedagógica elaborar relatório, referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na pasta Individual do aluno.
- O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

2.4.2.3 Progressão Parcial

A matrícula com progressão parcial de acordo com a Instrução 02/09 – CDE, é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até 3 (três) disciplinas em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes. O estabelecimento de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com progressão parcial, no entanto as transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos. É vedada a progressão parcial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio ofertada na Rede Estadual.

2.4.2.4 Aproveitamento de Estudos

Os estudos concluídos com êxito serão aproveitados e a carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, no estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso. No Ensino Fundamental - Fase II e Médio. O aluno poderá requerer aproveitamento integral de estudos de disciplinas concluídas com êxito, por meio de cursos organizados por disciplina, por etapas, cuja matrícula e resultados finais tenham sido realizados por disciplina ou de Exames de Suplência, apresentando a comprovação de conclusão. O aluno que apresentar a comprovação de conclusão da disciplina de Língua Espanhola, terá o registro do acréscimo da carga horária na documentação escolar. O aluno oriundo de organização de ensino por série/período/etapa/semestre/bloco concluída com êxito, poderá requerer na matrícula inicial da disciplina, aproveitamento de estudos, mediante apresentação de comprovante de conclusão série/período/etapa/semestre/bloco a ser aproveitada. Considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Fundamental.

2.4.2.5 Adaptação



A adaptação de estudos far-se-á nas disciplinas da Base Nacional Comum como atividades didático-pedagógicas previstas na Proposta Pedagógica Curricular e deverá ser desenvolvida sem prejuízos para o aluno. Será realizada durante o período letivo, sendo de responsabilidade da equipe pedagógica e docente que deve especificar as adaptações elaborando um plano próprio e flexível e anexar no livro de classe. Na conclusão do curso o aluno deverá ter cursado pelo menos uma Língua Estrangeira Moderna. Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no histórico escolar do aluno e no relatório final.

2.4.2.6 Revalidação e Equivalência

O estabelecimento de ensino procederá a equivalência e revalidação de estudos completos e incompletos cursados no exterior e equivalentes ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio aos alunos que pretendam matrícula de acordo com a Instrução n° 10/10 – SEED/DAE/CDE observará:

- As precauções indispensáveis ao exame da documentação do processo, cujas peças, quando produzidas no exterior, devem ser autenticadas pelo Cônsul brasileiro da jurisdição ou, na impossibilidade, pelo Cônsul do país de origem, exceto para os documentos escolares encaminhados por via diplomática, expedidos na França e nos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.
- A existência de acordos e convênios internacionais.
- Todos os documentos escolares originais, exceto os de Língua Espanhola, contenham tradução para o Português por tradutor juramentado.
- As normas para transferência e aproveitamento de estudos constantes na legislação vigente.
- A matrícula somente poderá ser efetivada após a equivalência e revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.
- A matrícula do aluno proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar, far-se-á mediante processo de classificação, previsto na legislação vigente. Se não apresentar condições imediatas para classificação será matriculado na série compatível com sua idade em qualquer época do ano, ficando a escola obrigada a elaborar plano de estudos próprio.
- A matrícula de alunos oriundos do exterior, com período letivo concluído após ultrapassados 25% do total de horas letivas previstas no calendário escolar, far-se-á



mediante classificação, aproveitamento e adaptação, previstos na legislação vigente, independentemente da apresentação de documentação escolar de estudos realizados.

2.4.3 Conselho de Classe

O Conselho de Classe é o momento em que professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Atualmente, no Paraná a deliberação nº 16/99, normatiza o Conselho de Classe presente nos Estabelecimentos de Ensino do Estado.

Art. 30 - O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe, tendo por objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Art. 31 – O Conselho de Classe tem por finalidade: - estudar e interpretar os dados da aprendizagem, na sua relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo plano curricular;

- Acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor;

- Analisar os resultados da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e com o encaminhamento metodológico;

- Utilizar procedimentos que assegurem a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários de ensino, evitando a comparação dos alunos entre si;

- Responder a consultas feitas sobre assuntos didático-pedagógicos, restritas a cada turma deste estabelecimento de Ensino.

Art. 32 – O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor, pela Coordenação Pedagógica e por todos os Professores que atuam na mesma classe.

Devemos perceber a importância do Conselho de Classe como Instância Colegiada que permite um olhar diferenciado em nossa prática pedagógica. Nesta Instituição, ele acontece três vezes no ano e está organizado em três momentos:

Pré-conselho: levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização aos conselheiros (professores) para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos realizados e outros, de forma a dar agilidade ao Conselho de Classe. É um espaço de diagnóstico.

Conselho de Classe: momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

Pós-conselho: momento em que as ações previstas no Conselho de Classe são efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como:



os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

À direção cabe a função de acompanhar as discussões e sugerir encaminhamentos. A secretaria tem a incumbência de disponibilizar os dados e as informações sobre a vida escolar dos alunos, como, notas, transferências, desistências e outros e fazer o registro das decisões em Ata.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas. Os professores devem retomar e avaliar as alternativas de atividades/procedimentos que obtiveram êxito; sugerir encaminhamentos para os alunos e a turma; anotar decisões referentes à sua prática; comprometer-se a redefinir, quando necessário, a metodologia, os instrumentos de avaliação e outros procedimentos.

No entanto, nota-se a ausência de questionamento da equipe pedagógica e dos professores em relação à ação pedagógica, pois as causas dos problemas detectados nos alunos que não aprendem são atribuídas a problemas cognitivos, psicológicos, familiares e outros, cujas soluções estariam fora do alcance das atribuições da escola. Assim, ao projetar o problema para além dos muros escolares, mesmo sem o devido preparo para emitir suas conclusões, os educadores geram um apaziguamento de suas consciências (MATTOS, 2005, p. 218).

Cabe ainda ressaltar o alto índice de alunos aprovados pelo Conselho de Classe. No ano de 2015 dos 731 alunos matriculados no Ensino Fundamental do 6º ao 9º Ano, tivemos 22.13%, 133 (cento e trinta e três) aprovados por conselho, o número mais elevado se deu nas turmas do 6º Ano do período vespertino, dos 96 alunos matriculados, 23(vinte e três) foram reprovados e 25(vinte e cinco) aprovados pelo conselho de classe e nas turmas do 7º Ano do período vespertino, das 128(cento e vinte oito) matrículas neste turno, 21(vinte e um) aprovados por conselho e 17 reprovados.

No Ensino Médio Regular, das 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) matrículas, 28,09% ou seja 100 (cem alunos) foram aprovados por conselho, sendo os índices mais



elevado no 1º Ano da manhã 32 (trinta e dois), no 2º Ano da manhã 18 (dezoito) seguido do 1º Ano do noturno 14(catorze).

Quanto ao Ensino Médio Profissionalizante Integrado, o índice maior se deu no curso de Saúde Bucal do 1º Ano do período matutino, das 53(trinta e cinco) matrículas, 26.92% ou seja 7(sete) foram aprovadas por conselho. Já nos cursos profissionalizantes subsequentes os percentuais não são considerados alto.

Esses números elevados precisam ser amplamente debatidos a fim de refletir sobre os saldos da ação educativa, prevendo inclusive a auto avaliação institucional, a reorganização dos planos de trabalho de todos os profissionais, bem como mudanças gerais na organização escolar para a consecução de seus objetivos.

Sobre a participação dos alunos no Conselho de Classe, ela acontece na primeira fase que é o pré-conselho, com representantes da turma acompanhados da pedagoga ou com a turma toda de acordo com as especificidades, respondem questões referente às dificuldades que os alunos encontram com relação as disciplinas, os problemas de relacionamento entre professores e alunos e entre alunos e alunos e o que possível fazer para melhorar, eles podem fazer sugestões para melhorar outros setores. Os resultados registrados são analisados em particular pelos professores acompanhados pelos pedagogos responsáveis pelas respectivas turmas.

2.4.4 Registros da Prática Pedagógica

Para o profissional da educação o registro representa muito mais que um roteiro de aula ou uma simples enumeração de atividades que serão desenvolvidas com a turma. Escrever sobre a prática faz pensar e refletir sobre cada decisão que foi ou que será tomada, permitindo aprimorar o trabalho diário e adequá-lo com as necessidades dos alunos. Por meio do registro é possível identificar as falhas, observar o desenvolvimento do trabalho pedagógico e as evoluções da turma.

O Livro Registro de Classe – físico ou online, Plano de Trabalho Docente, Atas dos Conselhos de Classe, Diário de Comunicação Pedagógica, Relatórios das observações nas práticas de estágio, entre outros definidos pelo professor, são importantes ferramentas que possibilitam acompanhar e comprovar a aprendizagem dos discentes e construir um planejamento apropriado as possibilidades dos alunos.



Além dos registros realizados pelos professores, a Equipe Pedagógica mantém relatórios individuais, que são escritos a partir dos dados fornecidos pelos próprios docentes sobre o desempenho acadêmico, frequência e problemas relacionados à indisciplina, este tem por objetivo, acompanhar o processo de ensino, refletir e analisar a prática pedagógica, a fim de auxiliar o professor a repensar sua atuação pedagógica.

2.5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO AO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A presença de alunos com necessidades educacionais especiais, nas classes comuns tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelos profissionais da Educação nos últimos anos, em especial para os professores que atuam nas salas de aula comum. O Colégio atende estudantes que necessitam de (AEE) Atendimento Educacional Especializado com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos e também alunos na área da surdez. Considerando essa realidade fizemos uma pesquisa no Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, no mês de maio de 2016 por amostragem. Envolveu 41 professores do Ensino Fundamental e Médio dos períodos matutino e vespertino.

O propósito foi levantar dados à respeito da condução do processo ensino aprendizagem do professor da sala de ensino comum em relação ao aluno que frequenta essa sala e recebe atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncional - SRM (). Os dados permitiram no momento, fazer um diagnóstico da realidade escolar inclusiva.

A princípio os professores foram indagados, se conhecem as atribuições do profissional da Sala de Recursos Multifuncional – SRM. Dos entrevistados 26 pontuaram que conhecem parcialmente, 09 consideraram que têm conhecimento e 06 desconhecem o trabalho que envolve essa modalidade de ensino.

Outro aspecto que foi investigado foi quanto à integração dos profissionais envolvidos no processo acadêmico do aluno que apresenta Necessidades Educacionais Especiais - NEE (professor da sala comum/professor da Sala de Recursos Multifuncional - SRM/pedagogo). Os dados coletados indicaram que 21 professores pontuaram que receberam poucas vezes as orientações pedagógicas do professor da Sala de Recursos Multifuncional - SRM e do pedagogo, 08 contaram com ajuda desses constantemente, 10 nunca tiveram nenhuma orientação e 02 não responderam.



Em relação à participação e ajuda da família na vida acadêmica do filho, 22 professores responderam que receberam pouca vezes o auxílio dos pais, 08 sempre que foi necessário e 10 afirmaram a ausência desses no acompanhamento e ajuda do processo educativo e 01 não respondeu.

Os professores foram questionados sobre a prática docente quanto à flexibilização/adaptação/adequação curricular necessárias e possíveis dos conteúdos da disciplina que ministram. Pelos dados obtidos foi possível constatar que 21 professores fizeram algumas adaptações que consideravam significativas, 15 fizeram todas as adaptações e 05 nunca adotaram esses procedimentos na sua prática pedagógica.

Outro questionamento foi em relação às metodologias, atividades propostas e processos avaliativos, se são pensados e organizados levando em conta o nível de compreensão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE. As respostas obtidas mostraram que 24 professores fizeram esses procedimentos poucas vezes, 14 fizeram todas as adaptações e 03 nunca fizeram.

Os professores foram averiguados se o instrumento avaliativo para os Necessidades Educacionais Especiais – NEE. São elaborados e adaptados considerando os conteúdos e processos utilizando dinâmica do ensino. Os dados revelaram que 22 professores conseguiram fazer parcialmente, 13 fizeram as mudanças consideradas necessárias e 06 o instrumento não sofreu modificação, foi o mesmo para todos os alunos.

Outro aspecto questionado ainda a respeito da avaliação, se o professor da sala comum permitiu que o aluno fizesse na Sala de Recursos Multifuncional - SRM com apoio do professor especializado, 02 professores não concordaram com esse procedimento, 16 aceitaram esse encaminhamento e 03 não responderam.

Procurou verificar se os professores fizeram registros dos procedimentos pedagógicos adaptados e do rendimento acadêmico do aluno, 21 responderam que não, 04 que fizeram e 16 pontuaram que já fizeram algumas vezes.

Na entrevista procurou saber sobre o rendimento escolar desses alunos na sala de aula comum, os dados coletados demonstraram que 26 professores observaram aprendizado acadêmico, 12 perceberam pouco desenvolvimento e 03 não responderam.

Os docentes entrevistados foram examinados quanto à condução do processo ensino aprendizagem (individualizado) na sala de aula comum para o aluno com necessidades Educacionais Especiais - NEE. Os dados sinalizam que 17 professores apresentaram



dificuldades, 16 às vezes, 05 fizeram o processo de ensino sem dificuldade e 03 não responderam.

Buscou interrogar a prática da equipe pedagógica (agente articuladora) quanto à condução das reuniões relacionado ao planejamento, avaliação e reavaliação dos encaminhamentos pedagógicos do professor da sala de aula e auxílio nas suas demandas didáticas, 22 professores informaram que essas às vezes foram realizadas com produtividade, 10 são significativas para a prática pedagógica, 04 não conseguiram aplicá-las, 03 nunca participaram e 02 não responderam, sendo assim faz-se necessário algumas considerações:

- É imprescindível que o professor conheça e compreenda as singularidades do aluno que frequenta a sala comum e que recebe atendimento na Sala de Recursos Multifuncional - SRM. Que ao planejar sua aula pense em alternativas educacionais visando minimizar as dificuldades acadêmicas presentes na vida escolar desse educando.
- Observou-se que a maioria dos professores se mostram receptivos e se esforçam para atender o aluno com Necessidades Educacionais Especiais - NEE, no entanto, demonstram dificuldades na condução de uma intervenção mais específica e individualizada.
- Configura a necessidade de efetuar com mais precisão a flexibilização/adaptação curricular e conseqüentemente os processos metodológicos utilizados.
- Exige reflexão sobre a organização e condução dos procedimentos pedagógicos diferenciados no ensino e aprendizagem, bem como, dos instrumentos avaliativos usados. Nesse aspecto, impõe aos educadores uma reflexão sobre o tipo de prática que vem sendo vivenciada na escola e os resultados delas decorrentes.
- É necessário refletir sobre a avaliação realizada na Sala de Recursos Multifuncional - SRM com apoio do professor especializado.
- Implica na organização de registros efetivado pelo professor do ensino comum, uma vez que pressupõe a existência de alterações e/ou modificações no processo educacional.
- Como articuladora, a equipe pedagógica deverá viabilizar encaminhamentos que promovam a integração dos profissionais envolvidos, bem como, reorganizar a condução das reuniões no sentido que possam orientar, auxiliar e instrumentalizar os



docentes na prática direcionada aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEE no cotidiano escolar, pois a educação inclusiva subtende ação compartilhada e não trabalho docente solitário.

2.5.1 Sala de Recursos Multifuncional – Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos

A Sala de Recursos Multifuncional, na Educação Básica anos finais, conforme a INSTRUÇÃO Normativa N° 016/2011 – SEED/SUED PR, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96 e o Decreto Federal N° 7611, de 17 de novembro de 2011 é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência Intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados na Rede Pública de Ensino. Tem por objetivo apoiar o sistema de ensino, com vistas a complementar a escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, no Colégio são matriculados alunos com:

- Deficiência intelectual: são aqueles que possuem incapacidade caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual.
- Deficiência física neuromotora: aquele que apresenta comprometimento motor acentuado, decorrente de sequelas neurológicas que causam alterações funcionais nos movimentos, na coordenação motora e na fala, requerendo a organização do contexto escolar no reconhecimento das diferentes formas de linguagem que utiliza para se comunicar.
- Transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- Transtornos Funcionais Específicos: refere-se à funcionalidade específica (intrínsecas) do sujeito, sem o comprometimento intelectual do mesmo. Diz respeito a um grupo heterogêneo de alterações manifestadas por dificuldades significativas: na aquisição e uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas, na atenção e concentração.



A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o Atendimento Educacional Especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade.

Esse atendimento tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

2.5.2 Sala de Recursos Multifuncional – Área da Surdez

Amparado legalmente pela Instrução 002/2008 é um serviço de apoio especializado para alunos surdos, autorizado via resolução própria, nas escolas da rede comum da Educação Básica. Desenvolve uma proposta de educação bilíngue, auxiliando na difusão da Libras, nas comunidades escolares. Neste espaço, atuam o professor bilíngue, juntamente do professor surdo.

O atendimento tem como objetivo o ensino da língua de sinais como a primeira língua e Língua Portuguesa.

2.5.3 Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa-TILS

Para atender os alunos (as) surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e uso corrente nas situações cotidianas, regularmente matriculados o Colégio conta com o apoio especializado do Intérprete de Libras. Conforme a INSTRUÇÃO Nº 003/2012 – SEED/SUED é o profissional bilíngue que oferece suporte pedagógico à escolarização de alunos surdos, por meio da mediação linguística entre aluno (s) surdo (s) e demais membros da comunidade escolar, de modo a assegurar o desenvolvimento da proposta de educação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa).

A dinâmica educacional da sala de aula está organizada para atender ao aluno falante, usuário da língua portuguesa e é inquestionável que a maioria dos professores emprega como método de ensino a exposição oral. Assim, as situações de interação entre professor e aluno



são, via de regra, mediadas pela língua portuguesa, que em geral, não é compreendida pelo aluno surdo usuário de Libras.

O conhecimento linguístico que o aluno possui é pré-requisito para a execução de todas as tarefas acadêmicas desenvolvidas no espaço escolar. Porém, para o surdo, por ser aprendiz da língua portuguesa como segunda língua, a leitura e a escrita se apresenta comprometida em razão da privação linguística dessa língua. Esses conhecimentos linguísticos para o ouvinte emergem de forma espontânea nas interações sociais que estabelecem diariamente nos contextos sociais, nos quais tornam-se possíveis constantemente, as associações, comparações e generalizações. Diferentemente desses, o surdo mesmo imerso num mundo de ouvintes, está impedido de fazer essas trocas em decorrência das dificuldades de linguagem, ou seja, é usuário de uma língua visual e não oral, essa diferença deve ser considerada pela escola.

O professor, para desenvolver o conteúdo acadêmico em sala de aula, recorre a apostilas, livros didáticos, literaturas diversas, enunciados de atividades, resolução de problemas de matemática, produções escritas e outras situações que ocorrem no ambiente escolar, todas elas constituem-se em textos estruturados, em língua portuguesa escrita, elaborados para usuários da língua falada. Para além do uso da escrita do português, as várias áreas do conhecimento, cada uma de modo particular, expressa uma linguagem com termos próprios da disciplina, configurando mais uma dificuldade para o aluno surdo incluso.

O aluno surdo incluso participa das aulas visualmente, e precisa de estratégias para olhar para o professor e, simultaneamente, olhar para o tradutor intérprete de Libras e ainda para as anotações no quadro e para os materiais empregados pelo professor em aula. Precisa decidir também como será feita as anotações referentes aos conteúdos, uma vez que sua atenção estará voltada para a aula e não disporá ao mesmo tempo para realizá-las.

Sendo assim a organização didática implica na flexibilização do currículo, é preciso adotar recursos e encaminhamentos pedagógicos que considere diversos tipos de expressão artística e privilegiem essencialmente o canal visual (dramatização, desenhos, imagens, fotos, fichários visual, roteiros, esquemas, diagramas, gráficos, maquetes, documentários, filmes, vídeos legendados e ou com tradução em Libras, mural Libras/Língua Portuguesa, dicionário Libras/Língua Portuguesa e todo o tipo de referências que trazem concretamente ao tema apresentado e que possam colaborar na apropriação dos conceitos acadêmicos pelo



aluno surdo. Já existem algumas publicações produzidas pela comunidade surda como literatura em língua de sinais, dicionários, documentários, lendas, piadas, entre outros.

A escola inclusiva, de forma equivocada, tem por vezes sustentado a ideia de que ao viabilizar o acesso à língua de sinais, por meio da presença do intérprete na sala de aula, está oferecendo os recursos suficientes para garantir que o surdo aprenda os conteúdos escolares formais, em condições de igualdade com o aluno ouvinte.

Lacerda (2000) esclarece que a presença do intérprete não assegura o sucesso escolar do aluno surdo. Isso porque é preciso que a escola esteja atenta às questões de ordem curricular e metodológica, levando em conta a surdez e os processos especiais dela decorrentes, que singularizam as condições de acesso ao conhecimento dessa minoria linguística. A autora adverte ainda que o papel do intérprete na sala de aula não deve ser confundido com o papel do professor, que por vezes, o professor opta por transferir ao intérprete a responsabilidade sobre o aluno surdo.

Para redimensionar essa realidade é fundamental que todos os profissionais da educação envolvidos, sem exceção assumam a parte de responsabilidade que lhes cabe. Assim, direção, equipe pedagógica, professores, enfim, todo o corpo de educadores da escola necessita refletir sobre a realidade e as necessidades do aluno surdo incluso. Isso implica buscar conhecimentos de natureza específica e os procedimentos didáticos e metodológicos a eles associados para que o processo percorrido na sala de aula seja menos doloroso para professor e aluno surdo.

A concepção sobre a surdez, certamente determina os encaminhamentos didáticos do professor e esses podem contribuir ou limitar os processos de apropriação de conhecimentos do surdo no espaço escolar inclusivo. Isso não significa que todos os problemas serão imediatamente resolvidos, mas serão certamente minimizados, resguardando-se assim o direito do aluno surdo de ter acesso aos conhecimentos escolares como qualquer pessoa.

2.6 ARTICULAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DE ENSINO

A matrícula dos alunos do 5º Ano para a segunda etapa do ensino fundamental, ou seja, 6º ano, é mais um momento especial na vida deles e exige uma atenção diferenciada. Os ingressos em uma nova etapa da educação escolar trazem-lhes muitas novidades, expectativas acompanhadas de medo, insegurança e ansiedade. É uma passagem que requer adaptação da



criança e de todos os envolvidos, professores, equipe pedagógica, direção, agentes de apoio e pais, essa nova etapa se constitui em fato novo para todos.

Considerando-se todos esses aspectos, é necessário ter um olhar especial sobre as crianças que ingressam, pois esse espaço novo será frequentado por muito mais tempo. Desta forma essa adaptação requer conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, o processo e as práticas metodológicas mais adequadas para essa nova fase.

Desse modo para organizar esse processo de transição, durante a primeira semana do ano letivo, é realizada reunião com os pais, a fim de esclarecer toda organização e sistemática de ensino como:

- Apresentação da infraestrutura do Colégio, espaços físico e pedagógico;
- Promover aula inaugural;
- Esclarecer sobre intervalo diferenciado;
- Explicar sobre a importância do acompanhamento domiciliar diário para efetivação das tarefas;
- Combinar horários e tempo de estudo em casa;
- Comparecer sempre que possível à escola independente da solicitação dos professores;
- Informações sobre os procedimentos avaliativos, recuperação paralela, aulas de apoio, horários de entrada e saída e lanche.
- Apresentar a organização da matriz curricular no ato da matrícula;
- Apresentar a quantidade de disciplinas, os horários e os dias destinados a cada uma e o tempo, agora distribuído com aulas de 50 minutos.

Em sala os professores e a equipe pedagógica, reforçam essas orientações a fim de ajudar as crianças, pré-adolescentes, a se tornarem mais autônomas para organizar o seu cotidiano escolar e gradativamente no decorrer dos anos seguintes se tornarem mais independentes e preparadas para ingressar no Ensino Médio.

2.7 ARTICULAÇÃO ENTRE DIRETORES, PEDAGOGOS, PROFESSORES, COORDENADORES DE CURSOS TÉCNICOS, SUPORTES TÉCNICOS DE LABORATÓRIO, SUPERVISORES DE ESTÁGIO E DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A educação é uma parceria. A consciência de que sozinhos jamais obteremos sucesso em sua propagação deve fazer parte de todos os seus atores. Pode-se dizer que ganhamos



muito tempo quando, ao invés de passar horas pesquisando determinado assunto, simplesmente ouvimos da boca de alguém que eventualmente dialogamos. A humildade é pré-requisito para a formação de todos os profissionais. Só aprendemos quando partilhamos e compartilhamos informações. É nos grandes debates acadêmicos que surgem os melhores e mais significativos aprendizados. Na educação somos muitos: direção, agentes educacionais I e II, professores, pedagogos, coordenadores de cursos técnicos, suportes técnicos de laboratórios, supervisores de estágios, secretários (as), bibliotecários (as). Porém esses tantos atores formam apenas um, um organismo formado a partir da dependência de todos esses órgãos.

Em função de integrar todos os setores envolvidos na dinâmica escolar e buscar objetivos comuns, a escola propicia momentos coletivos, para refletir a prática cotidiana em reuniões pedagógicas, reuniões por áreas ou setores, encontros com pais, palestras motivacionais para professores, agentes educacionais, pais e alunos. Os encontros já programados como: Semana Pedagógica, Planejamento/Replanejamento, Formação e Ação, Formação Continuada, são também momentos em que se promove a reflexão do espaço educativo para articular os setores, funções e responsabilidades.

2.8 ARTICULAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO COM OS PAIS E OU RESPONSÁVEIS

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, no Cap. IV, aponta que é “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”. Cabe à escola organizar momentos e formas para essa articulação.

A escola necessita da sistematização de uma rotina de estrutura escolar que é necessária e fundamental para a construção e consolidação da instituição, não com a intenção de moralizar, mas de estabelecer regras que organiza e ordena. No ato da matrícula, é entregue aos pais e/ou responsáveis uma orientação sobre o regulamento interno da escola, eles assinam e no início do ano letivo as pedagogas fazem uma leitura dessas orientações e pedem para os alunos fixarem na contracapa do caderno e serão quando não cumprirem com o estabelecido.



Realiza-se no início do ano letivo, encontros com os pais por Ano/Série, a fim de aproximar a família da escola, esclarecer dúvidas e transmitir orientações gerais. No decorrer do ano letivo ao final de cada trimestre, é realizado a reunião referente ao rendimento escolar.

Quando se faz necessário os pais e/ou responsáveis são convocados a comparecerem para dialogar sobre a postura do aluno na escola, seu relacionamento com professores e colegas, acompanhamento do aproveitamento escolar e atitudes de indisciplina que possam interferir no seu aprendizado. O contato com os pais é feito por meio de bilhetes ou telefonemas.

A Comunidade Escolar é convidada a participar dos eventos promovidos pela instituição, tais como: semana da integração com a comunidade escola, gincanas, jogos escolares, mostra de profissões, mutirões, eventos culturais e comemorativos. Para alguns projetos, são estabelecidas parcerias com outras instituições da comunidade como: Guarda mirim, UNIPAR, UNESPAR/FAFIPA, SESI, SENAC, SESC, CIEE, Secretarias Municipais.

2.9 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

É necessário que todos os profissionais da educação, estejam em constante processo de formação, buscando sempre se qualificar, pois com uma formação continuada ele poderá melhorar sua prática docente e seu conhecimento profissional, levando em consideração a sua trajetória pessoal, pois a trajetória profissional do educador só terá sentido se relacionada à sua vida pessoal, individual e na interação com o coletivo. Para subsidiar teórica e metodologicamente a atuação de todos os envolvidos no processo educativo a formação continuada é ofertada nas formações da Semana Pedagógica, nas oficinas de Formação em Ação, no PDE e na Equipe Multidisciplinar – que são formações oficiais e anuais da mantenedora. Além dessas formações os professores participam de outros programas ofertados por outras instituições reconhecidas no meio acadêmico como: MEC, UNESPAR/FAFIPA, UNIPAR, FATECIE.

De acordo com o Plano de Ação de 2016, ao refletir sobre a participação de todos os profissionais nos encontros de formação continuada, observou-se que se faz necessário adequar o horário para os professores do curso técnico, considerando que os cursos da Educação Profissional estão em sua maioria concentrados no período noturno, o professor das disciplinas específicas durante o período diurno tem compromissos em outras instituições ou no setor privado.



Outra queixa dos profissionais é com relação aos temas que são ofertados para estudos nas capacitações, muitos não atendem a expectativa e nem sempre são conduzidos por profissionais da área específica, foi sugerido uma parceria colaborativa entre os próprios pares que assumem papéis específicos no espaço escolar, ou profissionais que estão pesquisando temas relacionadas à educação, para que possam contribuir com a Formação Continuada. Para organizar o calendário, os temas a serem estudados serão elencados no início do ano letivo durante a Semana Pedagógica na construção do Plano de Ação.

Nessa perspectiva de formação continuada a Equipe Multidisciplinar colabora procurando consolidar uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial, promovendo espaços de debates, estratégias e de ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei n.º 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública.

2.10 ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

A hora atividade do Colégio está organizada de acordo com a Instrução n.º 008/2015 - SUED/SEED. Essa Instrução leva em consideração, a Lei Federal n.º 9394/96 – LDB, o Parecer nº 18 de 2012 CEB/CNE, que trata da implantação da Lei nº 11.738/2008, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica e prevê que a jornada do magistério respeite a proporção máxima "de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos".

Segundo a Instrução N.º 008/2015 - SUED/SEED, orienta que a hora atividade se constitui no tempo reservado aos professores em exercício de docência para estudos, avaliação, planejamento, participação em formações continuadas, preferencialmente de forma coletiva, devendo ser cumprida na instituição de ensino, onde o profissional esteja suprido, em horário normal das aulas a ele atribuído.

Durante a hora atividade, é de responsabilidade dos professores, participar dos cursos de formação continuada, planejar ações e intervenções com base no diagnóstico da realidade escolar, planejar atividades pedagógicas para educandos com dificuldades no seu desempenho escolar, planejar atividades com o grupo de professores, objetivando atender as demandas relativas ao Plano de Ação da escola, analisar e planejar ações de intervenção a partir do



resultado das avaliações internas e externas, a fim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

É de responsabilidade da Equipe Técnico-Pedagógica, organizar a hora-atividade e garantir que este tempo seja utilizado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula, portanto cabe ao pedagogo: elaborar, organizar e acompanhar atividades de estudo com base no diagnóstico do Plano de Ação; promover estudos sobre temas relativos ao trabalho pedagógico e elaborar com os professores propostas de intervenção na realidade escolar; analisar documentos que fundamentam a prática pedagógica como: Projeto-Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar, Plano de Trabalho Docente; Organizar, coordenar e acompanhar os encaminhamentos para o Conselho de Classe; acompanhar as ações de intervenção didático-pedagógicas, planejadas para os educandos com dificuldades no seu desempenho escolar.

Compete a Direção, elaborar e sistematizar o quadro de distribuição da hora atividade, respeitando a orientação definida na Instrução N.º 008/2015 - SUED/SEED, para que concentre todos os professores de disciplinas afins no mesmo dia da semana; acompanhar o cumprimento da hora-atividade; planejar com a Equipe Pedagógica atividades de estudo; divulgar os horários relativos a hora-atividade.

De acordo com a legislação, a hora atividade no colégio, configura-se em duas dimensões, a primeira como trabalho individual do professor, através da realização do planejamento das aulas e da elaboração e correção das avaliações dos alunos; e a segunda como trabalho coletivo através da leitura, estudo e discussões sobre o processo pedagógico. No entanto, a segunda dimensão, as discussões relativas ao planejamento do ensino, e a organização dos momentos de leituras e de estudos coletivo mediada pelo pedagogo escolar tem sido secundarizada na escola.

O pedagogo segundo a legislação citada acima é o profissional responsável pela organização e acompanhamento da hora atividade. Dentre os fatores que colaboram para esta secundarização está o fato de que o pedagogo escolar, que deveria ter como prioridade a gestão pedagógica, acaba assumindo funções que não são de sua responsabilidade na escola, como por exemplo, o envolvimento em problemas de indisciplina dos alunos, as faltas dos professores e a falta de professores também é outro fator que toma o seu tempo e o desvia de seu foco que é o acompanhamento do trabalho pedagógico.



Verifica-se também que há resistência por parte de alguns professores na realização de leitura e estudos, por entenderem este espaço como realização de atividades práticas inerentes à sua função. Justificam que a carga horária destinada à hora atividade é insuficiente para a realização de suas atividades e que muitas vezes necessitam levar trabalho para casa para dar conta de seus compromissos.

2.11 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO E CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS

O espaço escolar é o ambiente destinado ao desenvolvimento dos processos educacionais de ensino e aprendizagem e deve ser organizado de forma a favorecer o desenvolvimento coletivo, propiciando aprendizagem através da socialização e troca de experiências e saberes diversos.

Ao se planejar e organizar o espaço escolar, é imprescindível considerar o aspecto da diversidade e heterogeneidade presente na escola que deve procurar atender as diferenças dos educandos promovendo a liberdade de expressão e de movimento, autonomia, cooperação e interação, itens indispensáveis a formação do sujeito aprendente. As atividades acadêmicas e a rotina do Colégio estão organizadas da seguinte forma:

Matutino	Vespertino	Noturno
(01) Turma Multifuncional; (11) Turmas do Ensino Fundamental 6° ao 9° Ano; (07) Turmas do Ensino Médio; (01) Turma do Ensino Téc. Integrado em Saúde Bucal; (01) Sala de apoio de Português e Matemática;	(01) Turma Multifuncional; (10) Turmas do Ensino Fundamental 6° ao 9° Ano; (03) Turmas do Ensino Médio; (01) Sala de apoio de Português e Matemática; (02) CELEM - Espanhol (01) Centro de Atendimento Especializado na área da Surdez (CAES)	(03) Turmas do Ensino Médio; (02) Turmas do Ensino Téc. Integrado em Saúde Bucal; (03) Turmas do Ensino Téc. Sub. em Saúde Bucal; (04) Turmas do Ensino Téc. Sub. em Enfermagem; (01) Turmas do Ensino Téc. Sub. em Prótese; (01) Turmas do Ensino Téc. Sub. em Estética; (03) CELEM – Espanhol

No Colégio os espaços educativos são parte integrante do sistema educacional e são utilizados pelos alunos e pelos professores como recursos pedagógicos, a fim de instrumentalizar o professor em suas atividades. São espaços educativos, as salas de aula, a Biblioteca, Sala de Vídeo, Laboratório de Computação e Laboratórios Específicos dos Cursos Profissionalizantes (Laboratório de Enfermagem, de Prótese, de Saúde Bucal e Estética),



Laboratório de Matemática e o Laboratório de Ciências/Física/Química e Biologia (Ciências da Natureza).

Além destes citados acima são considerados espaços educativos: Campos de Estágio, Hospital Santa Casa de Paranavaí (bloco cirúrgico, pediatria, maternidade, UTI, UTI neonatal entre outros), UBS-Unidade Básica de Saúde; PAM – Pronto Atendimento Municipal, Vigilância Sanitária; CAPS Adulto e Infantil;

Sala de Aula - Espaço de maior permanência do encontro entre alunos e professores, onde se constroem e se consolidam vínculos de amizade, cooperação e confiança, efetivando o processo de ensinar e aprender.

A **biblioteca** regulamentada por estatuto próprio, desenvolve as atividades com os professores e alunos, desde a orientação aos alunos quanto ao uso da carteira específica da biblioteca e do seu espaço; desenvolve projetos de incentivo à leitura em parcerias com os professores de língua portuguesa; auxílio à pesquisa; controle da entrega e recebimento dos livros didáticos; empréstimos de livros para os professores, dentre outras atividades pertinentes ao espaço, que vão surgindo no decorrer do ano letivo.

Sala de Computação, tem por objetivo promover o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), disponibilizando a professores, alunos e a comunidade escolar, acesso a essas tecnologias. Esse laboratório possui (07) máquinas do programa Paraná Digital e (19) do PROINFO, encontra-se disponível para todos os professores, alunos e funcionários. Os professores podem agendar previamente a sala para trabalhar os conteúdos, orientar pesquisas, com os alunos. Os alunos, poderão fazer uso da internet para pesquisas, desde que agendadas antecipadamente. Os funcionários também poderão fazer uso do laboratório, fora do horário de trabalho. Os professores utilizam esse espaço durante a hora atividade, para pesquisas e leitura.

Sala de vídeo, é um espaço maior que as salas de aula, os professores utilizam quando precisam fazer uso do Datashow com áudio, visto que todos os equipamentos já estão instalados, otimizando assim o tempo, para melhor organização é preciso agendar antecipadamente em livro próprio. Os alunos excepcionalmente poderão utilizar a sala de vídeo sozinho, pequenos grupos, para organização de trabalhos, estudos, seminários, etc., desde que comunicando antecipadamente a equipe pedagógica. A sala de vídeo não poderá ser utilizada para outros fins, apenas para palestras, reuniões pedagógicas e de pais.



Laboratórios, nestes espaços o estudante tem a oportunidade de consolidar a experimentação que é uma forte aliada das ciências por propiciar a busca da compreensão e contextualização dos fenômenos naturais presentes na vida do aluno empregando o método científico e discutindo o desenvolvimento e concepção de Ciência. Ao realizar os experimentos propostos, com o auxílio de equipamentos e materiais adequados, é permitido ao aluno construir conhecimentos e, conseqüentemente, de relacionar dois princípios distintos: teoria e prática. O aluno vivenciará situações do cotidiano pessoal e profissional, contribuindo para sua formação acadêmica, com uso de equipamentos e material adequados, o colégio possui os seguintes laboratórios:

Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia (Ciências da Natureza) é destinado tanto aos alunos do Ensino Médio, do Profissionalizante e Fundamental. O Colégio não possui o Laboratorista, os professores agendam com antecedência, solicitam da Direção o material necessário. O espaço é projetado para atender 40 alunos, com sugestão de (8) grupos, composto por (5) alunos cada, é utilizado para realização de aulas práticas, experimentação, demonstração de conceitos etc. dentro da proposta de trabalho do professor.

O **Laboratório de Matemática** contribui com recursos que possibilitam colocar em prática, atividades educativas, que permitem aos alunos a participação ativa, atribuindo maior significado aos conteúdos matemáticos. Inclui um conjunto de materiais e equipamentos, armazenados de forma a facilitar a rápida localização de cada item.

Laboratórios Específicos dos Cursos Profissionalizantes (Laboratório de Enfermagem, de Prótese, de Saúde Bucal e Estética) estes laboratórios são destinados apenas para os alunos do Ensino Profissionalizante.

Laboratório de Enfermagem – Esse laboratório tem um amplo espaço físico, com mesas e cadeiras que comporta toda turma de forma satisfatória, os equipamentos são de primeira geração. Quanto ao material de consumo contamos com a colaboração de professores enfermeiros que fazem doações de amostra grátis, quando o colégio não possui condições financeiras de adquiri-los.

Laboratório de Saúde Bucal (Consultório Odontológico) – Bem equipado, com mobiliário, instalações, instrumentais em funcionamento e material de consumo adquiridos quando necessários, no entanto no momento encontra-se em déficit os respectivos materiais. As aulas de laboratório fazem parte da grade curricular e tem por objetivo complementar na prática o aprendizado do conteúdo teórico, colaborando para a formação do técnico a fim de



ingressar bem preparado o no mercado de trabalho. O suporte técnico controla o fluxo do laboratório em relatórios semanais e a cada 15 dias, apresenta à equipe pedagógica.

Laboratório de Estética - Não está ainda totalmente equipado, visto que o Curso em Estética iniciou neste ano de 2016 e a maioria dos conteúdos neste início, exigem mais fundamentação teórica. O espaço físico destinado para esse fim é pequeno, não comportando todos os alunos de satisfatória e pedagógica. Os conteúdos que exigem práticas, estão sendo realizados provisoriamente nos laboratórios de Enfermagem ou de Química. Todo o mobiliário, aparelhos, instrumentos e produtos utilizados no laboratório para as atividades práticas, segundo o NRE, já foram requisitados e brevemente serão instalados. Outro problema nesta sala é que o acesso ao depósito de instrumentos para a fanfarra somente se dá por dentro do laboratório, assim alunos integrantes da fanfarra transitam neste espaço, muitas vezes durante a aula prática.

Laboratório de Prótese Dentária - Dada a recente implantação do curso Técnico em Prótese, o laboratório encontra-se ainda incompleto, em fase de adequação. Os equipamentos instrumentais, e material de consumo solicitados, não tem ainda previsão de chegada. O espaço destinado é pequeno, razão pela qual a turma é dividida em dois grupos sendo que enquanto um está no laboratório com a professora da disciplina o outro permanece em sala de aula com o suporte técnico, assim como não comporta todos os equipamentos instrumentais e materiais, a direção está providenciando instalações elétricas, hidráulicas, tubulação de gás e ampliação do espaço. Possui alguns equipamentos como fornos, centrífuga, cadeiras, duas mesas, pia e outros, no entanto é insuficiente para desenvolver atividades práticas, os professores estão contando com a colaboração de profissionais que atuam em laboratórios de prótese particulares e estão emprestando equipamentos e materiais instrumentais para demonstração e desenvolvimento das práticas. Faz-se necessário observar que os equipamentos devem ser dispostos de forma a promover uma correta ergonomia como iluminação ideal, cadeiras, bancadas, disposição dos equipamentos e materiais no ambiente a fim de facilitar o trabalho do profissional, essa adequação será realizada quando o espaço for ampliado.

2.12 ATIVIDADES DE AMPLIAÇÃO DE JORNADA ESCOLAR

As atividades de ampliação de jornada, são atividades educativas integradas ao currículo escolar e visam à ampliação do tempo, no espaço escolar, como oportunidade de



aprendizagem para o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens que compõem a instituição de ensino. O Colégio, conta com (05) Atividades de Ampliação de Jornada Escolar, que funcionam em período contra turno, para ambos os sexos com um número mínimo de 25 e máximo 30 alunos, tem carga horária de (4) quatro horas-aulas, distribuídos duas vezes na semana, essas atividades, estão classificadas em dois Programas:

2.12.1 Aula Especializada de Treinamento Esportivo (AETE)

Essa atividade tem por objetivo, o acesso à prática esportiva visando o desenvolvimento de habilidades específicas, a descoberta de talentos esportivos e a formação de equipes para a participação nos Jogos Escolares do Paraná e outros eventos similares. O Colégio oferta duas modalidades o Handebol e o Futebol que atende no período matutino e é destinado para os alunos do Ensino Fundamental.

2.12.2 Atividades de Ampliação de Jornada Periódica

O Programa possibilita a melhoria qualitativa e quantitativa da oferta educacional escolar, visando o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. O estabelecimento oferta três atividades nos macrocampos Esporte e Lazer: Handebol, Futsal e Tecnologia da Informação, da Comunicação e Uso de Mídias (Rádio Escola).

Entre as atividades do macrocampo Esporte e lazer, o Colégio oferta o Handebol, no período vespertino, é destinado para os alunos do Ensino Fundamental, assim como o Futsal funciona no período vespertino porém é ofertado para alunos do Ensino Médio.

É considerado como Atividades de Ampliação de Jornada Periódica, o programa da Radio Escola, inserida no campo das Tecnologias da Informação, da Comunicação e Uso de Mídias, o programa pretende promover a integração do conteúdo - tecnologia, aliando meios de comunicação como internet, celulares, computadores, a rádio em si ao uso da linguagem e do discurso nas práticas sociais com leitura de diferentes gêneros em diferentes veículos. Com a utilização de materiais didáticos diferenciados e principalmente os recursos de mídia disponíveis na escola são desenvolvidos atividades de oralidade, retórica, leitura e escrita, considerando sempre as características individuais de cada integrante do projeto de mídia. O programa é de grande valia para desenvolver a produção e interpretação de textos diversos por meio, da análise das letras das músicas veiculadas e produção dos recados, notícias e poemas que fazem parte da programação.



2.13 SALA DE APOIO A APRENDIZAGEM

O funcionamento e demandas do Programa Sala de Apoio à Aprendizagem (SAA), é feita de acordo com análises realizada pela equipe pedagógica da escola e professores regentes. Objetiva propiciar aos alunos da 6º ano e 7º ano, do Ensino Fundamental, que apresentam defasagens no processo acadêmico nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, a possibilidade de superação das dificuldades apresentadas em curso, cuja frequência se efetiva em quatro horas semanais de trabalho, em contra turno com um grupo de no máximo 20 alunos.

O Programa, é regulamentado pela Instrução Normativa 10/2014 – SUED/SEED, é aberta após autorização de demanda. A SAA tem como meta, melhorar o domínio da leitura e a capacidade de resolução de problemas a fim de garantir avanços no processo de ensino e aprendizagem no decorrer do ano escolar, evitando evasão, reprova ou aprovação pelo Conselho de Classe Final. O maior desafio é a frequência dos alunos no período matutino, é necessário repensar ações para estimular a presença, a equipe pedagógica conscientiza os pais sobre a importância da participação do aluno, os professores da sala de apoio são orientados a desenvolver atividades diferenciadas para melhor compreensão do conteúdo.

2.14 CELEM (CENTRO DE ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA) - ESPANHOL

De oferta extracurricular, integra o Departamento de Educação Básica (DEB), e objetiva oportunizar o ensino gratuito de idiomas aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, na Educação Profissional aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções na Rede Estadual e também à comunidade (SEED/DEB).

Um dos maiores problemas encontrados é a desistência dos alunos ao longo do curso em decorrência de vários fatores, associados a faixa etária. Os alunos do Ensino fundamental acabam deixando o curso para cuidar de irmãos menores, ou porque quem os trazia não pode mais fazê-lo. Já os alunos do Ensino Médio acabam deixando o curso em função do trabalho ou porque foram aprovados no vestibular, principalmente no de inverno. Entre os alunos da comunidade, os índices de desistência são os menores e geralmente associados a problemas sérios de saúde, troca de domicílio associada à mudança no trabalho.



2.15 ÍNDICES DE APROVEITAMENTO ESCOLAR (INDICADORES EXTERNOS E INTERNOS), ABANDONO/EVASÃO E RELAÇÃO IDADE/ANO

A União, os Estados e os Municípios, estão usando cada vez mais o desempenho dos alunos nas avaliações externas, para orientar suas políticas educacionais. As avaliações, são realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana).

Os estudantes do Colégio participam da ANEB e da Prova Brasil que são realizadas a cada dois anos. A ANEB, tem como público alvo os estudantes da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e também estudantes da 3º série do Ensino Médio, é feita por amostragem. A ANRESC conhecida como (Prova Brasil) avalia estudantes da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e é censitária, todos os estudantes matriculados na série/ano devem fazer a prova.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que foi criado pelo INEP em 2007, reuniu em um só indicador o resultado das médias do desempenho dos estudantes nas avaliações (ANEB e Prova Brasil), e dados sobre aprovação, reprovação e abandono escolar. O resultado e as metas para o Colégio estão descritos no gráfico:

IDEB observado					Metas Projetadas							
2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4.1	4.2	5.0	4.7	4.3	4.1	4.3	4.5	4.9	5.3	5.5	5.8	6.0

A denominada PROVA BRASIL, avalia os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática, os resultados dessas duas áreas são expostos em níveis progressivos e cumulativos, uma organização da menor para a maior proficiência. No ano de 2013 participaram da avaliação 146 alunos do 9º Ano, a taxa de participação em percentuais foi de 83.91%, o gráfico abaixo demonstra o desempenho dos alunos por área e nível de proficiência.



	Abaixo do Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
Escola	25.85 %	11.43%	16.26%	20.12%	12.56%	8.47%	5.32%	0.00%	0.00%
Escola Similares	24.68%	16.99%	14.93%	16.86%	12.21%	8.54%	4.76%	1.03%	0.00%
Total Município	25.15%	15.60%	17.17%	16.90%	11.65%	9.27%	3.64%	0.62%	0.00%
Total Estado	18.53%	14.23%	17.55%	18.49%	15.54%	10.25%	4.29%	1.12%	0.01%
Total Brasil	21.98%	14.93%	17.24%	17.20%	14.13%	9.14%	4.17%	1.19%	0.03%

Distribuição dos Alunos por Nível de Proficiência em Matemática - 2013

	Abaixo do Nível 1	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8	Nível 9
Escola	26.44 %	14.54 %	12.10 %	22.21 %	10.36 %	10.32 %	2.81%	1.22%	0.00%	0.00%
Escola Similares	18.36%	14.00 %	20.96 %	16.28 %	16.10 %	9.12%	2.88%	2.29%	0.00%	0.00%
Total Município	19.46%	15.61 %	17.22 %	20.86 %	14.09 %	9.01%	2.27%	1.48%	0.00%	0.00%
Total Estado	14.30%	13.09 %	17.40 %	20.06 %	16.63 %	10.05 %	5.14%	2.30%	0.93%	0.10%
Total Brasil	18.16%	14.90 %	17.75 %	18.33 %	14.51 %	8.84%	4.61%	2.06%	0.72%	0.12%

No dia da prova é coletado dados sobre o contexto em que a escola está inserida a fim de produzir informações sobre o Nível Socioeconômico e a Formação Docente. O indicador sobre o Nível Socioeconômico é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos alunos, as escolas são caracterizadas por 7 Grupos, o Grupo 1 é considerado o nível socioeconômico mais baixo e o Grupo 7 mais alto, na avaliação de 2013 o Colégio foi avaliado no Grupo 5. O Indicador sobre a Formação Docente, analisa se o professor possui formação superior de Licenciatura ou Bacharelado com complementação pedagógica nas disciplinas que ministram, neste indicador o percentual foi de 75.70%.



Desempenho da Escola nas Edições da Prova Brasil

Ano	Matemática	Língua Portuguesa
2013	241.76	242.18
2011	249.90	247.73
2009	256.49	261.33
2007	245.35	232.60
2005	248.43	228.56

Observa-se que o desempenho dos estudantes está diminuindo em relação ao ano de 2009, que foi a média mais alta de todas as Edições. Durante o ano de 2015, os dados foram analisados pelos professores das áreas, verificando o percentual de aluno que ficou posicionado em cada nível e as habilidades que necessitam de intervenção pedagógica, para melhorar o rendimento e o aprendizado.

Além da ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica e da Prova Brasil, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, utiliza como critério as taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono, para calcular o IDEB, as tabelas abaixo demonstram os percentuais:

ANO - 2014

Ensino/Ano	Taxa de Aprovação			
	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classe	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Ensino Fundamental				
6º Ano	90,17%	16,67%	9,83%	0,00%
7º Ano	93,20%	16,79%	6,80%	0,00%
8º Ano	90,97%	15,60%	9,03%	0,00%
9º Ano	91,71%	16,27%	7,73%	0,55%
Total do Ensino	91,46%	16,33%	8,38%	0,15%
Ensino Médio Regular				
1ª Série	74,85%	32,80%	13,17%	11,98%
2ª Série	80,67%	30,58%	12,00%	7,33%



3ª Série	90,97%	25,95%	4,17%	4,86%
Total do Ensino	81,78%	29,71%	9,98%	8,24%

Ensino Profissionalizante Integrado

1ª Série	93,10%	37,04%	6,90%	0,00%
2ª Série	96,43%	33,33%	3,57%	0,00%
3ª Série	90,91%	5,00%	9,09%	0,00%
4ª Série	95,83%	13,04%	4,17%	0,00%
Total do Ensino	94,17%	23,71%	5,83%	0,00%

Ensino Profissionalizante – Subsequente

1ª Série	61,43%	2,33%	14,29%	24,29%
2ª Série	93,10%	0,00%	3,45%	3,45%
3ª Série	73,68%	0,00%	15,79%	10,53%
4ª Série	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total do Ensino	77,84%	0,73%	9,66%	12,50%

Fonte: SERE/ABC Data: 12/02/2015 15:01:30

ANO - 2015**Taxa de Aprovação**

Ensino/Ano	Total de Aprovados	Aprovados por Conselho de Classe	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Ensino Fundamental				
6º Ano	82,01%	18,51%	13,22%	0,00%
7º Ano	82,19%	14,65%	9,94%	0,52%
8º Ano	81,11%	19,44%	10,55%	0,55%
9º Ano	84,46%	20,46%	5,84%	0,58%
Total do Ensino				

Ensino Médio Regular Diurno

1ª Série	81,45%	35,64%	7,92%	1,98%
2ª Série	83,63%	21,81%	5,45%	3,63%



3ª Série	84,31%	3,92%	1,96%	0,00%
----------	--------	-------	-------	-------

Total do Ensino

Ensino Médio Regular Noturno

1ª Série	13,16%	36,84 %	21,88%	18,75%
2ª Série	72,50%	31,03%	10,00%	17,50%
3ª Série	80,56%	44,83%	8,33%	11,11%

Total do Ensino

Ensino Profissionalizante Integrado

1ª Série	83,87%	26,92%	9,68%	6,45%
2ª Série	73,08%	15,79%	26,92%	0,00%
3ª Série	92,00%	8,7%	4,00%	4,00%
4ª Série	90,00%	5,56%	5,00%	5,00%

Total do Ensino

Ensino Profissionalizante – Subsequente

1ª Série	62,82%	7,69%	3,84%	29,48%
2ª Série	60,41%	0,00%	10,41%	22,91%
3ª Série	83,33%	5,55%	11,11%	2,77%
4ª Série	100,00%	3,7%	0,00%	0,00%

Total do Ensino

Fonte: SERE/ABC Data: 12/02/2015 15:01:30

Taxa de Distorção Idade/Série – Ano 2014

Ensino Fundamental – 9 Anos

6º Ano	5,78 %
7º Ano	14,29 %
8º Ano	9,68 %
9º Ano	4,42 %

Total do Ensino 8,23 %



Ensino Médio

1ª Série 19,39 %

2ª Série 15,17 %

3ª Série 20,48 %

4ª Série 0,00 %

Total do Ensino 17,55 %

Fonte: SERE / ABC Data: 12/02/2015 15:01:30

No estado do Paraná, consoante a tendência nacional há o SAEP – Sistema de Avaliação do Estado do Paraná, como elemento fundamental da política educacional do Paraná.

Conhecer os indicadores de aprendizagem a partir dos dados das avaliações externas com todo o coletivo escolar é imprescindível, este momento está voltado para a análise da prática docente e proposição de encaminhamentos que tenham o intuito de melhorar o processo de ensino e aprendizagem, neste sentido o Colégio durante a Semana Pedagógica analisa os resultados a fim de propor ações assim como o Núcleo Regional de Ensino também promove encontros para esse fim.

2.15.1 Abandono Escolar

É importante aqui conceituar os termos, abandono dos estudos e evasão, que não podem ser utilizados como sinônimos. Conforme Saraiva (2013) “abandono é a condição de infrequência escolar que ocorre durante o andamento do ano letivo, porém no outro ano escolar o (a) estudante é rematriculado. Já na evasão escolar, não ocorre a matrícula no ano posterior”.

O problema do abandono dos estudos preocupa a Direção, Equipe Pedagógica e Professores, especialmente no período noturno. De acordo com o senso, de 2015, das 119 (cento e dezenove) matrículas do período noturno, 17 estudantes um percentual de 14,28% abandonaram os estudos, no curso Técnico em Enfermagem Subsequente das 112 (cento e doze) matrículas, 17 estudantes 15,60%, desistiram, Técnico em Saúde Bucal Subsequente das 77(setenta e sete) matrículas, 18 desistiram, 24,66%. No Ensino Fundamental e no Médio do período diurno, o número de estudantes que desistiram é considerado baixo.



É observado que vários são os motivos que levam o aluno a deixar de estudar - a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que acontecem no percurso escolar, falta de incentivo dos familiares, pais, mudança de endereço, uso e tráfico de drogas.

Visando a permanência do (a) estudante, o Colégio conta com o Programa de Combate ao Abandono Escolar, para êxito desse programa o papel dos professores, pedagogos e direção é muito importante, pois o (a) estudante está diretamente vinculado ao colégio em seu dia-a-dia. Cabe aos professores, verificar e anotar a ausência dos (as) estudantes, ao constatarem faltas não justificadas nos casos previsto em lei, dos (as) estudantes com 05 (cinco) faltas e/ou dias consecutivos, ou 07 (sete) faltas e/ou dias alternados no período de dois meses (60 dias), estes deverão comunicar, imediatamente, à equipe pedagógica da escola utilizando o controle interno de faltas injustificadas. Está, por sua vez, faz o contato direto com os pais ou responsáveis, a fim de verificar se a falta é justificada ou não e solicita documentos comprobatórios. Se a falta não é justificada, convoca-se os pais ou responsáveis para verificar as causas do abandono escolar, enfatizando a responsabilidade destes na educação e formação dos (as) filhos (as).

Esgotadas as possibilidades internas de reinserção do (a) estudante com idade abaixo de 18 (dezoito) anos, a escola aciona diretamente a Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, no nosso caso o Conselho Tutelar, da qual também é integrante, para que outras ações destinadas a promover o retorno do (a) estudante à escola sejam desencadeadas, a partir da análise das peculiaridades de cada caso.

2.15.2 Prevenção ao uso de Álcool e outras Drogas e enfrentamento às Violências

A literatura é extensa, demonstrando o efeito de drogas, tanto lícitas quanto ilícitas, em diversos âmbitos, como: no organismo daquele que a ingere, na vida acadêmica, no familiar, na profissional, na sociedade. De acordo com Santos (1997), especialistas e estudiosos desses problemas acreditam que prevenir é o melhor combate, destacando que a UNESCO, desde 1972, apontou a necessidade de investir em prevenção ao abuso de drogas.

Para prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas, os professores em seu Plano de Ação Docente descrevem como atividades, a divulgação de informações gerais sobre drogas, sensibilizando os alunos a respeito dos riscos por fazerem uso desses entorpecentes, pois sabe-se que a informação é um dos instrumentos que contribui para prevenir. Porém sabe-se



que se faz necessário estabelecer um conjunto de medidas, para impedir ou pelo menos, para reduzir o consumo abusivo.

Indisciplina e violência também são temas que preocupam os docentes, a equipe pedagógica e a direção do colégio. Dentre as queixas mais frequentes, feitas por professores, o comportamento, apresentado por certas crianças, prejudica excessivamente o andamento do trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula. Entre os prejuízos citam o barulho excessivo, a não-realização das tarefas propostas, a falta de obediência, além da queixa de que a indisciplina cria um clima de “anarquia geral” que parece contaminar as demais crianças. Esse tema é abordado por vários autores, entre eles Áquino, Guimarães, Vasconcelos, ambos apontam que essa atitude denota ausência de clareza dos pressupostos em relação à função da escola e a visão que tem da sua ação pedagógica, por isso sugerem a necessidade de se atuar na formação continuada do corpo escolar. Cabe a todos que fazem parte da comunidade escolar, desconstruir conceitos e conhecimentos já existentes e formar novas indagações.

A fim de desenvolver uma rede de proteção à criança e ao adolescente, o Colégio conta com o apoio da **Patrulha Escolar Comunitária**, que é um programa de assessoramento da Polícia Militar do Paraná (PM-PR) à comunidade escolar no que se refere a segurança, tendo como prioridade ações preventivas e, em segundo plano, ações repressivas educativas.

Suas atividades de prevenção incluem ações como análise de instalações físicas, diagnóstico da comunidade e aplicação de dinâmicas com pais, professores, funcionários e alunos. A participação das autoridades locais com a comunidade escolar na busca de soluções é um dos principais objetivos da Patrulha Escolar Comunitária.

2.16 RELAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DISCENTES

A relação professor-aluno, na visão dos professores, equipe pedagógica e direção, se constitui o cerne do processo pedagógico. Por se tratar de uma relação humana, será, sempre conflitante, nessa escola não é diferente, assim como a maioria, passa por uma crise de valores e sentido, os alunos não sabem porque vão a ela, a falta de significação do que é estudar, a evasão, a reprovação e a violência que existem nas mais diferentes formas acabam por transformar esta relação professor-aluno ainda mais conflitante e difícil de ser trabalhada. No entanto não se pode perder de vista objetivo principal enquanto escola: ensinar. Mas considerando que a educação é um direito de todos e a escola é um espaço que recebe alunos



de vários lugares e de várias características, ela é também um ambiente socializador e precisa contribuir para a formação moral dos alunos.

No cotidiano escolar, objetivando criar um ambiente de respeito mútuo e solidário, é escolhido um professor coordenador para cada turma e dois alunos como representante da turma.

2.16.1 Atribuições do Professor Coordenador de Turma

O Professor Conselheiro de Turma é escolhido entre todos os professores que atuam diretamente na escola e na turma, após sugestão e consulta da Equipe Pedagógica. São atribuições do Professor Coordenador de Turma:

- Manter o bom relacionamento com os alunos da turma;
- Escolher o Representante de Turma, após estabelecer critérios com a turma;
- Acolher e levar aos responsáveis pela área pedagógica, as sugestões dos alunos visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Oportunizar discussão com a turma na busca de mecanismos e estratégias que visem o melhor aproveitamento de estudos;
- Manter-se informado das condições disciplinares de sua turma e colaborar, na medida do possível, com recursos preventivos com o corpo docente e direção da escola;
- Assegurar, que no âmbito escolar, não ocorra discriminação de cor, raça, sexo, religião ou classe social;
- Promover o entrosamento e o bom relacionamento entre sua turma e as demais turmas da escola;
- Estimular e orientar a organização democrática de sua turma, assim como as obrigações e limites de autoridade do Representante de Turma;
- Desenvolver um espírito de grupo, incentivando a cooperação entre os componentes de sua turma;
- Incentivar e promover as boas iniciativas culturais, esportivas e de lazer de sua turma;
- Levar, sempre que necessário, junto ao Professor Representante no Conselho Escolar, as sugestões ou reivindicações da turma para análise e deliberação daquele órgão;
- Comparecer em todos os Conselhos de Classe de sua turma;

2.16.2 Atribuições do Representante de turma



Para representar a turma, dois alunos são eleitos democraticamente pela turma. Esses alunos, contribuem na organização, na participação em sala de aula representando o pensamento da maioria dos alunos de sua sala junto à Direção, à Equipe Pedagógica, ao Professor Coordenador de Turma e ao Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino. São atribuições do Representante de Turma:

- Manter o bom relacionamento com todos os colegas de sua turma;
- Acolher, elaborar e comunicar sugestões votadas pela maioria dos alunos da sala, para encaminhamento pelo representante dos alunos no Conselho Escolar, o Professor Monitor, Direção e Equipe Pedagógica, de acordo com o teor da questão votada;
- Participar das reuniões de Representantes de Turma e Conselho de Classe, sempre que convocado pela Direção, pela Equipe Pedagógica ou pelo Representante dos alunos no Conselho Escolar;
- Oportunizar discussões com a turma acerca dos problemas de ensino aprendizagem ou relacionamentos entre os alunos da turma;
- Cuidar do ambiente físico da escola no tocante à conservação e limpeza;
- Manter-se, continuamente informado sobre os problemas dos colegas de sua turma com relação a causas de faltas, problemas de doenças e/ou outros;
- Promover o bom relacionamento e entrosamento na turma, e dessa, com as demais turmas da escola.
- Auxiliar na organização da turma em eventos culturais esportivos e de lazer;
- Participar, sempre que convocado, das reuniões de organização do Grêmio Estudantil;
- Cuidar do Diário de Comunicação durante a troca dos professores;
- Acompanhar o aluno e o relatório que é encaminhado para o Pedagogo;

Como a procura para matricular o estudante no período matutino é maior, o critério para distribuição das turmas nos turnos, dos alunos que ingressam no 6º Ano, acontece de acordo com a ordem de chegada das famílias, de posse da Carta Matrícula. Para os alunos que já estudam no Colégio e desejam transferir de turno, a secretaria mantém um caderno onde registra os pedidos, assim que um aluno pede transferência do período matutino o estudante que solicitou a mudança de turno é comunicado e transferido para o período da manhã. Para matrícula no Ensino Médio Noturno o critério é a declaração de trabalho no período diurno.



Nos cursos Técnicos na Educação Profissional Subsequente, no período noturno o critério para a seleção dos alunos segue a Instrução Normativa da mantenedora.



CAPÍTULO III

FUNDAMENTOS TEÓRICOS - MARCO CONCEITUAL

Refletir sobre conceitos e aspectos ligados à prática pedagógica é uma estratégia potente, para desmistificar concepções que se estabelecem no campo do senso comum, levando o professor a equívocos. Assim, se faz necessário compreender e “analisar produções humanas ao logo da história, com possibilidades de comparações, até se chegar à síntese de quais conceitos referendam um modo de pensar e agir que contribuam com a função da escola pública atual. ” E por consequência o reconhecimento de que as concepções interferem no fazer pedagógico de sala de aula.

Dentro desse contexto, oportuno salientar “que a escola é reflexo da sociedade naquele determinado momento”. Assim:

Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens no vazio. A partir das relações dos homens com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a (FREIRE, 1983).

Compartilhando dessa ideia, após discussões, debates e estudos por todos os segmentos existentes no colégio sobre a realidade existente da nossa escola (marco situacional), redefiniu-se os princípios didático-pedagógicas, ou seja, fundamentos teóricos, os quais darão sustentação à prática social transformadora, implicando num repensar e uma nova postura, frente às concepções **Educação, Homem (infância, adolescência, juventude, adulto e idoso), Mundo, Sociedade e Cidadania**, que se pretende construir, e por consequência uma nova visão da concepção de **Formação humana integral, Cultura, Trabalho e Escola; Gestão escolar, Currículo, Cuidar e educar; Ensino-aprendizagem, Alfabetização e letramento, Conhecimento, Avaliação, Tecnologia; Tempo e espaço pedagógico, Educação inclusiva, Diversidade e Formação Continuada.**



3.1 EDUCAÇÃO, HOMEM (INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE, ADULTO E IDOSO), MUNDO, SOCIEDADE E CIDADANIA

3.1.1 Concepção de sociedade e educação

A sociedade dá forma e preserva o comportamento dos que nela vivem, logo, vislumbra-se uma sociedade com desenvolvimento econômico, político, social e cultural, apontando para um processo de emancipação das consciências e do país, assim sendo, a sociedade é campo das manifestações e interações humanas. É nela que o ser humano se expõe agindo, comunica seus pensamentos, celebra suas conquistas ou demonstra suas deficiências.

Nesta sociedade a educação tem papel fundamental, devendo ser libertadora, interdisciplinar, inclusiva, integradora, dialética, contínua, processual e segura, embasada por uma escola democrática, reflexiva, transformadora, coerente, prazerosa e planejada. Portanto, a sociedade deve ser o espaço onde toda a complexidade da humanidade possa ser exposta, vista e sentida com solidariedade e fraternidade. Neste sentido, acrescenta Álvaro Vieira Pinto (1994), “A educação é substantiva, altera o ser do homem. A não ser assim, seria apenas adjetiva, mero ornamento da inteligência. O Homem que adquire o saber, passa a ver o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Por isso se torna um elemento transformador de seu mundo. Esta é a finalidade essencial da educação...”

Cabe aqui ressaltar a grande importância do papel da Escola na busca dessa sociedade, que tanto almejamos. Sua função deverá estar voltada para instrumentalizar o sujeito cientificamente para melhor compreensão da realidade social, assim sendo a aprendizagem será a instrumentalização política, fazendo do conhecimento um componente do processo da cidadania, enquanto o ensino será o processo de reflexão-ação sobre a realidade possibilitando apropriação, socialização e produção do saber.

3.1.2 Concepção de homem e mundo

O HOMEM é histórico, isto é, um ser constituído no seu movimento; constituído ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade. Um ser, portanto, em permanente movimento; um ser que tem características forjadas pelo seu tempo, pelas condições de sua sociedade, pelas relações que estão sendo vividas. O homem é visto a partir da ideia de condição humana e não de natureza humana. A condição humana se refere ao fato de o homem construir as formas de satisfação de suas



necessidades e ao fato de fazer isso com os outros homens, e é das formas que constrói e da maneira como faz isso com os outros homens que tem as condições para se constituir. A **RELAÇÃO INDIVÍDUO/SOCIEDADE** é vista como uma relação dialética, na qual um constitui o outro. O homem se constrói ao construir sua realidade.

O ser humano pode ser considerado como ser sócio histórico, pois, está envolvido por um contexto sócio histórico, ou seja, além de ele viver em um mundo que passou e passará por mudanças sociais e históricas, ele poderá participar dessas mudanças. Isto quer dizer também que a história não é feita somente pelas personagens importantes apontadas nos livros, mas sim por todos nós, dentro desse contexto sócio histórico. Enfim, o homem vive em sociedade e faz a história acontecer.

A educação deve ser pensada a partir dessa concepção de homem que devemos formar, e, sem dúvida, este homem não é abstrato, genérico, mas real, concreto, situação existencialmente num determinado contexto, e, também participante do processo de produção cultural que o próprio desenvolvimento nacional propicia.

Portanto, homem e mundo são considerados conjuntamente, pois a homem influência e é influenciado pelo mundo. E mais, é um ser situado no e com o mundo. O professor de filosofia da USP, Antônio Joaquim Severino nos ensina:

(...) tornar viável a existência dos homens, numa dada realidade histórica e social, significa hoje construir a efetiva cidadania. É garantir a todos os indivíduos humanos, sem qualquer forma de discriminação, as condições para o exercício pleno de todas essas três práticas, de modo a que possa ser o produtor e fluidor dos bens naturais, dos bens sociais e dos bens culturais de sua sociedade. Com efeito, a condição da cidadania exige o efetivo compartilhar das mediações existenciais, por sua vez realizáveis através dessas três modalidades de práticas reais (SEVERINO, 1998, p. 85-86).

Assim sendo, precisamos saber quem é esse homem, quais suas características como ser racional que é.

O homem visto de uma perspectiva histórico-antropológica, é um ser de relações: ele se relaciona com a natureza, com os outros homens e consigo mesmo. Sua existência se dá efetivamente através de atividades, através da ação, da prática, através de mediações nas quais essas relações se concretizam e tomam forma real. (...) O homem tem um jeito especificamente humano de realizar sua humanidade. Ele é, de fato, um ser em permanente construção, que vai se fazendo no tempo pela mediação de sua prática, de sua história. É assim um ser que vai criando espaço social e no tempo histórico. Não é apenas uma realidade pronta e acabada, mas um sujeito que vai construindo à pouca sua própria realidade (SEVERINO, 1998, p. 81-91)

A partir dessa ideia o coletivo da escola por intermédio de uma gestão democrática, estará voltada para a formação integral do homem dentro da perspectiva da educação



histórica-crítica, objetivando a emancipação do homem como sujeito histórico, social e concreto.

3.1.3 Concepção Escola e Cidadania

O ambiente escolar é a instituição própria para a transformação social, pois envolve pessoas que “pensam” e desejam uma sociedade mais justa e igualitária. Sabemos que o contexto social envolve várias situações conflitantes que põe em prova o indivíduo, assim, precisamos formar cidadãos críticos que conheçam seus deveres e direitos e cumpra-os, visando valores éticos-sociais sobre os individuais. Aspectos como solidariedade, respeito mútuo, justiça, companheirismo entre outros, devem ser preservados e vivenciados na comunidade para que preferencialmente os interesses sociais sejam atendidos.

Dentro desse contexto, busca-se uma escola realista, que lute por mudanças, onde cada membro construa sua história e consciente do poder que exerce para esta mudança ou para sua manutenção, ou seja, sujeitos críticos, agentes transformadores de si mesmo e do mundo no qual está inserido.

Enfim, objetiva-se uma escola que vivencie valores éticos e morais, preservando um convívio social, proporcionando um crescimento interior e onde o conhecimento seja de qualidade, uma escola que respeita as diferenças e através de atividades diárias busca o respeito mútuo, a dignidade, a honestidade, a colaboração, descartando a injustiça, as discriminações e a violência.

3.1.4 Concepção de infância, adolescente, juventude, adulto e idoso

A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA está intimamente ligada à concepção de criança, sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Portanto, a criança é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente e que precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integral e integrado da criança. Ela deve ter todas as suas dimensões respeitadas.



Segundo Zabalza ao citar Fraboni: “a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (ZABALZA, 1998, p. 68).

Áries (1981), mostra que o lugar de anonimato ocupado pelas crianças que sobreviviam aos primeiros tempos de vida na Idade Média passa a ter outro sentido no período posterior, ou seja, na modernidade” (ARIES, *apud* REDIN, 2007, p. 12).

Compartilhando o pensamento de Áries (1981), encontramos em Charlot (1986) a ideia de que a concepção de infância tem sua base em uma perspectiva social, pois “a imagem de criança assume, nos sistemas filosóficos e pedagógicos, as dissimulações do aspecto social dessas contradições, por trás de considerações morais e metafísicas (CHARLOT, 1986, p. 108)”. Assim, o autor indica que a infância não é um dado natural, e sim um dado social-histórico, sendo construído a partir de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos em uma sociedade, num determinado tempo e lugar.

Assim sendo os eixos norteadores, das práticas pedagógicas com a criança, são: as interações e a brincadeira, objetivando garantir experiências que “ favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical” (BRASIL, 2010, p. 95).

Passemos agora a discutir a adolescência, utilizando mais uma vez as contribuições legadas por Jean Piaget. O autor afirma que neste período da vida que se inicia por volta dos 12 anos, a criança, ou melhor, o adolescente crê na onipotência da sua reflexão.

CONCEPÇÃO DE ADOLESCÊNCIA “enquanto experiência humana, parte-se de um processo contraditório, que não tem um sentido único, não é homogêneo, nem tampouco linear e, muito menos, com um único significado, pois que é dependente das condições materiais/objetivas e subjetivas de existência de sujeitos reais”.

Ana Mercês Bahia Bock, (1999), em seu artigo Adolescência: Uma concepção crítica afirma: “ Essa visão gera uma concepção de adolescência diferente da visão liberal. A visão sócio histórica, porque vincula o desenvolvimento do homem à sociedade, vinculando também a Psicologia ao desenvolvimento social. Ao falarmos do desenvolvimento humano e da adolescência não poderemos nos furtar a falar e compreender a sociedade. Entendemos, assim, que para compreender o homem é necessário compreender a sociedade.



“Despatologizamos” o desenvolvimento humano e o tornamos histórico. Passamos a compreender que as formas que assumimos como identidades, personalidades e subjetividades são construídas historicamente pela humanidade. A sociedade, construída por nós mesmos, nos dá os limites e as possibilidades de “sermos”.

O caderno II da 1ª Etapa do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio – “O jovem como sujeito do ensino médio”, afirma que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012), apontam para a centralidade dos jovens estudantes como sujeitos do processo educativo. No parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2011), que a fundamenta, fica explícita a necessidade de uma “reinvenção” da escola de tal forma a garantir o que propõe o artigo III, ou seja, “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, e também o artigo VII, “o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes”.

Nesse diapasão encontra-se implícito a CONCEPÇÃO DE JUVENTUDES¹, numa visão sócia histórico. Jovem como sujeito de direito, e não reduzirmos a nossa compreensão da juventude a uma definição etária ou a uma idade cronológica. Compreender os jovens apenas pelo fator idade, contudo, seria simplificar uma realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades.

Assim sendo, a juventude é uma categoria socialmente produzida. Temos de levar em conta que as representações sobre a juventude, os sentidos que se atribuem a esta fase da vida, a posição social dos jovens e o tratamento que lhes é dado pela sociedade ganham contornos particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. Enfim, pode-se afirmar que a juventude é uma construção histórica.

Por fim, o professor tem um papel importante na mediação entre o ser jovem e ser estudante. Educar neste cenário nos pede uma maior inserção no universo juvenil: estar próximos dele e aprender a ouvi-lo, mapear suas potencialidades e estabelecer relacionamentos interpessoais significativos.

¹Frise: Juventudes e não Juventude



Quanto a **CONCEPÇÃO DE ADULTO**, acredita-se que o indivíduo adulto, já traz a sua experiência de vida, dessa forma há uma mudança daquilo que vai ser ensinado, para torná-lo significativo e atrativo para que o mesmo continue em sala de aula.

O adulto que chega até os bancos escolares, principalmente nos cursos técnicos subsequentes, não é aquele sujeito concursado, nem um estudante universitário, o qual está à procura de aperfeiçoar profissionalmente seus conhecimentos, muito menos aquele com uma escolaridade regular. São geralmente homens e mulheres desempregados, trabalhadores em busca de uma melhor condição de vida, uma boa moradia e que lutam para superar suas condições precárias, no qual estão nas raízes do analfabetismo. Não estamos apenas diante de uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. (RIBEIRO, 2001).

A aprendizagem do aluno adulto é compreendida quando o indivíduo se apropria de algo novo, aprende um novo conhecimento, de modo que esse conhecimento passa a fazer parte dele, pois: Aprendizado ou aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato direto com a realidade, com o meio ambiente e com as outras pessoas. [...] Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo (VYGOTSKY, *apud* OLIVEIRA, 2009b, p. 59).

Segundo Oliveira (2009b), Vygotsky entende que o desenvolvimento da espécie humana e do indivíduo dessa espécie, está, pois, baseado no aprendizado que, sempre envolve a interferência, direta ou indireta, de outros indivíduos e a reconstrução pessoal da experiência e dos significados.

Partindo da perspectiva sócio histórica, é possível compreender que a constituição da aprendizagem do adulto, concretiza-se de modo diferente da criança e do jovem, uma vez que o adulto traz consigo sua história de vida, maiores experiências e conhecimentos adquiridos, permitindo-se a troca dessas experiências e a partilha desses conhecimentos. O adulto já está inserido no mundo do trabalho e encara as relações pessoais de forma mais consciente e madura, por isso não se dispõe a aprender por aprender, mas este aprendizado deve torná-lo capaz de vencer os obstáculos que se apresentam.

Nesse sentido, é importante reafirmar que a ideia de que a fase adulta apresenta um estágio de estabilidade e ausência de mudanças importantes pode ser descartada, na medida em que os adultos trabalham, constituem família, se relacionam entre si, permitem-se



construir e reconstruir em seu momento histórico, unindo o singular e o plural. Certamente todas essas transformações não fazem parte de uma vida adulta estagnada, ao contrário, sugerem grandes transformações em seus ciclos de vida.

Portanto, de acordo com José Gesilane de Oliveira Maciel é importante considerar que o espaço de sala de aula, do ensinar e do aprender desse aluno adulto, seja favorecido para que ocorram mudanças importantes na construção do conhecimento, num movimento dialético de mediação e internalização permanente na constituição do sujeito, adquirindo sua singularidade na relação com o outro.

CONCEPÇÃO DE IDOSO: A sociedade cria expectativas em relação aos papéis sociais daqueles com *status* de idoso e exerce diversas formas de coerção para que estes papéis se cumpram independente de características particulares dos indivíduos. Novas terminologias e novos conceitos vêm surgindo para classificar os indivíduos em idade mais avançada. A distinção, por exemplo, entre terceira e [quarta idades](#) é uma tentativa de ajustar esquemas classificatórios a circunstâncias culturais, psicológicas e ideológicas particulares das sociedades ocidentais hoje.

À luz de Guattari, Deleuze e Foucault, podemos enxergar a instituição de uma Terceira Idade, enquanto ideal de idoso ativo e saudável, como um modo de subjetivação implementado através de um dispositivo saber-poder, onde geriatras e gerontólogos, ao vender o seu discurso, prescrevem um modo de existir para o idoso. Passa a existir uma velhice equivocada, aquela que é doente, que não acompanha metas de grupo etário, que tem déficits cognitivos e de sociabilidade e que não se adapta às inovações, e uma velhice correta, que mimetiza o ideal de juventude.

O Estatuto do Idoso - Lei 10741/03 | Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003, em seus artigos 20 e 20 prescrevem que: “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”. E que “ Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

A validação social é crucial para o desenvolvimento de todas as pessoas e os anciões não são diferentes. Faz-se necessário uma conscientização da importância desses meios na constituição da velhice. Assim podemos começar a mudar a visão que nossa sociedade possui do que é ser velho hoje em dia.



3.2 CONCEPÇÃO DE TEMPO E ESPAÇO PEDAGÓGICO, EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DIVERSIDADE

3.2.1. Concepção de Tempo e Espaço Pedagógico

O ambiente escolar - como um espaço público no qual grande parte de nossas crianças e jovens passam seu tempo - é um dos lugares que permitem exercitar tal convívio. A estrutura física da escola, assim como sua organização, manutenção e segurança, revela muito sobre a vida que ali se desenvolve.

Portanto, a organização do tempo e do espaço escolar, é de sua importância para a formação dos sujeitos e para a reflexão da prática educativa, ou seja, espaço escolar, enquanto instrumento didático, uma vez que, o espaço se constrói pelas práticas e uma das suas propriedades é ser um elemento transformável.

O espaço pedagógico é, ao mesmo tempo, um lugar físico destinado a transmitir um Saber, mas igualmente uma estrutura de origem cultural que favorece, apoia e organiza a relação pedagógica (ESTRELA, 2002).

Enfim, a escola, deve ser reconhecida como “ novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro [...]”.

3.2.2 Concepção de diversidade e Educação Inclusiva

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do ensino médio, II etapa, trouxe discussões e estudos sobre a Pluralidade cultural como afirmação da diversidade explicitando que:

[...] diversidade é uma dinâmica cultural que existe a partir da diferença no seu devido lugar, por isso não é sinônimo de diferença, que é um conceito que existe na natureza das coisas vivas, existe em qualquer forma viva, mas não contempla valor e definição nas relações (PEREIRA, 2009, p. 9).

Nesse sentido e considerando que estamos imersos em uma sociedade plural e desigual, sem sombra de dúvidas que a diversidade e a pluralidade constituem desafio na OTP - Organização do Trabalho Pedagógico escolar, uma vez que deveremos estar discutindo, no espaço escolar, as diferentes relações e os desafios para o enfrentamento à exclusão dos diferentes grupos, onde encontramos indivíduos que não são iguais, que têm especificidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais.



Teresa Cunha e Sandra Silvestre (2008) trazendo um olhar sobre a educação e a diversidade, afirmam que, reconhecer e lidar com a diversidade é um pluriverso de competências – cognitivas, práticas, emocionais e relacionais – para reivindicar a diferença quando a igualdade nos descaracteriza e a igualdade quando a diferença nos discrimina.

Assim, como diz Santos (2002a), este exercício de justiça social libertadora requer um pensamento crítico, inquieto, uma hermenêutica diatópica e uma infindável e incansável busca e luta pela Dignidade Humana. Teresa Cunha e Sandra Silvestre ao final concluem que:

é necessário pois que se reconheça que cada ser humano tem uma responsabilidade pessoal por cada outro ser humano, levando muito a sério as suas diferenças (...) conceitualizar (sic) e viver a diversidade em termos democráticos é praticar, incessantemente, a nossa capacidade de des-essencializar o outro e trazer à luz os aspectos relacionais de cada pessoa, grupo, cultura, identidade, assim como o contexto a que estão ligados, e valorizar esse conjunto complexo de elementos em vez de sublinhar a mera diferença entre sujeitos individuais.(CUNHA e SILVESTRE)

Nesse sentido, o caderno temático/gênero e diversidade na escola da SEED, trazem quais as atitudes que devem ser desenvolvidas no nosso aluno, a partir do estudo e problematização das questões relativas à pluralidade e diversidade, são elas:

Atitudes relativas ao posicionamento social: Reconhecer o respeito às identidades, diferenças e especificidades de cada pessoa como um direito social inalienável; respeitar e valorizar a diversidade; combater qualquer forma de discriminação; promover a equidade.

Atitudes relativas à compreensão cognitiva: Desnaturalizar diferenças culturais, compreendendo que a identidade de grupos, bem como as estereótipias e os preconceitos, são construções socioculturais e históricas; compreender a complexidade com que os fenômenos se inter-relacionam; Perceber como a acumulação de características desprivilegiadas potencializa desigualdades e discriminações; reconhecer /identificar marcar de estereótipias presentes em diferentes âmbitos da sociedade;

O caderno I - etapa II do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, destacou que os professores, como parte da humanidade, também são constituídos na pluralidade e diversidade dos demais sujeitos sociais, mas diferentemente, enriquecidos nas lutas pela democracia, pelo respeito e pela dignidade profissional que historicamente vivenciam.

Afirmam Pimenta e Anastásio, que o trabalho docente “[...] Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor confere à atividade docente em seu cotidiano, em seu modo de situar-se no mundo, em sua história de vida, em suas



representações, em seus saberes, em suas angústias e anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor”. (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002, p. 77).

Assim, “o professor enquanto sujeito que atua no espaço escolar estabelece relações num contexto de pluralidade e diversidade com outros sujeitos, interagindo não apenas com os seus alunos em sala de aula, mas imprimindo suas influências em todo o espaço educativo, mediado pelos conhecimentos científicos, culturais, tecnológicos, filosóficos, artísticos e políticos.” (PNEM, p. 16)

3.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR, CURRÍCULO, CUIDAR E EDUCAR

3.3.1 Concepção de Gestão Escolar

As reflexões do caderno I - OTEM – Etapa II do Pacto Nacional para o fortalecimento do Ensino Médio, traz grandes contribuições acerca da gestão democrática, do planejamento participativo e da organização coletiva da ação docente na escola, subsidiando a participação de todos os professores na reescrita da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

Observa-se de toda sua leitura, que Gestão Democrática, não é atribuição específica dos gestores escolares e coordenadores pedagógicos, mas sim de todos os envolvidos na Organização do Trabalho Pedagógico da Escola. A meta 19 (estratégia 19.6) do PNE define como intenção “estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares” (BRASIL, 2014).

Ademais, há necessidade de se oportunizar espaços de participação ampliada de estudantes, professores, funcionários e familiares nos processos de gestão democrática da escola, com vistas à socialização do conhecimento e democratização das relações internas na escola. Segundo Feiges

São na interface das relações entre a intencionalidade política da concepção de gestão democrática da escola e a representação que os agentes (diretores, professores) têm do mundo social, que se estabelece um projeto educativo de caráter conservador ou emancipador. (FEIGES, 2014, p. 60)

Por outro lado, o fortalecimento de um ambiente democrático requer diálogo e respeito mútuo, direitos e deveres, sobre isso Paulo Freire

Afirma o direito de criticar, mas também indica o dever de não mentir ao criticar; instigando um diálogo aberto, curioso, indagador; capaz de recriar uma prática



pedagógica articuladora da autonomia alinhavada em “experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade”. (FREIRE, 2001, p. 21)

Permitir a integração permanente entre família, escola e comunidade exercendo seu direito à informação e à participação deve fazer parte dos objetivos de uma gestão democrática, a qual se comprometa com a solidificação da democracia, para Vaz

Democratizar a gestão da educação requer, fundamentalmente, que a sociedade possa participar no processo de formulação e avaliação da política de educação e na fiscalização de sua execução, através de mecanismos institucionais. Esta presença da sociedade materializa-se através da incorporação de categorias e grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo, e que, normalmente, estão excluídos das decisões (pais, alunos, funcionários, professores) (VAZ, 1994, p.)

Assim sendo, a criação de mecanismos institucionais deve privilegiar os organismos permanentes. Os órgãos colegiados, como Conselho Escolar, Conselho de Classe, APMF, Grêmios Estudantis, são os principais instrumentos. A Gestão Democrática e autônoma da Escola terá como princípios basilares a liberdade e a participação. Dentro dessa ideia, a gestão escolar deverá:

- Garantir a eleição de diretores pela comunidade escolar, revendo a legislação vigente, após discussão dos critérios com as bases.
- Instituir o Conselho escolar deliberativo, constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar;
- Constituir, por intermédio de eleição participativa de toda comunidade escolar a APMF;
- Garantir a construção coletiva e implementação do Projeto Político Pedagógico;
- Assegurar, a livre criação do Grêmios estudantis, sendo competência exclusiva dos estudantes a definição, dos critérios, dos estatutos e demais questões referentes à sua organização;
- Estabelecer espaço e tempo para a discussão da política pedagógica, na escola, objetivando o amadurecimento e a interação dos profissionais, pais e alunos com vista a desenvolver um Projeto Político Pedagógico e um planejamento participativo, determinado no calendário escolar ou definido pela comunidade, democraticamente, garantindo o acesso aos seus direitos, conhecimento e exercício de seus deveres, fazendo de todos coparticipes e coautores no processo educacional;



- Elaborar, implementar e avaliar, junto com todos a comunidade educativa, projetos que enfoquem temas fundamentais de formação integral de aluno-cidadão;
- Assegurar a busca pelo Conselho de Classe, como uma instância capaz de promover a discussão mais aprofundada das questões postas pelo processo de ensino e pela relação professor-aluno-conhecimento.
- Oportunizar a inclusão escolar, respeitando assim as diferenças e as necessidades especiais de cada um.
- Incluir o empreendedorismo no currículo escolar por intermédio de projetos de trabalho, que incentivam a formulação e a resolução de problemas, a interação. A inventividade, a investigação e a globalização.

Nessa perspectiva, renuncia-se à discriminação, à distinção de qualquer natureza, ao autoritarismo. Por consequência, o compromisso com a igualdade, com a educação, com a saúde, com a pluralidade e com a democracia são prioridades na gestão escolar.

Logo, dentro desse espírito, no convívio escolar, são necessários sólidos conhecimentos, memória cultural, respeito pelo espaço público, princípios para viabilizar efetivas relações interpessoais, diálogo franco entre olhares éticos e superação da imagem de criança e professor ideal, abrindo mão, portanto, do discurso pedagógico hegemônico.

Nesse sentido, uma escola que tem finalidades públicas há de se definir critérios de natureza coletiva para gerar um clima escolar participativo e viabilizar a aprendizagem. Isto implica:

1. Abdicar dos modelos idealizados de aluno, de professor e da própria relação, potencializando as possibilidades e chances efetivas de cada um;
2. Fidelidade ao contrato pedagógico que deve ser do conhecimento das partes e condição para a própria negociação nos processos de interação família/escola;
3. integrar, sempre que necessárias à mudança e a criatividade nos processos educativos.
4. reconhecer que o fato de estigmatizar e/ou reprimir por meio de procedimentos institucionalmente legitimados, conforme "Normas de Convívio Escolar", abaixo discriminadas, e/ou legalmente previstos, incita as práticas que se quer eliminar ou combater.

Enfim, a escola por suas características próprias será um lugar privilegiado de exercício da democracia como valor e processo. Nas palavras de Vanderlei de Barros Rosas, “a consciência e a prática democrática precisa ser exercida dentro da Escola, a fim de que toda



sociedade possa saber colocar em prática sua cidadania de forma consciente, intervindo na realidade cruel em que vivemos, e assim transformá-la.”

Enfim, ao gestor da escola se exige “a capacidade de saber ouvir, alinhar ideias, questionar, inferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com o propósito de coordenar efetivamente o processo educativo”. (PRAIS, 1990, p. 86).

3.3.2 Concepção de Currículo

Na Temática III, do Pacto Nacional do Ensino Médio, se destaca que o “currículo é o coração da escola”. Ele se manifesta em várias formas: prescrito, formal e oculto. O currículo transporta-se e se materializa na prática docente em sala de aula. Nesse sentido, o professor mediador de todo esse processo ensino aprendizagem deverá estar ciente que o aluno que irá trabalhar é um sujeito, histórico, social e concreto, logo, sua prática deverá estar fundamentada no materialismo histórico dialético, fazendo uso da contextualização histórica e contemporânea; da interdisciplinaridade a qual será muito mais que um método, será uma necessidade e a pesquisa como princípio pedagógico, tudo numa perspectiva do trabalho como princípio educativo.

Dentro dessa perspectiva não se pode afirmar que a escola é neutra, e da mesma forma, que exista neutralidade no currículo. Mesmo porque a escola encontra-se inserida em uma sociedade que se transforma, evoluindo rapidamente e continuamente, logo, necessita adequar-se e acompanhar essa evolução, visto que a escola é o canal por onde são filtradas as ideologias políticas que determinam o comportamento da sociedade. Assim sendo, os encaminhamentos pedagógicos que o professor executa em sala de aula se materializam nos conteúdos selecionados, metodologias e estratégias, que revelam determinado posicionamento político vigente na sociedade, além das próprias concepções deste professor, que é humano e, portanto, político na sua essência. Se este currículo não é revisado e reinterpretado, a escola assume uma posição política de desamparo à formação integral do seu aluno, mesmo que seja por omissão.

Deste modo, o professor necessita estar apto e disposto a realizar a sondagem constante das necessidades dos seus alunos, vivenciando um processo contínuo de conhecimento e reconhecimento da realidade. Isto significa saber quem são os sujeitos da escola pública, de onde eles vêm, quais são suas expectativas, e que referências sociais, econômicas, culturais, familiares e religiosas eles trazem consigo.



Currículo, dentro dessa perspectiva, pedagogia histórica – crítica deve ser compreendido como o conjunto das atividades nucleares da escola o qual contemplará os conteúdos básicos fundamentais. Conteúdos estes, culturais, universais que se constituíram em domínios de conhecimentos relativamente autônomos, incorporados pela humanidade, mas reavaliados permanentemente. De acordo com Saviani “ currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola. ” E acrescenta: “ atividade nuclear é a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado” (SAVIANI, 1992, p. 23).

O currículo ensinado será o trabalho do professor em sala de aula. Para que ele esteja em sintonia com os demais níveis o da proposição e o da ação - é indispensável que os professores se apropriem, não só dos princípios legais, políticos, filosóficos e pedagógicos que fundamenta o currículo proposto, de âmbito nacional, mas da própria proposta pedagógica da escola. São princípios orientadores da organização e da gestão curricular:

- a) Coerência e sequencialidade entre as três modalidades de ensino básico e articulação destes com o ensino superior;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares, visando à realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
- d) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com caráter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- e) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projeto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respectivo projeto educativo;
- f) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e atividades de aprendizagem, visando favorecer o desenvolvimento da formação do cidadão agente transformador;
- g) A interdisciplinaridade e contextualização são princípios pedagógicos estruturadores de todo currículo.

3.3.3 Concepção de Cuidar e Educar



Faz-se necessário buscar o equilíbrio entre estes dois processos complementares e indissociáveis “educar e cuidar”, sabemos que as crianças, por serem pequenas, necessitam de cuidados primários: alimentação, higiene, segurança, etc. Por outro lado, não podemos esquecer que a criança vive um momento fecundo, em que a interação com as pessoas e as coisas do mundo vão levando-a a atribuir significados àquilo que a cerca, e ela passa a participar de experiências culturais próprias de seu grupo social, o que chamamos de educação. É neste sentido que devemos entender a criança como cidadã dos direitos, um agente ativo e membro da construção de culturas, ou seja, uma criança a ser ouvida e não apenas aquele ser que escuta, pois ela é alguém que pensa junto sem deixar os outros pensarem por ela.

Assim, o profissional que trabalha com esta criança precisa ter claro, qual o conceito que ele possui sobre a infância, pois este determina a sua prática pedagógica. Ele não deve ser o substituto da mãe, nem apenas o professor, mas deve criar situações desafiadoras, investigando a cultura infantil, para que, junto à criança promova novas aprendizagens, tanto para ele, como para ela. Desta forma, estamos falando de um profissional pesquisador, que reflete sobre a sua prática e questiona suas concepções a todo instante. Nesta proposta, educar e cuidar, não são polos opostos, mas complementares. E assim o educador estará transmitindo exemplos de disciplina, organização e competência aos seus alunos que estão se preparando para maiores desafios.

Portanto, o cuidar e o educar são indissolúveis e devem ser trabalhados juntos, sem esquecer-se de buscar o equilíbrio entre ambos, pois ao mesmo tempo em que sabemos que as crianças precisam de cuidados especiais, devemos também reconhecê-las, como agentes ativos da sociedade onde vivemos e que construiremos.

Para Piaget (1964), é necessário conhecer os níveis de desenvolvimento da criança, para deste modo, saber o que serão ou não capazes de fazer, e assim adaptar os processos de aprendizagem a esses níveis de desenvolvimento.

3.4 CONCEPÇÃO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO, CONHECIMENTO, AVALIAÇÃO, TECNOLOGIA

3.4.1 Concepção de Ensino-Aprendizagem



Analisar a função social da escola, orientá-la pelas ações coletivas emancipatórias do ser humano, implica a rigorosa compreensão do papel do conhecimento nesse processo de singularidade.

Assim sendo, é importante compreender o modo como às pessoas aprendem e as condições necessárias para aprendizagem, bem como identificar o papel de um professor. As teorias de aprendizagem buscam reconhecer a dinâmica envolvida nos atos de ensinar e aprender, partindo do reconhecimento da evolução cognitiva do homem, e tentam explicar a relação entre o conhecimento pré-existente e o novo conhecimento.

A mediação pedagógica com base na teoria da aprendizagem interacionista, o aluno é o sujeito social do conhecimento; o conteúdo é o objeto social do conhecimento enquanto que o professor é o mediador social do conhecimento.

3.4.2 Concepção de alfabetização e letramento

Em sociedades grafocêntricas como a nossa, as crianças de diferentes classes sociais convivem com a escrita e com práticas de leitura e escrita cotidianamente, o que significa que vivem em ambientes de letramento. As crianças começam, portanto, a “letrar-se” a partir do momento em que nascem em uma sociedade letrada. Rodeadas de material escrito e de pessoas que usam a leitura e a escrita, nossas crianças, desde cedo, vão conhecendo e reconhecendo as práticas de leitura e de escrita.

Ser alfabetizado, ou seja, reconhecer apenas os códigos linguísticos tem se revelado condição insuficiente para conviver e responder adequadamente as demandas da sociedade contemporânea. A concepção de alfabetização compreendida apenas como o domínio mecânico da leitura e da escrita e que se pretende realizar em apenas um ano de escolaridade tornaram-se insuficientes. Esta tradição estava vinculada a uma concepção de alfabetização segundo a qual, a aprendizagem inicial da leitura e da escrita tem como foco fazer o aluno chegar ao reconhecimento das palavras garantindo-lhe o domínio das correspondências fonográficas. Compreendemos que o aprender a ler e escrever significa saber utilizar o sistema de escrita alfabética em situações reais de comunicação.

O conceito de alfabetização alargou-se, hoje é preciso ir além do domínio do código escrito é preciso fazer uso da leitura e da escrita no cotidiano, apropriar-se da função social dessas duas competências. Isso significa que, se uma criança sabe ler, mas não é capaz de ler um livro, um jornal, ou se sabe escrever palavras e frase, mas não é capaz de escrever uma



carta, ela é alfabetizada, mas não é letrada. Além disso, a cada momento, multiplicam-se as demandas por práticas de leitura e de escrita, não só a chamada cultura do papel, mas também na nova cultura da tela, como pode ser chamado o conhecimento mobilizado pelos meios eletrônicos.

3.4.3. Concepção de conhecimento

Um dos grandes desafios da educação é instrumentalizar o educando para sua emancipação social com equilíbrio e sobriedade, estabelecendo subsídios para a construção de uma sociedade fundada nos princípios da coletividade, justiça e liberdade sem restrições de qualquer natureza, permitindo a convivência na e pela diversidade, projetando em suas gerações futuras valores morais e materiais balizados pelos mais justos dos princípios que fazem jus à nossa humanidade.

Neste sentido, “A apropriação do conhecimento humano, por ser constitutiva da condição humana, é um direito fundamental e, por isso mesmo, uma exigência da cidadania. (...) não existe fazer humano que não seja ao mesmo tempo um saber...”

A construção do conhecimento dentro desta linha, vinculará ao processo de ação-reflexão sobre a práxis social, a partir de sua problematização, da análise e compreensão teórica dos elementos e suas inter-relações.

A elaboração social do conhecimento se dá dentro de uma relação cíclica permanente entre: Aluno: sujeito social do conhecimento; conteúdo: objeto sociocultural do conhecimento e o professor: mediador social do conhecimento.

O próprio ato de conhecimento gerado e a ciência como desdobramento precisam ser compreendidos como fatos sociais em permanente construção e reconstrução em um espaço e tempo histórico.

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas, histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. (FREIRE, 1999)

3.4.4 Da Avaliação do Ensino Aprendizagem

Segundo Luckesi, a avaliação “...deve assumir caráter educativo, viabilizando especialmente ao estudante a condição de analisar seu percurso e ao professor e à escola



identificar dificuldades e potencialidades individuais e coletivas”, Ana Maria Avela Saul destaca

Que a avaliação se tornou mais importante do que o processo de ensino-aprendizagem, transformando-se, muitas vezes, numa prática ameaçadora e autoritária”. Aponta para a necessidade de se substituir a "Pedagogia da Avaliação" pela "Pedagogia do Ensino-Aprendizado”. (SAUL, 1994, p. 61-68)

A diretriz Curricular Nacional (2012) acentua a “avaliação da aprendizagem, como diagnóstico preliminar, é entendida como processo de caráter formativo, permanente e cumulativo”. Dentro dessa nova perspectiva de Educação a avaliação deverá estar voltada para o conjunto de ações que irão realimentar os processos de mudanças e decisões.

Educar e avaliar são duas ações que fazem parte de um mesmo processo. A avaliação é a reflexão transformada em ação, pois subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos educandos e educadores, tendo em vista garantir a qualidade do processo educativo. Segundo Luckesi a avaliação deve primar pelo resultado da aprendizagem, nesse sentido

Na avaliação do aproveitamento escolar seja praticada como uma atribuição de qualidade aos resultados da aprendizagem dos educandos, tendo por base seus aspectos essenciais e, como objetivo final, uma tomada de decisão que direcione o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento do educando. (LUCKESI, 2003, p. 95)

O autor aponta que “o objetivo primeiro da aferição do aproveitamento escolar não será a aprovação ou reprovação do educando, mas o direcionamento da aprendizagem e seu conseqüente desenvolvimento. ”

A avaliação será concebida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no processo aprendizagem.

Luckesi (2003, p. 60-61), afirma que, para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica. A concepção pedagógica histórico-crítica, segundo ele, está “preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção”.

Portanto, seguindo o mesmo raciocínio do educador acima citado, a avaliação funciona para os alunos como um meio de auto compreensão, importa que tenha, também, o caráter de uma avaliação participativa.



A avaliação estará intimamente relacionada à questão da democratização do ensino, pois aquela deverá estar a favor desta e não o contrário. Desse modo, Luckesi (2003, p. 60) indica que “o mínimo que se poderia pensar da democratização do ensino seria garantir a possibilidade de aquisição de um instrumental, mínimo que fosse, para auxiliá-lo na movimentação dentro dos bens que esta sociedade criou como úteis e necessário ao bem-viver.”

3.4.5 Concepção de Tecnologia

As tecnologias no contexto educacional devem ser usadas a serviço da emancipação do sujeito; no combate às desigualdades sociais, assegurando o acesso de todos ao avanço do conhecimento produzido pelos homens e desta forma combatendo a alienação a qual nossos alunos têm sido colocados no interior das escolas públicas.

A tecnologia como um avanço que ocorre em todos os segmentos da sociedade, modifica o trabalho pedagógico no interior das escolas públicas, principalmente no célere acesso ao conhecimento, tanto no sentido de usufruir, quanto na oportunidade de participar da elaboração desses conhecimentos.

O avanço tecnológico é resultado do trabalho do homem, que modifica sua vida, na questão da produção de bens e serviços, bem como no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes. É por meio do processo educativo, que se desenvolve a capacidade criadora do homem, portanto o educador deve estar a serviço de buscar metodologias que facilitem a aprendizagem, buscando dar condições para que o aluno tenha acesso e participe do avanço tecnológico.

3.5. CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL, CULTURA, TRABALHO E ESCOLA

3.5.1 Concepção de Formação Humana Integral

As DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012), trazem como preposição a superação da escola dualista, por intermédio de uma educação voltada para a formação humana integral, numa perspectiva do trabalho como princípio educativo, integrando trabalho, tecnologia, ciência e cultura, tendo a pesquisa como fundamento pedagógico, portanto, uma formação *omnilateral*.



Dentro desta perspectiva, nós seres humanos, somos parte de uma teia infinita de relações que não pode ser separada e fragmentada. Assim, torna-se necessário agir com responsabilidade e perceber que a formação do ser humano deve ser integral, ou seja, todos os aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos e físicos precisam ser contemplados no interior do currículo da escola pública.

No caderno II da Etapa I do Pacto Nacional do Ensino Médio, evidenciou que, para que essa concepção de formação humana integral, possa desenvolver efetivamente no chão da escola, primeiramente há necessidade de “conhecer as juventudes presentes na escola, para poder compreendê-las”, além de outros determinantes é claro, como por exemplo, políticas públicas sérias e permanentes, envolvimento das famílias, salários dignos aos educadores, etc., atrelado a tudo isso, há necessidade urgente de estudos, reflexões e ações (formação inicial e continuada dos educadores) que nos leve a compreensão de aprendizagem enquanto processo relacional, o que pressupõe determinadas condições e relações entre sujeitos e saberes, numa prática que contemple a contextualização contemporânea e histórica; a interdisciplinaridade; a pesquisa, enfim, “abordando os conteúdos de ensino dando-lhes vida produtiva, social, cultural e histórica”. Portanto, formação humana integral, articulação entre os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento humano e a Organização do Trabalho Pedagógico.

3.5.2. Concepção de Trabalho

Na concepção descrita por Gramsci (1978), observa-se a importância da ideia do trabalho como princípio educativo, ou seja, considera-se que esse é dever de todos e que todos precisam ter essa consciência, pois foi e é “por meio do trabalho que os seres humanos se apropriam da natureza, criando os meios de vida para a sua subsistência, e é nesse processo, no pensar e no fazer cotidiano, que se humanizam e constroem o conhecimento. ”

Assim, a escola deve ser capaz de refletir sobre esse movimento de interação e transformação da natureza e seus desdobramentos, necessitando, para tanto, agregar o saber técnico-científico e o saber humanista de forma a propiciar a reflexão sobre o pensar e fazer, acima mencionado.

Conclui-se que se ampliam por esse caminho as possibilidades de forjar seres emancipados e autônomos, uma vez que se elucidam aspectos relacionados à construção do



conhecimento e ao protagonismo dos seres humanos nessa construção, possibilitando a compreensão do seu papel na sociedade enquanto sujeitos de transformações.

Nesse diapasão, há de considerar de forma significativa, a pesquisa, como princípio pedagógico, ou seja, se refere à dimensão da investigação científica como processo capaz de potencializar as possibilidades do fazer pedagógico, didatizando informações de modo a promover a escola como espaço de permanente reflexão sobre seu contexto e seus objetivos frente à realidade da comunidade escolar, seus anseios e necessidades.

Portanto, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico, a contextualização, a interdisciplinaridade e a avaliação prioritariamente qualitativa sobre a quantitativa, entre outras dimensões, “devem traduzir a proposta educativa construída coletivamente, garantida a participação efetiva da comunidade escolar e local, bem como a permanente construção da identidade entre a escola e o território no qual está inserida”.

3.6. FORMAÇÃO CONTINUADA

Preliminarmente há de conceber a formação continuada como espaço de debate e de aproveitamento das experiências docentes, tendo como princípio a necessidade de manter a articulação teoria e prática na compreensão da prática docente como práxis, onde prática é teoria e prática ao mesmo tempo e a formação teórica não prescinde da prática, pois deve ter seus pés atados à realidade, de acordo com Arco-Verde a

Formação continuada está umbilicalmente vinculada à concepção do professor como um intelectual. A relação formação inicial, de bases teóricas conscientes da realidade que se apresenta que sustenta a profissionalização, numa reflexão constante da conjuntura na contemporaneidade, do quadro político e institucional que os professores têm pela frente, faz da formação continuada a grande possibilidade de avanço na educação. (ARCO-VERDE, 2008, p. 185).

Nesta linha de reflexão, não restam dúvidas de que as mudanças só podem resultar de aprendizagens dos gestores, professores, funcionários e estudantes, construídas e reconstruídas na dinâmica do processo educativo. Tais aprendizagens constituem referência à participação efetiva de estudantes e professores que introduzem suas utopias, seus conflitos e suas demandas educacionais, políticas e culturais no espaço educativo. Neste contexto, o Decreto nº 6.755/2009 que trata da formação dos professores da educação básica, prescreve:

Art. 2º São princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - A formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas;



II - A formação dos profissionais do magistério como compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais. (BRASIL, 2009, p. 01)

Por fim, também o Decreto nº 6.755/2009, no artigo 2º, inciso XI define “a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente”.



CAPÍTULO IV

MARCO OPERACIONAL

4.1 CALENDÁRIO ESCOLAR

De acordo com a Resolução nº 3360/2015 – GS/SEED, que está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, dispõem no § 2º do artigo 23 que “o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. ” Está mesma lei prevê, ainda, que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns para o calendário escolar: “ a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver. ”

Para os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio está indicada a carga horária no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (art. 7º da Deliberação nº 05/2013 - CEE/PR) segundo cada habilitação profissional, há também uma instrução anual que orienta e regulamenta aspectos gerais a serem seguidos por toda rede estadual, deverão organizar o Calendário Escolar com no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos para cursos de matrícula anual e 100 (cem) dias para os cursos de matrícula semestral. Caso haja necessidade, as instituições de ensino poderão utilizar o sábado para complementação da carga horária para os cursos do período noturno.

O Calendário proposto pelo Colégio, após análise e aprovação do Conselho Escolar é encaminhado juntamente com a ata de aprovação para emissão de parecer do Núcleo Regional de Educação para a devida homologação. No calendário deverá constar toda programação a ser realizada durante o ano letivo como:

- Atividades escolares para os professores:
 - a) semana pedagógica



- b) planejamento
- c) replanejamento: 01 (um) dia;
- d) formação continuada: 02 (dois) dias;
- Início e término de cada trimestre/bimestre
- Início e término do período letivo
- Férias para os alunos
- Férias para os professores
- Recesso remunerado para os professores
- Feriado municipal: obedecer às leis ou decretos municipais;
- Conselhos de Classe (não considerado dia letivo)
- Dias destinados às reuniões pedagógicas (não considerados como dias letivos);
- Semana de Integração Escola/Comunidade
- Exercícios do Plano de Abandono na instituição de ensino (Instrução nº 024/2012 - SEED/SUED), registrar uma por semestre.
- Complementação de Carga Horária
- Gincana Cultural e Festa Agostina
- Jogos Inter classes
- Atividades da Equipe Multidisciplinar
- Noite de Talentos

Como o Colégio possui níveis e modalidades de atendimento diferente é elaborado quatro calendários específicos para atender cada uma delas:

- Ensino Fundamental II, Médio, Profissional Integrado ao Ensino Médio do período diurno;
- Ensino Médio e Profissional Integrado ao Ensino Médio do período noturno;
- Ensino Profissional Subsequente ao Ensino Médio do período noturno;
- Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM – ESPANHOL).

O Calendário Escolar, proposto pela instituição de ensino, após aprovado e homologado pelo Núcleo Regional de Educação não poderá sofrer alterações, salvo em casos excepcionais e com nova autorização. A proposta de alteração deverá ser comunicada, ao Núcleo Regional de Educação de Paranavaí, mediante ofício acompanhado de justificativa,



ata da reunião aprovado pelo Conselho Escolar, onde constem as datas a serem alteradas e as datas previstas, para o cumprimento da exigência legal, e, somente poderá ser implementada após a aprovação do Núcleo Regional de Educação.

A fim de cumprir a carga horária determinada na LDB, em casos de falta do professor sem atestado médico a reposição deverá ser realizada no 3º (terceiro) sábado de cada mês, com a presença física dos alunos, a equipe pedagógica deverá elaborar um horário especial e informar os pais ou responsáveis. No Ensino Profissional Técnico de Enfermagem, Saúde Bucal e Prótese, o professor poderá repor na pré-aula, ou seja, primeira aula, assim como nas aulas vagas no próprio horário, desde que a matriz curricular apresenta 20h/a semanas e não interfira na carga horária proposta nos Dados Gerais do Plano de curso aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Sobre as faltas justificadas com atestado médico, de acordo com o Artigo 164 da Lei 6174/70 (Estatuto do Funcionalismo Público) diz que “podem ser justificadas pelo chefe da repartição, mediante apresentação de atestado médico particular, as faltas correspondentes até três dias por mês”. A reposição dessas faltas justificadas com atestado médico, serão realizadas por intermédio de atividades domiciliares, no dia da falta a Equipe Pedagógica deverá fazer o registro da frequência dos alunos para garantir a carga horária e no campo dos conteúdos escrever “falta do professor com atestado médico, atendimento feito pela Equipe Pedagógica”.

O Ensino Técnico profissional na modalidade integrado e subsequente, do período noturno necessita de complementação de carga horária, também poderá ser realizada aos sábados por meio de projetos que atendam as demandas do curso. A carga horária a ser complementada será distribuída no início do ano entre os professores das turmas e cada um deles ficará responsável por elaborar e coordenar com os demais professores as atividades que poderão ser palestras, seminários, atividades práticas específicas do curso, visitas técnicas e outras.

Quanto a complementação de carga horária para o Ensino Fundamental, Médio e Profissional Integrado do período diurno será realizado, no contra turno, nos recessos escolares ou aos sábados.

O Conselho de classe dos cursos Técnico em Educação Profissional Subsequente e Integrado deverá ser realizado durante a semana em horário intermediário, das 17 h 30 min às 19 h 30 min. O Conselho de classe do Ensino Fundamental II, Médio e Educação Profissional



Integrado, do período diurno deverá ser realizado aos sábados, para o 6º Ano do Ensino Fundamental o Conselho de Classe acontece durante a semana no período intermediário das 17:45 às 19:00 já que demanda um tempo maior para as discussões.

4.2 PROGRAMA E PROJETOS EDUCACIONAIS

O Colégio está inserido em diversos programas e projetos institucionais previstos em políticas públicas de educação Federal, Estadual e Municipal. Estes têm por objetivo melhorar a qualidade da educação por meio da oferta de atividades socioeducativas, com metas previstas à longo prazo. Atualmente, conta-se com os seguintes **programas e projetos** que contribuem com o processo pedagógico e a integração dos estudantes e seus familiares na formação educacional:

4.2.1 Programa Agrinho

É de responsabilidade social do Sistema FAEP, resultado da parceria entre o SENAR-PR, FAEP, o governo do Estado do Paraná, mediante as Secretarias de Estado da Educação, da Justiça e da Cidadania, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Agricultura e do Abastecimento, os municípios paranaenses e diversas empresas e instituições públicas e privadas. Foi criado com o objetivo de levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural. O concurso é realizado todos os anos nas categorias redação, desenho e experiência pedagógica.

4.2.2 Programa Institucional de bolsa de Iniciação à Docência (PIBID),

É um programa de incentivo e valorização do magistério, e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica, oferece bolsas para que os alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas. A fim de assegurar os resultados educacionais os bolsistas são orientados pelos coordenadores de área – professores docentes da UNESPAR/FAFIPA e por supervisores - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades. Neste caso os bolsistas da UNESPAR/FAFIPA participam neste Colégio com quatro disciplinas dos cursos de Letras, Matemática, História e Geografia, colaborando para o processo de aprendizagem dos alunos por meio de atividades e metodologias diferenciadas.



4.2.3 Programa de Atendimento Esportivo Comunitário

O Programa de Atendimento Esportivo Comunitário atende alunos até 16 anos devidamente matriculados. Os jovens pertencentes a esta comunidade escolar são atendidos pelas modalidades de Voleibol e Basquetebol. O programa visa a formação de atletas de rendimento para a participação em Jogos Escolares e competições oficiais e o atendimento social. As aulas acontecem duas vezes por semana com duas horas por dia. Esta oferta é uma parceria com as Associações conveniadas a prefeitura municipal de Paranavaí/SEMEL-Secretaria de Esporte e Lazer. O Voleibol é atendido pela APAVOL-Associação Paranavaíense de Voleibol e o Basquetebol pela ABASP-Associação de Basquetebol de Paranavaí e Acadêmicos da Unespar.

4.2.4 Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

Foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Respeitando a autonomia das universidades, os resultados são utilizados para acesso ao ensino superior e também para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade para Todos – ProUni.

4.2.5 Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)

É uma competição aberta a todos os estudantes dos Ensinos Fundamental (a partir do 6^a ano), médio e Universitário das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. O projeto visa:

- Interferir decisivamente na melhoria do ensino de Matemática em nosso país estimulando alunos e professores a um desenvolvimento maior propiciado pelas condições que atualmente podemos oferecer: a realização da OBMEP.
- Descobrir jovens com talento matemático excepcional, e colocá-los em contato com matemáticos profissionais e instituições de pesquisa de alto nível, propiciando



condições favoráveis para a formação e o desenvolvimento de uma carreira de pesquisa.

- Selecionar os estudantes que representarão o Brasil em competições internacionais de Matemática.
- Organizar no Brasil as diversas competições internacionais de Matemática.

4.2.6 Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro

É um concurso de produção de textos para alunos e professores de escolas públicas brasileiras, do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Tem por objetivo colaborar para a melhoria do ensino da leitura e da escrita, desde 2002 o Programa Escrevendo o Futuro desenvolve ações de formação presencial e a distância, disponibiliza materiais com orientações pedagógicas e promove a reflexão sobre práticas educativas.

4.2.7 Gincana Cultural e Esportiva

É uma atividade recreativa, cultural, esportiva e social destinada a todos os alunos matriculados no Colégio, os professores, direção e equipe pedagógica acompanha e orienta as turmas, a atividade tem como objetivo:

- Conhecer a diversidade brasileira e mundial por meio de apresentações artísticas como dança, desfile e dramatizações;
- Desenvolver atitudes de coleguismo, respeito e solidariedade durante a competição;
- Estimular hábitos que colaboram para a conservação e manutenção da limpeza do ambiente escolar;
- Valorizar o sentimento de afeição pela escola, de pertencimento a ela, ampliando-se os horizontes da prática da cidadania;
- Estimular a doação de prêmios como meio para adquirir recursos financeiros a fim de proporcionar pequenas reformas ou aquisição de materiais de uso escolar.
- Promover a integração entre alunos, professores e funcionários, com a participação dos pais de alunos e de representantes da comunidade;

4.3 AÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Todos os projetos e programas implementados, visam promover o desempenho acadêmico do estudante, propiciar oportunidades diferenciadas para os diversos sujeitos que



fazem parte da comunidade escolar, no entanto, além desses programas e projetos, faz-se necessário pontuar ações didáticos-pedagógicas fundamentais para a organização e planejamento do espaço escolar enquanto local de acesso ao saber científico e formação integral dos estudantes. As ações aqui pontuadas foram sugeridas pelos professores, pedagogos, direção, Agente Educacional I e II, representantes do Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil, com base nos problemas elencados durante a construção do Marco Situacional.

4.3.1 Evasão Escolar

- Fazer uma estatística a fim de levantar os motivos pelos quais os alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional, do período noturno abandonam os estudos e apresentam uma grande quantidade de faltas, para se tomar decisões mais pontuais.
- Realizar no início de cada ano/semestre estudo socioeconômico de cada aluno dos cursos técnicos, objetivando compreender a realidade de cada um.
- Através de gráficos, analisar comparativamente o percentual dos alunos evadidos do início do curso até os dias atuais, visando levantamento de hipóteses sobre as causas da evasão.
- Identificar as causas de evasão de alunos juntamente com o professor, o próprio aluno e a família deste, objetivando realizar um trabalho conjunto de motivação e retorno desse aluno à escola;
- Acompanhar a assiduidade dos alunos às aulas de forma sistemática por intermédio de um acompanhamento quinzenal através de relatórios emitidos pelo monitor da sala;
- Conscientizar pais e/ou responsáveis dos alunos sobre as consequências das faltas no rendimento escolar;
- Conscientizar os alunos faltosos, por intermédio de aconselhamento individual e ou coletivo, assim como a reunião com seus pais ou responsáveis quando necessário sobre a importância de não faltarem às aulas para um maior e completo aprendizado.
- Realizar palestras para estimular e trabalhar a autoestima dos alunos;
- Encaminhar alunos com número elevado de faltas e de abandono para o Conselho Tutelar;
- O pedagogo deverá entrar em contato com os pais quando o aluno apresentar cinco faltas consecutivas ou número elevado de ausências, os mesmos serão convocados e se



não comparecerem, os estudantes menores serão encaminhados para o Conselho Tutelar.

4.3.2 Enfrentamento a Indisciplina

- Promover encontros e estudos para buscar alternativas de práticas pedagógicas diferenciadas.
- Realizar reuniões de pais, na companhia dos filhos a fim de dialogar sobre a importância dos estudos e da participação em sala de aula.
- Em casos excepcionais, realizar diálogos particulares dos alunos e dos pais com a Direção.
- Encaminhar à Direção ou Equipe Pedagógica apenas as situações que não puderem ser resolvidas em sala de aula, ou seja, fazer análise rigorosa da necessidade e coerência do encaminhamento, mediante avaliação do estudante e da prática docente;
- O pedagogo deverá apresentar um retorno ao professor e comunicar aos pais quando o estudante for encaminhado para o setor pedagógico por indisciplina, baixo rendimento e/ou frequência;
- Orientar os estudantes sobre o Regimento Escolar na primeira semana de aula, com retomadas durante o ano letivo;
- Fortalecer as conexões internas, isto é, as instâncias colegiadas, por meio de uma gestão democrática e as conexões externas, ou seja, a rede de proteção da criança e do adolescente no que tange ao enfrentamento a violência na escola.

4.3.3 Enfrentamento ao Uso de Drogas e Álcool

- Capacitar professores, pedagogos, gestores e agentes educacionais, para que possam abordar o tema drogas no cotidiano da escola, por meio de atividades curriculares e extracurriculares.
- Promover encontros e oficinas para os professores, pedagogos, gestores e agentes educacionais, com profissionais especializados para que possam ter acesso a conhecimentos básicos sobre prevenção e drogas.



- Organizar eventos como palestras sobre drogas e álcool, durante o ano letivo com os profissionais que atuam no Programa de Enfrentamento às Drogas - Proerd e na Patrulha Escolar;
- Contemplar nos estudos os aspectos teóricos, mas também aspectos práticos envolvidos na prevenção ao uso de drogas.
- Promover dinâmicas de grupo para que aspectos afetivos e emocionais dos professores e funcionários sejam abordados de modo a prepará-los a trabalhar e reaplicarem esta dinâmica com alunos e pais.
- Participar de cursos e promover grupos de estudos bem com discussões pertinentes ao tema com a comunidade escolar.
- Definir as estratégias a serem utilizadas para abordar o tema na escola e em sala de aula.
- Planejar atividades preventivas para o ano letivo.
- Formar um acervo de aulas, materiais, atividades, textos, livros, lista de filmes e de sites na Internet.
- Criar um banco de aulas, atividades e dinâmicas reaplicáveis que abordem todas as drogas e os diferentes usos.
- Elaborar material didático: cartilhas e folhetos.
- Criar um canal de discussão e de parceria com os pais através de eventos específicos, promovendo uma discussão sobre os fatores de risco e de proteção.
- Discutir o caráter atrativo das drogas: prazer aos sentidos, ter “imagem transgressora”, ser símbolo de “estar na moda”. Igualmente, precisa ser discutida a trajetória do envolvimento com psicotrópicos, evitando-se autoritarismos didáticos, ou mesmo despertar a curiosidade inadvertidamente.

4.3.4 Aprovação dos estudantes pelo Conselho de Classe

- Fazer o levantamento no início do ano letivo dos alunos que foram aprovados pelo Conselho de Classe em cada turma, para que a Pedagogo (a) possa orientar os pais/responsáveis dos alunos sobre o seu desempenho, esclarecendo como se deu a aprovação, e o compromisso que deverão assumir para melhorar o desempenho acadêmico.



- Desconstruir o conceito de que algumas disciplinas são mais importantes que outras para formação acadêmica e que, portanto, são passíveis de reprovação;

4.3.5 Elevação dos Índices das Avaliações Externas

- Estimular a participação das famílias e dos alunos, nas avaliações externas incentivando sua preparação para a realização da prova.
- Incentivo da Equipe Gestora para que se utilize os dados da avaliação externa e interna e gerencie discussões com os professores.
- Subsidiar os professores na revisão de planejamentos das aulas, aspectos metodológicos e avaliações internas.
- Acessar itens da Prova Brasil/Saeb acompanhados de comentários pedagógicos e de estatísticas de como os alunos responderam e, dessa forma, reorientar o trabalho feito em sala de aula.
- Rever a aprendizagem dos alunos fazendo o controle de conhecimento, com aplicação de simulados com os mesmos parâmetros das avaliações externas.
- Discutir com as famílias a situação escolar de seus filhos buscando parcerias e colaboração com as mesmas, no sentido de acompanhar as atividades, e enviar os filhos todos os dias para as aulas de Apoio Escolar (6° e 7° Ano) e PIBID.
- Enviar uma carta informativa para os pais explicando o que foi tratado na reunião a respeito da situação escolar dos seus filhos, pedindo que os mesmos compareçam na escola para conversar com os professores, pedagogos (as), sobre o desenvolvimento escolar e as dificuldades que os mesmos estão encontrando na realização das atividades.
- Promover aulas de reforço escolar com os alunos que estão abaixo da média. Como a escola não dispõe de um profissional exclusivo só para o reforço (8°- 9° Ano, Ensino Médio) o mesmo poderá ser realizado pelos alunos que apresentam um nível de compreensão mais elevado, com sistema de monitoria no período contra turno, orientados pelos pedagogos e professores das disciplinas.

4.3.6 Acompanhamento Da Hora Atividade



- Elaborar calendário de atendimento aos professores em hora atividade concentrada que priorize o trabalho coletivo dos que atuam na mesma área do conhecimento.
- Sugerir diferentes estratégias metodológicas que possibilitem ao professor redimensionar seu trabalho com o objetivo de garantir ao aluno em sala de aula a apropriação do conhecimento;
- Discutir com os pedagogos e os professores temas importantes para aprofundamento teórico.
- Utilizar a hora atividade para realizar trabalhos inerentes à função do professor como correção de instrumentos avaliativos, registro e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, planejamento de aulas, atendimento a pais e alunos;

4.3.7 Formação Continuada

- Promover mais estudos e discussões sobre o planejamento do ensino, a organização do trabalho pedagógico da escola e sobre o Projeto Político Pedagógico.
- Adequar o horário para o período noturno das reuniões pedagógicas, formação em ação, semana pedagógica de acordo com as especificidades dos professores do Ensino Técnico Profissional
- Buscar parceria com a UNESPAR, para promover grupo de estudos com certificação, a fim de discutir o processo pedagógico por meio da teoria que fundamenta os princípios norteadores da proposta pedagógica do Colégio.
- Escolher adequadamente textos para estudos nas capacitações que estejam de acordo com as necessidades da escola e o compromisso com o trabalho de qualidade da escola pública.
- Que a gestão escolar tenha como foco a priorização do processo pedagógico.

4.3.8 Elevação do Desempenho Acadêmico Dos Estudantes.

- Oportunizar momentos reflexivos por meio de palestras sobre a importância do conhecimento como possibilidade de promoção humana;
- Incentivar a criação de grupos de estudos entre os estudantes;
- Conscientizar a família quanto à importância do hábito de estudos;



- Proporcionar aos estudantes do Ensino Fundamental, Médio e Profissional, condições de desenvolvimento relacionado ao ensino e à pesquisa, visando unicamente à melhoria de seu desempenho no processo de ensino e aprendizagem;
- Diversificar a metodologia e o uso dos recursos didáticos;
- Criar condições para a apropriação dos conteúdos novos da série, entendendo que as ausências desses conceitos básicos dificultam a aprendizagem;
- Dar continuidade aos programas e projetos de ensino divulgados em calendário que venham de encontro aos anseios educacionais dos estudantes.

4.3.9 Organização da Rotina Da Escola e Da Sala De Aula.

- Atualizar a Proposta Pedagógica do Colégio, detalhando os conteúdos para cada Ano/Série e os respectivos instrumentos e critérios de avaliação, metodologia, apresentação, justificativa sempre que necessário;
- Desenvolver um bom trabalho propiciando um atendimento de qualidade a toda comunidade escolar;
- Fazer uso adequado do patrimônio público escolar e dos recursos públicos financeiros;
- Os projetos extraclasse deverão ser encaminhados, primeiramente, para o parecer da pedagoga e, posteriormente, à Direção, para análise de recursos financeiros, junto ao Conselho Escolar e APMF viabilizando a possibilidade de aprovação;
- Permitir que as experiências positivas ou negativas de sala de aula sejam compartilhadas para melhor orientação dos estudantes, quanto ao processo ensino-aprendizagem;
- Aplicar a 2ª chamada de provas, atividades domiciliares ou trabalhos, somente com protocolo efetuado no prazo de 72 horas, mediante apresentação de certidão de óbito, atestado médico e certificado de alistamento militar;
- Apagar o quadro antes de sair da sala, organizar as carteiras e o excesso de lixo, deixando-a em ordem;
- Promover diálogos e ações permanentes individuais e coletivas, quanto à organização e a manutenção da sala de aula;
- Criar um contrato entre professor e estudante deixando clara a rotina das aulas;
- Reavaliar o contrato sempre que necessário e disponibilizá-lo aos estudantes;
- Orientar os representantes de turma quanto as suas atribuições;



- Cumprir as regras referentes à entrada e saída de estudantes da sala de aula para tomar água, ir ao banheiro e durante a troca de professores (saídas para banheiro e tomar água apenas na 2º, 3º e 5º aulas, durante a troca de professores permanecer na sala);
- A retirada de recursos tecnológicos como Data show, aparelhos de som, notebooks, controles de TV deverão ser feitas pelos professores, assim como outros recursos que serão utilizados;
- Acompanhamento pelo pedagogo das reposições das aulas previstas e não dadas.
- Acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios dos cursos técnicos com o apoio do Suporte Técnico;
- Os coordenadores de curso e de estágio deverão realizar o acompanhamento dos estagiários do curso técnico nas Instituições cedentes de campo de estágio;
- Oferta de uma alimentação complementar aos estudantes do ensino noturno antes do início da primeira aula;
- Não permitir a organização de festas pelos alunos para comemorar aniversários, despedidas, amigo secreto e outros eventos no espaço escolar, principalmente durante às aulas.

4.3.10 Gestão Escolar

- Cuidar da organização, manutenção e conservação do patrimônio escolar e humano;
- Fazer cumprir a norma que trata do ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público e de terceiros;
- Manter funcionários responsáveis em cada corredor, garantindo a organização e conservação;
- Responsabilizar cada profissional na sua função, pelo seu trabalho;
- Manter quadro de funcionários em número adequado às necessidades e com qualificação nas áreas que apresentam demanda;
- Realizar a manutenção constante dos espaços pedagógicos;
- Informar sobre a responsabilidade penal do desacato aos servidores públicos no exercício de sua função;
- Orientar os estudantes sobre as normas de conduta em todas as dependências do colégio;



- Garantir a reposição dos materiais de consumo para as aulas práticas, assim como a manutenção e conservação dos Laboratórios dos cursos da Educação Profissional;
- Fortalecimento das instâncias de gestão democrática: Grêmio, APMF e Conselho Escolar, garantindo representatividade dos segmentos nos processos de tomada de decisões e socialização das pautas.
- Viabilizar recursos financeiros para aquisição de aparelhos específicos para as aulas práticas assim como ampliação dos espaços físicos dos Laboratórios dos Cursos Técnicos de Estética e Prótese Dentária.
- Buscar parcerias com empresas objetivando convênios para concessão de estágios nos cursos técnicos de Estética e Prótese Dentária.
- Publicidade na aplicação dos recursos financeiros destinados ao colégio, assim como os advindos da cantina escolar e promoções.
- Colaborar com a coordenação do Curso de Estética na busca de espaços para realização de estágios em Clínicas de Estéticas, uma vez que estas por serem particulares não disponibilizam esses locais para atendimento dos alunos.

4.4 PLANO DE AÇÃO – 2016

Acima foram descritas ações para serem atingidas a longo e médio prazo. Porém no início de cada ano letivo e no 2º segundo semestre, o Plano de Ação é construído, sendo assim, faz-se um recorte das ações mais urgente e às que permeiam o universo escolar constantemente para serem discutidas e implementadas, no prazo de um ano ou até que se observe mudanças. Nos encontros ele é revisado e avaliado coletivamente, observando seis dimensões: Gestão Democrática, Prática Pedagógica, Avaliação, Acesso, permanência e sucesso na escola, Ambiente Educativo, Formação dos Profissionais da Escola (Professores e Agentes Educacionais I e II).

Esse planejamento anual se constitui num importante instrumento para a organização e efetivação das ações pois é realizado a partir das reflexões com todo o coletivo escolar, é registrado no documento os desafios, o público alvo, as ações a serem realizadas, o cronograma e os responsáveis pela execução das tarefas.

4.4.1 Dimensão: gestão democrática

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO	AÇÕES	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
-----------------	-----------------	----------------	--------------	-------------------	--------------------



		ALVO	A SEREM REALIZADAS		
As informações pertinentes as escolas são disponibilizadas à toda comunidade escolar?	Há necessidade de melhorar esses mecanismos de informação, para que chegue a toda comunidade escolar.	Toda comunidade escolar.	Expor à comunidade escolar as informações pertinentes através de informativos, editais e com uso das tecnologias (watts, e-mail, redes-sociais)	Durante todo o ano letivo.	Gestores, Equipe Pedagógica, Professores e Agente Educacional I e II.
Há participação atuante das Instâncias Colegiadas na escola?	Parcialmente	Grêmio Estudantil; APMF; Conselho Escolar;	Convocar as instâncias colegiadas para participarem na tomada de decisões com relação às práticas pedagógicas, avaliações, reunião de pais, procurando socializar essas informações e ouvir a opinião dos representantes de cada segmento.	Durante todo o ano letivo, sempre que houver necessidade.	Gestores.
Estudantes, pais, mães ou responsáveis legais participam ativamente da escola?	Inexistência efetiva dos pais, comparecem em dias de entrega das notas.	Pais e estudantes.	Além das reuniões no final de cada bimestre que será realizada no período noturno, promover palestras com profissionais especializados em temas referentes à Educação Escolar.	No final de cada trimestre, no início do ano letivo e no início do segundo semestre.	Gestores e Equipe pedagógica
A comunidade escolar participa da definição da utilização dos recursos financeiros destinados à escola?	Faz-se necessário maior participação.	Comunidade e Escolar	Convidar os representantes das instâncias colegiadas e a comunidade escolar, para participarem das discussões e decisões quanto a aplicação dos recursos financeiros.	Mensal	Gestores

4.4.2 Dimensão: prática pedagógica

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLIC	AÇÕES	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
----------	----------	--------	-------	------------	-------------



		O ALVO	A SEREM REALIZADAS		
A proposta pedagógica curricular (PPC) é definida e conhecida por todos?	Continua sendo um desafio o conhecimento da proposta	Professores, Equipe Pedagógica.	Estudo durante a hora atividade concentrada. Reservar encontros pedagógicos para estudo desses documentos. Para os cursos técnicos a proposta de estudos específicos por disciplinas e elaboração do PPC.	1º semestre.	Equipe Pedagógica e Professores
Os docentes elaboram e cumprem o que está previsto no PTD?	Cobrança mais efetiva da elaboração e entrega do PTD.	Professores.	Oferecer auxílio aos professores para elaboração do PTD, fornecendo orientações formais, sugestões e materiais bibliográficos. Acompanhar e intervir no desdobramento das ações propostas no PTD.	Todos os trimestres.	Equipe Pedagógica.
Há contextualização dos conteúdos disciplinares?	Se faz necessário buscar alternativas para que a contextualização aconteça.	Professores.	Apropriar-se do conceito de Contextualização para problematizar os conteúdos trabalhados na prática docente. Realizar pesquisas, estudos e implementá-los no planejamento dos conteúdos.	Todos os trimestres.	Professores e Equipe pedagógica
Há variedades de estratégias e recursos de ensino-aprendizagem utilizados pelos docentes?	Fazer uso de metodologias diversas.	Professores.	Refletir acerca da intencionalidade de cada conteúdo a fim de selecionar a melhor	Durante o ano todo.	Professores, Equipe Pedagógica e Gestores.



Há atendimento Educacional Especializado/AE E	Propiciar mecanismos para melhorar a frequência do aluno no período matutino. Adaptar metodologias diferenciadas para alunos especiais.	Alunos, professores.	estratégia e recurso a ser utilizado. Buscar a prática de pesquisa utilizando-se da biblioteca e recursos tecnológicos. Orientar a família quanto a participação, rendimento e frequência da vida escolar do aluno (a) em casos de faltas e abandono, informar instituições responsáveis. Adotar metodologias e avaliação de atendimento individualizado para alunos especiais e fazer o registro do Livro de Classe. Articulação entre os profissionais envolvidos com o processo educacional do aluno NEE (professor da sala comum, professor da sala de recurso e pedagogos). Instrumentalizar o professor da sala comum quanto as adaptações curriculares de pequeno porte.	Durante todos os trimestres.	Professores e Equipe pedagógica.
As questões sócias educacionais são consideradas nas práticas pedagógicas?	Compreender a realidade socioeconômica e cultural dos estudantes.	Alunos, professores e Equipe pedagógica.	Dialogar com os responsáveis e com os próprios alunos (as) a fim de conhecer suas histórias de vida e compreender até que ponto	Durante todo os trimestres. No início de cada semestre.	Equipe Pedagógica e professores.



esses problemas estão interferindo na aprendizagem, fazendo as intervenções necessárias e encaminhamentos (ex. redes de apoio). Aplicar pesquisa nas turmas iniciantes dos cursos técnicos subsequentes para levantamento da realidade socioeconômica e cultural dos alunos (as).

4.4.3 Dimensão: avaliação

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
Os docentes elaboram e cumprem o que está previsto no PTD?	Cobrança mais efetiva da elaboração e entrega do PTD.	Professores.	Oferecer auxílio aos professores para elaboração do PTD, fornecendo sugestões e materiais bibliográficos. Acompanhar o desdobramento das ações propostas no PTD.	Todos os trimestres.	Equipe Pedagógica.
Há contextualização dos conteúdos disciplinares?	Se faz necessário buscar alternativas para que a contextualização aconteça.	Professores.	Pesquisar, estudar e planejar os conteúdos de forma contextualizada, utilizando metodologias diversificadas.	Todos os trimestres.	Professores e Equipe pedagógica
Há variedades de estratégias e recursos de ensino-aprendizagem utilizados pelos docentes?	Fazer uso de mitologias diversas.	Professores.	Pesquisar, estudar e planejar os conteúdos de forma contextualizada, utilizando	Durante o ano todo.	Professores, Equipe Pedagógica e Gestores.



Há atendimento Educacional Especializado/AE E	Buscar mecanismos para melhorar a frequência do aluno no período matutino. Adaptar metodologias diferenciadas para alunos especiais.	Alunos, professores .	metodologias diversificadas. Solicitar manutenção para os recursos tecnológicos. Cobrar da família a frequência e em casos de abandono, informar instituições responsáveis. Adotar metodologias de atendimento individualizado para alunos especiais e fazer o registro do Livro de Classe.	Durante todos os trimestres.	Professores e Equipe pedagógica.
As questões sócias educacionais são consideradas nas práticas pedagógicas?	Procurar compreender a história de vida dos alunos, quando estiver causando problemas de aprendizagem .	Alunos, professores e Equipe pedagógica .	Dialogar com os responsáveis e com o próprio alunos a fim de conhecer sua história de vida e compreender até que ponto esses problemas estão interferindo na aprendizagem.	Durante todo os trimestres.	Equipe Pedagógica e professores.

4.4.4 Dimensão: acesso, permanência e sucesso na escola

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
Há abandono da escola pelos alunos? O documento <i>Caderno do Programa Combate ao Abandono Escolar</i> é conhecido e suas orientações são efetivadas?	Diminuir o número de abandono especialmente no período noturno e vespertino. Levar ao conhecimento dos professores o <i>Caderno do Programa Combate ao Abandono Escolar</i> .	Professores e Equipe pedagógica . Alunos do período noturno e vespertino.	Criar o "diário" para anotações das faltas e outros problemas (um por turma). Mudar o horário de servir a merenda no período noturno para o início do período. Fazer reuniões com as famílias dos alunos com problemas de frequência e quando necessário encaminhar para o	Durante todo o ano letivo.	Professores, Equipe Pedagógica e Gestores.



			Conselho tutelar. Estudar o material do Programa Combate ao Abandono Escolar na hora atividade. Incluir no processo de seleção de alunos (as) para os cursos técnicos ciclos de palestras e entrevistas no período que antecede as matrículas. Para o ensino noturno adaptar metodologias nas aulas, fazer uma triagem semanal das faltas dos alunos (as) e efetivar ações pedagógicas, fazer um enfrentamento da cultura da “sexta-feira não tem aulas”, fazer levantamento dos alunos (as) que realmente trabalham e possam justificar atraso na primeira aula.		
Há formas de acolhimento e de recuperação de conteúdos para os alunos que retornam do abandono?	Convencer o professor de que o aluno ao retornar tem direito de apreender o conteúdo.	Professores e alunos.	Proporcionar atividades domiciliares e momentos para o aluno tirar as dúvidas.	Durante todo o ano letivo.	Professores e Equipe pedagógica.
A escola tem formas de atender aos alunos com defasagem de aprendizagem ?	No período diurno há vários programas. Proporcionar atendimento individualizado para o aluno do noturno.	Alunos do período noturno.	Retomar individualmente ou em grupo os conteúdos que não foram compreendidos pelos alunos com defasagem de aprendizagem. Propor grupos de monitorias de estudos em contra turnos (formados por alunos (as) da própria escola ou,	Durante todo o ano letivo.	Professores.



A escola com educação profissional possui parcerias para estágios?	Sim, possui parcerias.		ainda, em parceria com acadêmicos de universidades locais). Encaminhamentos para a sala de apoio (sextos e sétimos anos) e PIBID. Há parcerias nos cursos de enfermagem e saúde bucal. Buscar parcerias para os cursos de prótese estética		
A escola propõe formas de melhorar a qualidade de ensino e a taxa de aprovação?	Realiza-se discussões com o objetivo de melhorar os índices de aprovação e a qualidade da aprendizagem.	Professores, Equipe Pedagógica e Gestores	Proposição de metodologias diferenciadas, parceria com as famílias/responsáveis, programas de apoio aos alunos com defasagem de aprendizagem, acompanhamento da frequência escolar, encaminhamento para profissionais especializados quando necessário. Uso dos recursos tecnológicos disponíveis na escola. Complementações de cargas horárias por meio de projetos interdisciplinares para alunos (as) de cursos técnicos aos sábados. Atividades complementares em contra turnos.	Durante todo o ano letivo.	Professores, Equipe Pedagógica e gestores.

4.4.5 Dimensão: ambiente educativo

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
O ambiente da escola é cooperativo e solidário?	Mais participação e comprometimento	Professores, Equipe Pedagógica e gestão.	Promover momentos de reflexão e ações (palestras, oficinas, reuniões, atividades	Durante as reuniões pedagógicas.	Toda a Comunidade Escolar.



	mento por parte de todos.		culturais e de entretenimento) para que o espaço educativo seja mais cooperativo e solidário. Melhorar as relações humanas entre os profissionais por meio de confraternizações, atenção diária, acolhimento, desenvolver o ato interativo.		
Há comprometimento entre professores, alunos e pais?	Necessidade de aprimorar a participação e o envolvimento dos alunos, responsáveis e professores.	Professores, Equipe Pedagógica, gestores, famílias e alunos.	Promover, além das reuniões organizadas pela gestão administrativa e pedagógica, no final dos trimestres, outras (coordenadas por estudantes e profissionais dos cursos técnicos de enfermagem, saúde bucal, prótese dentárias e estética, além de algumas áreas específicas do Ensino Médio, como por exemplo, educação física) com temas que possam contribuir com os desafios da escola como: uso de drogas químicas e participação das famílias.	Durante o ano letivo.	Equipe Pedagógica, professores, direção.
Há respeito entre todos na escola?	Parcialmente	Professores, Equipe Pedagógica, gestores, famílias e alunos.	Buscar por meio do diálogo (em sala de aula e no ambiente escolar como um todo), de atendimento individual, ações coletivas de integração e socialização, a conscientização e resolução das consequências dos atos conflituosos.	Durante o ano letivo.	Toda a Comunidade Escolar.
Há discriminação ou preconceito	Parcialmente	Professores, Equipe Pedagógica	Preparar atividades em sala de aula e fora dela, para refletir	Durante o ano letivo.	Toda a Comunidade Escolar.



evidenciado na escola?		a, gestores, famílias e alunos.	sobre os preconceitos existentes no contexto escolar. (As ações em sala de aula devem constar dos Pts. trimestrais respectivos a cada disciplina das matrizes curriculares).		
A disciplina existente no espaço escolar permite a atenção necessária ao processo de ensino e aprendizagem?	Parcialmente	Professores, Equipe Pedagógica, gestores, famílias e alunos.	Repensar as práticas pedagógicas docentes, discutir a importância das regras e padronizá-las estabelecendo acordos em sala com os alunos e buscando a unidade entre todos os professores e equipe a fim de efetivar esses acordos.	Durante o ano letivo.	Toda a Comunidade Escolar.

4.4.6 Dimensão: formação dos profissionais da escola (professores e agentes i e si)

REFLEXÃO	DESAFIOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES A SEREM REALIZADAS	CRONOGRAMA	RESPONSÁVEL
Todos os profissionais da escola participam da Semana Pedagógica?	Parcialmente . Adequar o horário para os professores do curso técnico.	Professores do curso técnico.	Solicitar opção de horário noturno para a realização da Semana Pedagógica.	No início e no meio do ano letivo.	Equipe Pedagógica e SEED
A hora atividade é utilizada para cumprir seus objetivos, segundo a legislação?	Organizar o horário para concentrar todas as disciplinas, no mesmo dia.	Professores e Equipe pedagógica.	Organizar o horário de forma a concentrar todos os professores da mesma disciplina no mesmo dia da semana, a fim de facilitar a troca de experiências e informações.	No início do ano letivo.	Equipe Pedagógica.
Há equipe multidisciplinar atuante na escola?	Sim	Professores, equipe pedagógica, gestores e alunos.	Realização de palestras para professores a fim de mostrar a importância de conscientizar os estudantes sobre a influência da cultura negra na sociedade brasileira.	Julho – Durante a semana pedagógica	Equipe Multidisciplinar, pedagogos e professores.



Os estudos de Formação do professor PDE reverterem em ações relevantes para a escola?	Socializar a pesquisa com os demais profissionais.	Professores PDE e demais professores.	Oportunizar encontros para expor o projeto, as ações e o resultado da aplicação das ações a fim de oportunizar aos demais a experiência vivenciada.	Durante todo o ano letivo.	Professores participantes do PDE.
Os materiais disponíveis no portal da SEED são utilizados na formação dos professores?	Pouca divulgação dos materiais.	Equipe Pedagógica e Professores.	Promover durante a hora atividade concentrada a divulgação dos recursos audiovisuais, imagens e metodologias diversas a fim de subsidiar o planejamento das aulas.	Durante a hora atividade concentrada.	Equipe Pedagógica e Professores.
A formação do professor especialista em Educação Especial ocorre de forma colaborativa com os professores das disciplinas?	Oportunizar mais encontros.	Equipe Pedagógica e Professores e Professores da Educação Especial.	Promover encontros entre esses profissionais.	Durante o ano letivo, na hora atividade do professor.	Equipe Pedagógica, professores.

4.5 CENTRO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA - CELEM

A resolução N.º 3904/2008 e a Instrução N.º 010/2013 que regulamenta a oferta do CELEM no Colégio. Curso Básico em Língua Espanhola e o Aprimoramento em Língua Espanhola nos períodos vespertino e noturno, sendo que nas turmas do Básico podem ser matriculados no mínimo 20 e no máximo 30 alunos e no Aprimoramento no mínimo 15 e no máximo 20 alunos.

O curso Básico dura 2 (dois) anos, com carga horária semanal de 4 horas/aula, totalizando 320 h. O curso de Aprimoramento, dura 01(um) ano, com carga horária semanal de 4 horas/aula, totalizando 160 horas. Só poderá fazer o Aprimoramento aqueles que já concluíram o curso básico.

As matrículas são anuais e deverão ser efetuadas de acordo com o cronograma de cada instituição em conformidade com as orientações da SEED.



Para a efetivação da matrícula na 1ª série do Curso Básico do CELEM serão necessários os seguintes documentos:

- a) Preenchimento de Ficha de Requerimento, na qual conste os dados pessoais, por curso pretendido;
- b) Fotocópia da Certidão de Nascimento e/ou Fotocópia da Certidão de Casamento;
- c) Fotocópia do documento de identidade (RG);
- d) Fotocópia do comprovante de residência (fatura de energia elétrica da COPEL);
- e) Fotocópia da Declaração de Matrícula atestando que está regularmente matriculado na Rede Pública Estadual de Educação Básica;
- f) Comprovante da conclusão dos estudos dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

Em caso de exceder o número de vagas, é providenciado uma lista de espera, para possíveis chamamentos decorrentes de desistência do curso. A fim de incentivar e divulgar o curso para os estudantes e a comunidade, durante o período que antecede a matrícula é entregue para todos os estudantes um informativo impresso.

4.6 AÇÕES REFERENTES À FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

4.6.1 Serviço De Apoio À Rede De Escolarização Hospitalar - SAREH Atendimento Educacional Domiciliar

De acordo com o Decreto Lei nº 1044/69 que dispõe sobre os alunos portadores de afecções é ofertado o Serviço de Atendimento Educacional Domiciliar que objetiva o atendimento educacional aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar o ambiente escolar em virtude de incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes.

Para a solicitação de abertura de demanda visando o suprimento do Professor de Atendimento Domiciliar, faz-se necessário na composição do processo:

- Ofício do (a) Diretor (a) do estabelecimento de ensino à Chefe do Departamento de Educação Especial, requerendo o atendimento educacional domiciliar, e onde constem o nome do aluno, série/turma/turno.
- Anexar atestado ou laudo médico contendo o diagnóstico clínico do aluno com a devida justificativa da necessidade do atendimento domiciliar. Este documento deve



- conter ainda, o período mínimo de afastamento de 90 dias (ou 60 dias para o Ensino Médio) e a liberação para o atendimento educacional domiciliar.
- Relatório pedagógico da escola com a descrição dos encaminhamentos já realizados com o aluno, através de tarefas domiciliares, por exemplo.
 - Realizar reunião com direção, equipe pedagógica, professores e pais, para esclarecer sobre o Atendimento Domiciliar. Registrar em Ata e enviar a cópia da Ata da reunião.
 - •realizar visita in loco (residência do aluno), para verificar as necessidades pedagógicas de cada aluno solicitante do atendimento.
 - A análise e parecer (a partir da visita in loco), da equipe técnico-pedagógica da Educação Especial do NRE, ratificando a necessidade do atendimento, indicando os códigos do município e da escola, e os professores para o referido atendimento. O NRE deverá ser bem criterioso ao encaminhar processos para professor de atendimento domiciliar.

O atendimento para as séries finais do Ensino Fundamental (6º aos 9º anos) se dará da seguinte forma:

1 (um) professor de Linguagens para atender as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física – 4 horas-aula;

1 (um) professor de Ciências Exatas para atender as disciplinas de Ciências e Matemática - 4 horas-aula;

1 (um) professor de Ciências Humanas para atender as disciplinas de História, Geografia e Ensino Religioso – 4 horas-aula mais hora-atividade para cada professor;

Para os estudantes do Ensino Médio:

1 (um) professor de Linguagens para atender as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física – 5 horas-aula;

1 (um) professor de Ciências Exatas para atender as disciplinas de Matemática, Física, Química e Biologia - 5 horas-aula;

1 (um) professor de Ciências Humanas para atender as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia - 5 horas-aula mais hora-atividade para cada professor.

Educação Profissional: havendo necessidade de Atendimento Domiciliar à alunos da Educação Profissional a solicitação será analisada conjuntamente com o Departamento de Educação e Trabalho – DET.



Atribuições dos professores responsáveis pelo Atendimento domiciliar:

- Viabilizar a participação efetiva do aluno (a) nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar e em atividades extraclasse (quando sua condição de sua saúde assim o permitir);
- Participar do planejamento junto aos professores de sala de aula, orientando-os quanto às necessidades do aluno;
- Ter conhecimento prévio dos conteúdos das disciplinas a serem trabalhadas com o aluno;
- Participar das atividades pedagógicas que envolvem o coletivo da Escola;
- Realizar as horas-atividade na escola de origem do aluno (onde está suprido o professor), interagindo com a equipe pedagógica e corpo docente, em relação aos encaminhamentos pedagógicos do aluno em atendimento domiciliar;
- Registrar em um Livro de Registro de Classe, a frequência e os conteúdos diários, que deverão ser acompanhados e visitados periodicamente pela pedagoga da escola de origem do aluno;
- Assinar folha-ponto fornecida pela escola de origem do aluno e visitada diariamente por um responsável no domicílio do aluno;
- Apresentar, semestralmente, ao NRE, com visto da equipe pedagógica da escola do aluno, um relatório de acompanhamento pedagógico de seu trabalho docente, onde deverá registrar o progresso escolar do aluno e as dificuldades encontradas pelo educador e educando, durante o processo;

4.6.2 Estudante em estado de gestação

De acordo com decreto-lei nº 1.044, de 1969 e a [lei no 6.202, de 17 de abril de 1975](#) é atribuído à estudante o regime de exercícios domiciliares, o Art. 1º aponta que “a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares”. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola. Nessa mesma lei o Art. 2º assinala que “em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.”



O atendimento a essas alunas se dará da seguinte forma assim que o Colégio receber o atestado médico:

- O professor deverá encaminhar por escrito ou impresso as atividades domiciliares para a (o) Pedagoga (o).
- O responsável pela estudante deverá passar no Colégio para retirar as atividades e fazer a devolução na data marcada.
- De acordo com a Instrução 005/2014, o preenchimento do Livro Registro de Classe deverá ser realizado da seguinte forma: Licença gestacional: registrar no Campo Frequência f (falta); no Campo Observações nº da aluna – falta abonada na data de, Amparo Legal: Lei Federal nº 6.202/75. Não computar as faltas no canhoto.

4.6.3 Estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas

Para o estudante que está cumprindo medida socioeducativa, tanto para os que estão em Regime Semiaberto assim como os do Centros de Sócio educação – CENSE, assim que for matriculado será encaminhado atividades referente aos conteúdos básicos que não foram compreendidos para que sejam feitas no local onde o estudante estiver cumprindo a medida.

4.6.4 Flexibilização Curricular na Educação Especial

4.6.4.1 Sala de Recursos Multifuncional – Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos Funcionais Específicos

Atribuições do professor que faz o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional

- a) Participar da avaliação psicoeducacional no contexto escolar dos alunos com problemas de aprendizagem, em conformidade com as orientações da SEED/DEEIN.
- b) elaborar, executar e avaliar o Plano de Atendimento Especializado do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas; a definição e a organização das estratégias pedagógicas, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; e o cronograma do atendimento (carga horária, individual ou em pequenos grupos).
- c) orientar os professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, quanto à flexibilização curricular, avaliação e metodologias que serão utilizadas na



classe comum, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos.

d) realizar um trabalho colaborativo com os docentes das disciplinas no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

e) produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos propostos no plano curricular.

f) orientar os professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno, de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.

g) Desenvolver atividades de apoio pedagógico educacional especializado, de acordo com as necessidades específicas tais como: ensino da Língua Brasileira de Sinais- Libras; ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, na modalidade escrita, sendo facultativa para o aluno a modalidade oral e produção de análise linguística; uso dos recursos de tecnologia assistiva; ensino do sistema Braille; ensino do uso do Soroban; ensino das técnicas para a orientação e mobilidade; atividades de vida autônoma e social e atividades para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

h) elaborar relatório de avaliação qualitativa de aprendizagem do desenvolvimento dos alunos nas atividades realizadas, bem como do acompanhamento do processo de escolarização dos alunos na classe comum (o relatório deverá ser elaborado conforme sistema de avaliação da escola e participação no conselho de classe).

i) Participar de todas as atividades previstas no calendário escolar, especialmente no Conselho de Classe.

j) zelar pela frequência do aluno na sala da SRM, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica.

k) registrar a frequência do aluno no Livro de Registro de Classe (cada turma deverá ter um registro próprio).

l) cumprir as horas-atividade no local e turno de exercício da docência.

m) cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-atividade estabelecida, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.



n) atender à convocação da direção ou equipe pedagógica para participar, durante a hora-atividade, de reuniões pedagógicas com professores das disciplinas, bem como dedicar-se ao planejamento das atividades pedagógicas, elaboração de materiais didáticos próprios e atendimento dos pais ou responsáveis.

o) manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar.

Plano de Atendimento Educacional Especializado

a) O Plano de Atendimento Educacional Especializado é o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas na SRM. A elaboração deste plano deve envolver o professor da SRM, professores das disciplinas, equipe pedagógica, profissionais externos à escola que acompanham o desenvolvimento do aluno, além dos familiares. É um documento importante para que a escola e a família acompanhem a trajetória percorrida pelo aluno.

b) este documento deve ser inicialmente elaborado, a partir das informações contidas no relatório da avaliação psicoeducacional no contexto escolar e revisto continuamente em função do desenvolvimento e aprendizagem do aluno, e ainda sendo atualizado após cada Conselho de Classe.

c) Este Plano consiste na descrição das características do desenvolvimento do aluno e proposta de atendimento: objetivos, plano de ação/atividades, período de duração, resultados esperados, resultados obtidos e observações complementares.

4.6.4.2 Ações para a melhoria da relação do professor da SRM com o professor da sala comum, pedagogos, direção e familiares

- Estabelecer uma relação aberta de credibilidade e confiança mútua entre família e escola, buscando caminhar na mesma direção, pois quando se sentem ouvidas e acolhidas, se predispõem a participar mais ativamente e a ouvir e aprender.
- Conhecer e compreender as singularidades dos alunos que frequentam a sala comum e que recebem atendimento na Sala de Recursos Multifuncional.
- Adaptar os instrumentos avaliativos, adotando critérios claros e concisos, ofertando materiais para consulta e apoio, roteiros de estudo, esquemas e pequenos textos.
- Realizar o processo de avaliação preferencialmente na sala de aula do aluno podendo, se for necessário estabelecer parceria com o professor que atua na SRM.



- Planejar as aulas pensando em alternativas educacionais que visam minimizar as dificuldades acadêmicas presentes na vida escolar dos educandos.
- Oportunizar a formação continuada dos professores e demais elementos da comunidade escolar, para atuar com alunos da SRM.
- Adaptar os conteúdos de todas as matrizes curriculares de acordo com às possibilidades de compreensão dos alunos da SRM.
- Verificar o papel do professor da SRM de atuar como colaborador, identificando as necessidades dos alunos, fornecendo informações a respeito de adaptações e trabalhando a aceitação dos professores com relação aos alunos com NEE.
- Resumir sempre o conteúdo trabalhado elencando as ideias principais.
- Elaborar atividades ou questões sucintas e objetivas com vocabulário claro e nunca facilitar ou não cobrar seus compromissos.
- Identificar as dificuldades e as dúvidas dos professores nos processos pedagógicos direcionado aos alunos inclusos;
- Realizar estudos sistematizados que permitam reflexões, vivências e encaminhamentos voltados às necessidades específicas, no sentido de dar sustentação à prática do professor na sala de aula.

Quanto à carga horária:

Nas instituições estaduais, cada Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica tem autorização para funcionamento de 20 horas/aulas semanais, sendo 13 horas/aula para efetivo trabalho pedagógico e 7 (sete) horas-atividade do professor, de acordo com a legislação vigente.

Quanto ao número de alunos

O número máximo é de 20 (vinte) alunos com atendimento por cronograma, para cada Sala de Recursos Multifuncional - Tipo I, na Educação Básica.

Quanto ao cronograma de atendimento

O horário de atendimento ao aluno, na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá ser em período contrário ao que este está matriculado e frequentando a classe comum.

O atendimento educacional especializado deverá ser realizado por cronograma. Poderá ser individual ou em grupos, de forma a oferecer o suporte necessário às necessidades



educacionais especiais dos alunos, consonante a área específica, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

O cronograma de atendimento deve ser flexível, organizado e reorganizado sempre que necessário de acordo com as necessidades educacionais dos alunos.

No cronograma deve constar um horário para realização do trabalho colaborativo com professores do ensino regular e família.

A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, na Educação Básica deverá atender os alunos matriculados da escola onde está autorizada, assim como alunos de outras escolas públicas da região.

Outras possibilidades de organização do cronograma deverão ter anuência da direção e equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, devidamente registrada em ata, com vistas a atender as necessidades e especificidades de cada localidade.

4.6.4.3 Sala de Recursos Multifuncional - Área da Surdez

Segundo a Instrução Nº 002/2008 – SEED, a Sala de Recursos Multifuncional – Surdez, é um atendimento Especializado, ofertado a alunos surdos matriculados nas diferentes modalidades da Educação Básica, com a finalidade e a garantia, em contra turno, do ensino da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e da Língua Portuguesa, esta como segunda língua para o aluno surdo.

O atendimento é ofertado à alunos surdos matriculados nas diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio da proposta de educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa escrita, para o acesso ao conhecimento formal e à aprendizagem.

Deverá ser ofertado também a todos os alunos surdos matriculados na Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos do município, independentemente da rede de sua matrícula (municipal, estadual ou particular), considerando que a educação bilíngue constitui direito subjetivo do aluno.

Carga Horária

- A carga horária mínima é de 20 horas semanais, nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, a depender da necessidade dos alunos matriculados e das condições de oferta.
- Esse atendimento não poderá ultrapassar o limite de duas (02) horas diárias, resguardando-se o tempo do aluno para lazer e outras atividades.



- Nos casos em que haja problemas para o deslocamento diário do aluno, o atendimento poderá ser realizado em período integral (4 horas diárias), desde que seja oferecido em dias alternados.

Número de Alunos

Poderá atender, no máximo, dez (10) alunos, de forma individual e/ou coletiva, no contra turno de sua matrícula no ensino regular.

Cronograma de atendimento

O cronograma de atendimento deverá ser elaborado pelo professor SRM –surdez, com participação da equipe técnico-pedagógica da escola, de modo a garantir o cumprimento de sua carga horária semanal integral, assegurando hora/atividade, conforme Lei Complementar Nº 103/2004. O agrupamento dos alunos será realizado de acordo com os seguintes critérios de organização:

- Momentos coletivos, envolvendo todos os alunos matriculados, para promover a identificação com seus pares e a aprendizagem da Libras, pela referência das crianças surdas com jovens e adultos, com maior fluência linguística;
- Grupos formados pelo nível de conhecimento na língua portuguesa, independentemente de sua série de matrícula no ensino regular, para o trabalho com práticas de letramento (ensino de português como segunda língua).
- Caso seja necessário, o professor poderá realizar atendimento ao aluno “in loco” na sala de aula regular, oferecendo orientações ao professor regente sobre formas de comunicação apropriadas, sugestões de adequações curriculares e estratégias metodológicas visuais, no processo ensino-aprendizagem.

Atribuições do Professor da Sala de Recursos Multifuncional - Surdez

Figuram como responsabilidades do professor especializado, nesse processo, as seguintes atribuições:

- a) apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão da Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares;
- b) desenvolver proposta de educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, no atendimento aos alunos surdos;
- c) utilizar a língua de sinais na mediação do processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento de todas as atividades escolares;



- d) oportunizar condições para a aquisição e desenvolvimento da Libras, como primeira língua, pelas crianças surdas;
- e) promover o ensino da modalidade escrita do português, como segunda língua, desde a Educação Infantil;
- f) desenvolver práticas de letramento com os alunos matriculados na Educação Básica, de modo a complementar seu processo de escolarização e acesso ao currículo;
- g) realizar reuniões periódicas com a escola e com o professor da classe regular, na qual o aluno está matriculado, para orientações quanto: formas de comunicação/interação com os alunos surdos e utilização de estratégias metodológicas alternativas, que viabilizem o acesso ao conhecimento por meio de experiências visuais na aprendizagem;
- h) participar de Conselhos de Classe e reuniões pedagógicas com os professores das disciplinas e equipe pedagógica, opinando sobre as potencialidades, necessidades e dificuldades dos alunos surdos atendidos na SRM- surdez.
- i) indicar, ao professor do ensino regular, critérios de avaliação coerentes com o aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;
- j) estimular a prática de mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, pelo registro em vídeo ou outros meios eletrônicos e tecnológicos, quando disponíveis na escola;
- k) favorecer o contato das crianças com surdos adultos, oportunizando a construção de sua identidade e o aprendizado da Libras, por meio da proposição de eventos, troca de experiências e contatos com associações de surdos e Feneis-PR, entre outras atividades;
- l) comprometer-se com o estudo e aprofundamento da Libras e de outros conhecimentos relativos à cultura e comunidade surda;
- m) esclarecer a família sobre a importância da educação bilíngue, orientando sobre os encaminhamentos necessários ao atendimento fonoaudiólogo, para o aprendizado do português oral, caso seja a opção da família ou do próprio aluno;



n) realizar relatório descritivo do desenvolvimento linguístico do aluno (Libras e Língua Portuguesa escrita), da apropriação do conteúdo acadêmico, além de outros aspectos julgados relevantes.

4.6.4.4 Tradutor e Intérprete de Libras/Língua Portuguesa-TILS

Compete ao tradutor intérprete de Libras/Língua Portuguesa o cumprimento das seguintes atribuições:

- Viabilizar a interação e a participação efetiva do aluno nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar
- Mediar situações de comunicação entre os alunos surdos e demais membros da comunidade escolar;
- Informar à comunidade escolar sobre as formas mais adequadas de comunicação com o (s) aluno (s) surdo (s);
- Interpretar, de forma fidedigna, as informações e conhecimentos veiculados em sala de aula e nas demais atividades curriculares desenvolvidas no contexto escolar;
- Dar oportunidade à expressão do (s) aluno (s) surdo (s) por meio da tradução, de forma fidedigna, de suas opiniões e reflexões;
- Ter conhecimento prévio dos temas a serem trabalhados pelo professor, evitando a improvisação e proporcionando maior qualidade nas informações transmitidas;
- Ter um relacionamento ético com o professor regente de turma, oferecendo informações adequadas sobre a importância da interação deste com o (s) aluno (s) surdo (s);
- Sugerir aos docentes a adoção das estratégias metodológicas visuais mais adequadas ao favorecimento da aprendizagem dos alunos surdos
- Cumprir integralmente a carga horária designada (20 ou 40 horas-aula) de modo a oferecer apoio especializado aos alunos surdos em todas as disciplinas previstas na Matriz Curricular para a série em questão;
- Participar das atividades pedagógicas que envolvem o coletivo da escola (reuniões pedagógicas, conselhos de classe, atividades festivas, entre outros);
- Submeter-se aos direitos e deveres previstos aos demais profissionais, no Regimento da escola;
- Cumprir o Código de Ética que regulamenta a prática da interpretação/tradução em Libras, emitido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos -



FENEIS, o qual deve ser de conhecimento da equipe técnico-pedagógica do estabelecimento de ensino.

- O tradutor e intérprete não exercerá sob hipótese alguma, a função de auxiliar de regência, tendo em vista a necessidade de estar disponível para o cumprimento das funções que lhe são atribuídas

4.6.4.5 Ações que competem ao Professor da sala comum, Pedagogo e Direção

- Promover a reestruturação do currículo escolar e dos sistemas de apoio, de forma a configurar uma educação bilíngue.
 - Refletir sobre a questão do aprendizado, do uso e do estudo da língua portuguesa pelos alunos surdos, organizando as condições para sua oferta.
 - Promover a possibilidade de realização de adaptações curriculares, em diferentes níveis, como forma de garantir o acesso ao conhecimento veiculado pela escola e a sua apropriação pelo aluno surdo.
 - Promover uma interface com outros órgãos da comunidade que poderão ofertar atendimentos complementares como forma de garantir um desenvolvimento global ao aluno surdo (parcerias com a saúde - associações...).
 - Refletir sobre as implicações da inclusão escolar de alunos surdos no sistema educacional e as formas para superação dos desafios que se propõem.
 - Oportunizar a formação continuada dos professores e demais elementos da comunidade escolar, para atuar com alunos surdos inclusos.
 - Articular os movimentos labiais corretamente de frente para o aluno que possui deficiência auditiva, isto é, com resíduo auditivo é importante que o professor não fale de costas, nem muito rápido e nem muito devagar.
 - Resumir sempre o conteúdo trabalhado elencando as ideias principais em frases curtas e cuidando quanto ao uso de linguagem figurada, gírias e sinônimos. As atividades ou questões deverão ser sucintas e objetivas com vocabulário claro e nunca facilitar ou não cobrar seu compromisso.
 - Proporcionar ao aluno surdo expressar por meio de sinais, gestos, mímicas, desenhos, escrita, entre outros. Poderá ser diferenciada dos demais alunos ouvintes, sendo necessário reduzir o número de questões dissertativas, contudo sem alterar o conteúdo.
 - Avaliar o conteúdo e o conhecimento da disciplina que o aluno apreendeu e não supervalorizar os erros da estrutura formal da língua portuguesa. Não se trata de



aceitar os erros, permitindo que o aluno neles permaneça, mas sim de análise e de estudo, junto aos educandos, a fim de que possa superá-los.

- Permitir o acesso ao dicionário e, se possível, ao intérprete, no momento da prova.
- Respeitar a forma de escrita do aluno surdo, levando em consideração a não adequação dos verbos, artigos, preposições, concordância, entre outros.
- Adaptar os conteúdos de todas as matrizes curriculares de acordo com às possibilidades de compreensão dos surdos. Por exemplo, o ensino de conteúdos como acentuação tônica, discriminação de fonemas, ditados ortográficos, pontuação, estudos ortográficos entre as letras e os fonemas: s com som de z, x, e sc, estão diretamente relacionados a processos auditivos.



CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Quando pensamos em sistema de avaliação, estamos identificando resultados do processo, ressaltando os objetivos alcançados e as dificuldades a serem superadas, apontando propostas de mudanças e quebra de paradigmas.

Avaliação é aqui entendida como um processo contínuo de aperfeiçoamento e melhoria da aprendizagem, como recurso de fortalecimento da identidade da escola, como processo de prestação de contas à sociedade e de manutenção da credibilidade como instituição competente no desempenho de suas funções.

Esta avaliação diagnóstica constitui parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola. Trata-se de uma avaliação qualitativa voltada para o aperfeiçoamento da escola, isto é, correção dos desvios, redirecionamento de rumos, reordenação de competências e valores, no decorrer dos trabalhos pedagógicos e administrativos definidos. Trata-se de um processo dinâmico, continuado e nunca acabado, pois sempre iremos procurar melhorar e diversificar seu desenvolvimento, inovando cada vez, buscando seu melhor desempenho e eficácia.

Sobrinho (2000) esclarece que a avaliação institucional, diferentemente da avaliação individual das aprendizagens dos alunos, apresenta uma amplitude bem maior porque busca compreender como se processam as relações e as estruturas que compõem a instituição. Explica então que

A avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico (SOBRINHO, 2000, p. 61).

A avaliação institucional, deve servir como um espaço privilegiado para a localização e reconhecimento de problemas, reflexão e busca de soluções, no entanto, a escola não deve deixar de buscar do poder público o cumprimento de suas responsabilidades.



E acreditando nesse pensamento é que apresentamos nossa proposta de trabalho, que no desenrolar da ação pedagógica, a avaliação tem, então grande importância, pois, através dela é possível verificar se o PPP está atingindo suas metas e seus objetivos, ou grau de satisfação no desempenho das mesmas. Sendo assim a avaliação será realizada anualmente, no início de cada ano letivo, por meio de encontros envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar a fim de discutir se as metas e objetivos propostos no ano anterior foram alcançadas e apresentar novas ações para realimentação do Projeto Político Pedagógico do ano em curso.



CAPÍTULO VI

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Considerando que o acompanhamento da implementação das ações do PPP são importantes ferramentas de gestão e de planejamento, é importante estabelecer como será efetivado esse processo. Para que haja um melhor resultado das ações desenvolvidas no decorrer do ano letivo iremos diagnosticar quais as ações que estão dando bons resultados e as que necessitam reformular, para que atinja seus objetivos e metas.

Sendo assim será feito um relatório verificando se todas as ações foram executadas, se atingiram as expectativas ou precisam de ajustes. Para o levantamento de dados contidos no relatório, poderão ser considerados os seguintes questionamentos:

- Os objetivos do PPP estão claros? Justifique.
- As ações planejadas no PPP atingiram as expectativas ou precisam de ajustes?
- Quais foram os resultados obtidos a partir da implementação do PPP?
- As ações que foram planejadas estão relacionadas com as questões que foram previamente levantadas e diagnosticadas?
- As ações previstas e planejadas forem suficientes para que os objetivos fossem alcançados?
- O diagnóstico contido no PPP reflete a realidade da escola? Justifique.
- As metas são possíveis de serem atingidas, são realistas?
- As metas foram alcançadas? Justifique.
- Há indicativos de que o PPP foi elaborado coletivamente?
- No processo de elaboração do PPP, ocorreu a efetiva participação das Instâncias Colegiadas? Como foi essa participação?
- De que maneira é realizado o acompanhamento e avaliação do PPP da escola?



A proposta é de que o preenchimento do relatório contendo dados da avaliação do PPP seja realizado de três em três anos. Todos os segmentos devem participar e compreender o funcionamento da instituição, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham intensificar seu envolvimento e assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida, influenciando de maneira efetiva no seu funcionamento e no resultado da qualidade de ensino.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rosa maria Calaes de. **Empreendedorismo na educação**. Gestão em Rede, Curitiba: CONSED, n. 68, p.13-19, abr. 2006.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Trad.: D. Flaksman. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., Rio de Janeiro, 1981.

ARTIGAS, N. **A organização do trabalho pedagógico e o aprimoramento da prática de avaliação da aprendizagem**. Monografia de Especialização em OTP. Curitiba: UFPR, 2009.

AZEVEDO, J.C. de; REIS, T. J. (Orgs.) **Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. Fundação Santillana, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Língua portuguesa: orientações para o professor, Saeb/Prova Brasil, 4º Série/5º ano, Ensino Fundamental**. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

_____, Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: matrizes de referencia, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008. Disponível em: <http://provabrasil.inep.gov.br/> Acesso em 29/07/2016.

_____. **Estatuto da Criança e Adolescente-ECA** . Lei Federal nº8.068, Brasília, DF: Congresso Nacional,1990.

_____, Ministério da Educação. **Práticas Pedagógicas da Educação Infantil**. In: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010. p. 25.

_____, Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão : Avaliação para Identificação das necessidades educacionais especiais**. Coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

_____, **Lei de diretrizes e bases da educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.



_____, Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, Etapa I - Caderno II : O jovem como sujeito do Ensino Médio.** Org.: Paulo Carraro, Juarez Dayrell. Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2014.

_____, Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno I : Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio.** LIMA, Erisevelton Silva et al. Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2014.

CUNHA, Teresa; SILVESTRE, Sandra (orgs.). **Somos diferentes, somos iguais. Diversidade, Cidadania e Educação.** Coimbra: AJP, 2008.

DALBEN, Â. I. L. de F. **Trabalho escolar e conselho de classe.** Campinas: Papirus, 1995.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Os conselhos de classe e o cotidiano do trabalho escolar. In: **Conselhos de Classe e Avaliação: perspectivas na gestão pedagógica.** Campinas, SP: Papirus, 2004, p.41.

ESTRELA, M.T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula.** 3ª.ed, Portugal, Porto, 2002.

FRANCO, C. e BONAMINO, A. **A pesquisa sobre características de escolas eficazes no Brasil: breve revisão dos principais achados e alguns problemas em aberto.** Revista Educação on-line, nº1. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HADDAD, Cristyane Ramos; SILVA, Daniel Vieira. **A hora atividade como processo de formação continuada.** Disponível em:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao_de_Professores/Trabalho/05_05_38_641-7170-1-PB_apartir_deste.pdf Acesso em 18 de julho de 2013.

JOSE, G. de O. M.; URT, S. da C. **Aprendizagem do Aluno Adulto: Uma Leitura a Partir Da Teoria Sócio-Histórica.** Disponível em:

<http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/53.pdf> Acesso em 20/07/2016.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O Coordenador Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. Educere at Educare: Revista de Educação. Paraná, V. 2, n. 4, p. 77-90, 2007. Instrução n 001/2015. Disponível em:

http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2015_sued_seed/instrucao00115sued_seed.pdf Acesso em 06/05/2016.

LIMEIRA, Luciano Cordeiro. **Avaliação Institucional e Projeto Político Pedagógico - - Uma Trama em Permanente Construção.** Disponível em :

http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo01_19/Luciana%20Cordeiro%20Limeira_int_GT1%20.pdf. Acesso em 15/07/2016.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação do aluno: a favor ou contra a democratização do ensino?** In: Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proporções. 15ª ed. SP. Cortez, 2003,p.60.



LUCKESI, Cipriano C. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** In: Avaliação de aprendizagem escolar: estudos e proposições., - 15ª ed. SP: Cortez, 2003, p. 95.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a05v31n2.pdf>
Acesso em 28/04/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. (Orgs.) Ricardo Henriques; Maria Elisa; Almeida Brandt; Rogério Diniz Junqueira; Adelaide Chamusca. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC); Brasília, 2007.

OLIVEIRA, MARTA K. DE. **VYGOTSKY: Aprendizado e Desenvolvimento; Um Processo Sócio-Histórico**. São Paulo: Scipione, 2009b.

PARANÁ, CEE. **Deliberação n. 007/1999**. Curitiba: CEE, 1999. PARANÁ, SEED/SUED/DPPE/CGE.

_____, CEE. **O papel do pedagogo na mediação do conselho de classe**. Curitiba: SEED, 2008.

REDIN, M. M. **Planejamento na Educação Infantil com um fio de linha e um pouco de vento**. In: REDIN, Euclides; MULLER, Fernanda; REDIN, Marita Martins (Orgs.). *Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 83-96.

RODRIGUES, R. K.G.R.; CIA, Fabiana. **Ações Do Professor Da Sala De Recursos Multifuncionais Com Os Professores Das Salas Comuns, Profissionais E Familiares De Crianças Pré-Escolares Incluídas**. Disponível em <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/2891/2573> Acesso, 12 de agosto de 2016.

ROSAS, V. de Barros. **Gestão democrática e autônoma**. Disponível em: <http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei10.htm> Acesso em 18/07/2016.

ROSELI, Ana Cecília Petta, CRUZ, Marcelo S. **O Adolescente e o Uso das drogas**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600009. Acesso em 10/04/2010.

SANTOS, B. de S.. **Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia da Emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro de 2002, pp. 237-280.

SANTOS, R. M. S. **Prevenção de droga na escola: uma abordagem psicodramática**. Campinas: Papirus, 1997.

SARAIVA.A.M.A. **Dicionário de Verbetes**. Disponível em <http://www.gestrado.org/?pg=dicionarioverbetes&id=391>. Acesso em: 18 de julho de 2013.

SAUL, Ana Maria Avela. **Avaliação Educacional**. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p061-068_c.pdf Acesso em 29/08/2016.



SEVERINO, Antonio Joaquim. **O Projeto Político Pedagógico: a saída para a Escola.** Revista da AEC. Brasília, V. 27. N. 107, p.81-89, 1998.

SIQUEIRA, Denise de Cássia Trevisan. **Relação Professor - aluno: uma revisão crítica.** Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/colaboracao-do-leitor/30/132-relacao-professor-aluno-uma-revisao-critica> Acesso em: 19 de maio de 2016.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação institucional, instrumento de qualidade educativa: a experiência da Unicamp.** In BALZAN, Newton Cesar; SOBRINHO, José Dias (Orgs.). **Avaliação Institucional: teorias e experiências.** São Paulo: Cortez, 2000.

VAZ, José Carlos. **Gestão Democrática na Educação.** Editoração Eletrônica, Disc. Dicas nº 15, São Paulo, 1994

PARANÁ. **Instrução de Matrícula 02/2010-** SUED/SUDE. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucaconjunta022010.pdf>

Acesso em 10/02/2016.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do. **Deliberação n.º 03/13** – CEE/PR de 04 de outubro de 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação do. **Deliberação n.º 05/13** – CEE/PR de 10 de dezembro de 2013.

_____. Conselho Estadual de Educação do. **Deliberação n.º 02/09** – CEE/PR de 06 de março de 2009.